



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO/MG

### DECISÃO DOS RECURSOS (INFRARRELACIONADOS)

#### I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes ao Concurso Público de Provas e Títulos destinado ao preenchimento de vagas do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno/MG, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL Nº 1, DE 20 DE JUNHO DE 2024**.

#### RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
628003569	Alan Vinicius Soares Gomes	Agente Administrativo
628003067	Camila Vieira Da Silva	Agente Administrativo
628000081	Catiany Maria Da Silva Lopes	Agente Administrativo
628000023	Cristiane Nascimento Gomes	Agente Administrativo
628000268	Edilene Rodrigues De Souza	Agente Administrativo
628002865	Eduarda De Moura Bulla	Agente Administrativo
628003632	Elida Maria Sporch Ferreira	Agente Administrativo
628001833	Janaina Ribeiro Da Silva	Agente Administrativo
628003611	Luís Henrique De Oliveira Vieira	Agente Administrativo
628003141	Rennan Baldutti	Agente Administrativo
628001698	Rita Elena Silva	Agente Administrativo
628003077	Simone Denise De Oliveira	Agente Administrativo
628002794	Bethânia Dias Mendonça	Agente de Combate a Endemias
628002560	Carlos Eduardo Da Silva Alves	Agente de Combate a Endemias
628001348	Guilherme Oliveira Dos Santos	Agente de Combate a Endemias
628001909	Joao Victor Oliveira Schincariol	Agente de Combate a Endemias
628001289	Lorena Lima Alves	Agente de Combate a Endemias
628002624	Luis Antônio Da Silva Fayer	Agente de Combate a Endemias
628002625	Mylena Mello Mello Lopes	Agente de Combate a Endemias
628000610	Ítalo Rosa Rodrigues	Agente Fiscal
628002614	Thaís Teixeira Ramiro	Agente Fiscal
628002045	Elienai De Souza Carmo	Auditor Fiscal Municipal
628000343	João Paulo Cunha Carlos	Auditor Fiscal Municipal

628001026	Cristina De Carvalho Ferreira	Auxiliar de Aprendizagem para Estudante com Deficiência
628001100	Fernanda De Fatima Calixto Knop	Auxiliar de Aprendizagem para Estudante com Deficiência
628004206	Marta Mendes Da Silva	Auxiliar de Aprendizagem para Estudante com Deficiência
628000185	Paula Mendes Alves Da Silva	Auxiliar de Aprendizagem para Estudante com Deficiência
628000939	Rubiane Aparecida Breguez De Azevedo	Auxiliar de Aprendizagem para Estudante com Deficiência
628003197	Valéria Aparecida Abreu Da Silva	Auxiliar de Aprendizagem para Estudante com Deficiência
628002946	Claudeise Candida De Mendonça	Auxiliar de Serviços Gerais
628000188	Leandro Luis Pereira Nascimento	Auxiliar de Serviços Gerais
628003928	Mateus Eduardo De Moraes Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais
628003823	Erica Aparecida De Oliveira	Escriturário
628001524	Marina Santiago De Almeida Barbosa	Escriturário
628000819	Saint Clair Da Silva Lopes	Escriturário
628004178	Emanuel Victor Arouca Alves	Monitor
628003206	Adriano Feu Teixeira	Motorista II
628002898	Cleberson De Azevedo Silvério	Motorista II
628003187	Gilberto Paulo De Almeida Leite	Motorista II
628001438	Leandro Luis Pereira Nascimento	Motorista II
628000460	Ianik Furtado De Castro	Oficial II
628002852	Messias De Souza	Oficial II
628001921	Cristiane De Souza Oliveira	Professor Regente I
628001496	Débora Lima Dos Reis Barros	Professor Regente I
628003032	Edilaine Da Cunha Martiins	Professor Regente I
628000732	Fernanda Cruz Vale Lopes Martins	Professor Regente I
628002096	Maria Luisa Neves Lima	Professor Regente I
628003825	Mariana Gotti Gomes	Professor Regente I
628000021	Mauricio Silva Soares	Professor Regente I
628000379	Queila Crescencio Soares Da Silva	Professor Regente I
628001697	Rita Elena Silva	Professor Regente I
628001392	Shannon Alves Rodrigues De Freitas	Professor Regente I
628003080	Vanessa De Mendonça Castro Moreira	Professor Regente I
628003142	Amanda Gomes De Almeida	Professor Regente II - Ciências
628002488	Jhonatas De Souza Martins	Professor Regente II - Ciências
628002087	Antônio Márcio Dutra Barbosa	Professor Regente II - Educação Física
628001046	Cássio Raniery Rodrigues Guizilini	Professor Regente II - Educação Física
628002600	Kathia De Almeida	Professor Regente II - Educação Física
628003008	Ivan Gonçalves Henaut	Professor Regente II - Geografia
628000341	Marcia Regina Dessupoio	Professor Regente II - História
628000516	Mariana De Oliveira Costa Cruz	Professor Regente II - História
628001934	Paula Oliveira Carvalho Aguiar	Professor Regente II - História
628002178	Aline Rodrigues Alves	Professor Regente II - Língua Inglesa
628003815	Ana Laura Furtado Pacheco	Professor Regente II - Língua Inglesa
628003790	Renato Rezende Mansur	Professor Regente II - Língua Inglesa
628002948	Priscila Maria De Souza Montorsi	Professor Regente II - Língua Portuguesa
628002945	Claudeise Candida De Mendonça	Servente Escolar
628003603	Maria Carolina Ventura Peixoto	Servente Escolar

628004171	Silvania Maria Souza Da Silva	Servente Escolar
628003375	Tereza Cristina Augusto Ferreira	Servente Escolar
628001923	Cristiane De Souza Oliveira	Supervisor Pedagógico
628001150	Eduarda Dos Reis Dutra	Supervisor Pedagógico
628002097	Maria Luisa Neves Lima	Supervisor Pedagógico
628001820	Mariana Corrêa Amaral	Supervisor Pedagógico
628000357	Nivea Da Silva Paropat Lanini	Supervisor Pedagógico
628001391	Shannon Alves Rodrigues De Freitas	Supervisor Pedagógico
628000602	Isabela Helena Bufalo Gama Fernandes	Técnico de Nível Superior - Advogado
628000110	Samuel De Paula Teles De Oliveira	Técnico de Nível Superior - Advogado
628003079	Carolina Pereira Bastos	Técnico de Nível Superior - Assistente Social
628002951	Eliane Cristina Dutra Barbosa Fajardo	Técnico de Nível Superior - Assistente Social
628000718	Lucivânia Araujo Paulino	Técnico de Nível Superior - Assistente Social
628001609	Maria Luiza Azevedo Alves	Técnico de Nível Superior - Assistente Social
628002047	Monique Monteiro Pimenta	Técnico de Nível Superior - Assistente Social
628000560	Zingla Assunção Pereira Detoni	Técnico de Nível Superior - Assistente Social
628000032	Eduarda Reis Dutra	Técnico de Nível Superior - Enfermeiro
628001337	Elizane Aparecida De Souza Silva	Técnico de Nível Superior - Enfermeiro
628002718	Larissa Vianelle De Moraes	Técnico de Nível Superior - Enfermeiro
628003573	Vanessa Oliveira Lima Araújo	Técnico de Nível Superior - Enfermeiro
628000102	Daier Eliezer Da Silva Gonçalves	Técnico de Nível Superior - Engenheiro Civil
628003131	Marcos Paulo De Oliveira Rebello	Técnico de Nível Superior - Engenheiro Civil
628001429	Adriana Alves Furtado	Técnico de Nível Superior - Farmacêutico
628000170	Aline Pereira Nascimento	Técnico de Nível Superior - Farmacêutico
628002788	Daniele De Souza Alvarenga	Técnico de Nível Superior - Nutricionista
628000817	Helber Ferreira Lima	Técnico de Nível Superior - Nutricionista
628003442	Larissa Antonucci Mazzoni	Técnico de Nível Superior - Nutricionista
628001614	Luana Araújo Dos Santos	Técnico de Nível Superior - Nutricionista
628003433	Daniele Dianin Oliveira	Técnico de Nível Superior - Psicólogo
628003027	Graziele Regina Mendonça De Freitas	Técnico de Nível Superior - Psicólogo
628000594	Juliana Brugiolo Viana	Técnico de Nível Superior - Psicólogo
628000922	Karla Heloisa Dutra Teles	Técnico de Nível Superior - Psicólogo
628000527	Maria Victória De Souza Dutra	Técnico de Nível Superior - Psicólogo
628003897	Monisy Detoni Soares	Técnico de Nível Superior - Psicólogo
628003055	Regiane Carolina Lopes	Técnico de Nível Superior - Psicólogo

II  
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS  
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

**Cargo: Agente Administrativo**

<b>BRANCA</b>
<b>03</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.**

Em relação ao recurso interposto, é possível afirmar que a questão está correta, no entanto, o gabarito foi divulgado incorretamente. A alternativa correta para a questão é a letra D. Na questão, a alternativa C cita ao final a expressão “momento da cirurgia”. Sabe-se que “cirurgia” é o ramo da medicina que trata das doenças através de operações. Inclusive, o vocábulo “cirurgia” não é citado ao longo do texto. Portanto, assim como conta nos parágrafos 3º e 18º, houve “o momento da operação”, tornando a alternativa D correta em relação aos acontecimentos da vida do personagem. As demais alternativas, A e B, também estão incorretas cronologicamente devido aos acontecimentos.

Fonte:

- O próprio texto.

<b>BRANCA</b>
<b>08</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão em análise solicita que seja assinalada a palavra que está grafada **corretamente**. Na alternativa A, a palavra “nacença” está escrita errada, pois o correto é “nascença”, grafada com “sc”. Na alternativa B, a palavra “intercesão” está escrita errada, pois o correto é “intercessão”, grafada com o dígrafo “ss”. Na alternativa C, a palavra “concretização” está escrita corretamente. E, por fim, na alternativa D, a palavra “decepicionado” está escrita errada, pois o correto é “decepcionado”, com a letra “p mudo”. Portanto, tanto a questão quanto a divulgação do gabarito estão corretos.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

<b>BRANCA</b>
<b>10</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A conjunção “mas” é considerada, pela gramática normativa, como uma conjunção adversativa, que serve de elemento de ligação contrapondo dois segmentos coordenados. Por isso, ao analisar o parágrafo 10: “Fizera o vestibular com sucesso, mas não conseguiu entrar na universidade.” e o parágrafo 17: “Até tivera uma breve, louca alegria, quando ouvira o médico dizer: – O senhor está desenganado. Mas também fora um engano do médico.” é possível concluir que no §10 há sim a ideia de contradição; no entanto, no §17 o termo “mas também” transmite ideia de adição. Tornando a questão sem uma alternativa efetivamente correta.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

<b>BRANCA</b>
<b>11</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão trabalha uma problemática envolvendo a divisão de uma medida linear (quilômetros) em frações por dia. A questão elucida que dois amigos fizeram uma travessia de três dias em uma montanha onde a quilometragem total foi dividida de uma determinada maneira:

No primeiro dia, caminharam um terço da quilometragem total do percurso.

No segundo dia, percorreram a metade da quilometragem que restou após o primeiro dia de caminhada.

No terceiro dia, eles caminharam os quilômetros que restaram após o primeiro e segundo dia de caminhada e, assim, concluíram a travessia.

Observando essas frases podemos supor as seguintes equações matemática:

Total de quilômetros "X"

1° dia de caminhada:  $X/3$

2° dia de caminhada: Metade da quilometragem que RESTOU, ou seja, metade de  $2X/3$  que é  $2X/6$  que podemos simplificar e encontrar  $X/3$ .

3° dia de caminhada: Caminharam o restante dos quilômetros que restaram do primeiro e segundo dia de caminhada, ou seja,  $X - (X/3) - (X/3) = X - (2X/3) = X/3$

Portanto, podemos afirmar que eles percorreram a mesma quantidade de quilômetros todos os dias.

Alternativa correta: LETRA A.

Fonte:

- Fundamentos de Matemática Elementar: Conjuntos e Funções. Volume 1. São Paulo: Editora Atual, 2019. IEZZI, Gelson.

<b>BRANCA</b>
<b>12</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão refere-se aos conteúdos programáticos "Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão"

A questão trabalha a problemática de uma concessionária de veículos que exerce um raciocínio para sua meta de vendas do último trimestre anual.

Tal raciocínio está fragmentado em 4 frases dentro da questão em formato de tópicos:

- No mês de outubro devem ser vendidos "x" veículos;
- No mês de novembro devem ser vendidos exatamente 10 veículos a mais que o dobro de veículos vendidos no mês de outubro;
- Em dezembro devem ser vendidos exatamente 10 veículos a mais que o dobro de veículos vendidos no mês de novembro;
- A soma das quantidades de veículos vendidos nos três meses deve ser igual ou maior que 9 vezes a quantidade "x" de veículos vendidos em outubro.

Em seguida uma tabela é apresentada sobre o número de vendas do último trimestre de 4 anos consecutivos 2020, 2021, 2022 e 2023. Como comando, a questão solicita em qual desses anos a meta NÃO foi atingida.

Fazendo as devidas contas podemos observar que em todos os anos a quantidade de vendas de novembro e dezembro seguem o raciocínio das metas, portanto basta verificar se a soma de vendas do trimestre é igual ou maior que a

quantidade de vendas feitas em outubro.

Em 2020 a soma trimestral é igual a 110 e 9 vezes a quantidade vendida em outubro é 90, ou seja, a meta foi batida.

Em 2021 a soma trimestral é igual a 145 e 9 vezes a quantidade vendida em outubro é 135, ou seja, a meta foi batida.

Em 2022 a soma trimestral é igual a 180 e 9 vezes a quantidade vendida em outubro é 180, ou seja, a meta foi batida.

Em 2023 a soma trimestral é igual a 250 e 9 vezes a quantidade vendida em outubro é 270, ou seja, a meta NÃO foi batida pois a soma trimestral é menor que nove vezes a quantidade de veículos vendidos em outubro.

Portanto, o ano em que a meta não foi batida é 2023.

Alternativa correta: LETRA D.

Fonte:

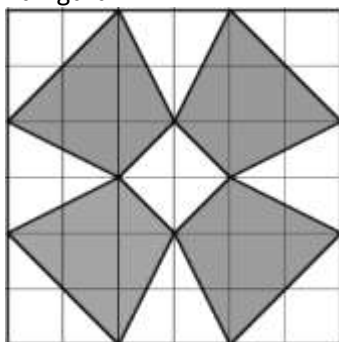
- Fundamentos de Matemática Elementar: Conjuntos e Funções. Volume 1. São Paulo: Editora Atual, 2019. IEZZI, Gelson.

<b>BRANCA</b>
<b>15</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão refere-se aos conteúdos programáticos “Noções sobre figuras geométricas planas”

A questão busca trabalhar o conceito de classificação de figuras planas usando como problemática um azulejo quadrado hipotético em que foi pintado dentro de uma malha quadriculada 4 trapézios isósceles como apresentado na figura.



Como comando a questão solicita ao candidato que marque a alternativa que descreve quais são as demais figuras formadas pelas partes em branco (não pintadas) do azulejo.

Podemos observar que os triângulos que estão nas extremidades do azulejo são retângulos com duas medidas de lado iguais, portanto são classificados como triângulos retângulo isósceles.

Partindo do pressuposto que os trapézios são isósceles, significa dizer que seus lados não paralelos têm a mesma medida. Esses lados também são lados dos triângulos centrais que, portanto, tem dois lados iguais sendo assim classificados como triângulos acutângulos isósceles.

A figura central pode ser classificada tanto como um quadrado quanto como um losango, tendo em vista que todo quadrado é também um retângulo e um losango.

Logo, a alternativa correta é a que descreve 8 triângulos isósceles e um quadrado.

Alternativa correta: LETRA B.

Fonte:

- DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau, **Fundamentos de Matemática Elementar - Geometria Plana**, Volume 9, 8ª Ed., São Paulo: Editora Atual, 2005.

<b>BRANCA</b>
<b>21</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O movimento pós-moderno surgiu após o Modernismo e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse período, o mundo passava pela Terceira Revolução Industrial e por diversas mudanças tecnológicas e sociais. As máquinas foram substituindo aos poucos o trabalho humano, as lutas de classe começaram a ganhar fôlego e os indivíduos se questionavam sobre sua existência e sobre a forma de organização do mundo.

A modernidade aumentou as desigualdades sociais e a destruição do meio ambiente tornava-se cada vez mais perceptível. As ideologias chegaram ao fim e pessoas começam a compreender que os projetos utópicos foram deixados de lado. O consumo extremo mais o culto ao corpo tornaram-se o novo modelo dessa nova sociedade.

A sociedade de espetáculo ganhou novas proporções e o homem deseja muito mais do que consumir coisas, agora ele deseja experiências marcantes, encontrar novas pessoas, ter sensações e vivências nunca experimentadas. A internet e as novas tecnologias de comunicação contribuem para isso. É possível agora conversar com uma pessoa do outro lado do mundo com apenas um clique.

Nesse contexto, a arte pós-moderna surge para questionar os valores individualistas e refletir todo esse momento social. A Pop Art passa assim a ironizar a sociedade de consumo e a Arte Conceitual passa a conversar com os vazios e incertezas sociais. Mas, ao mesmo tempo em que critica o consumo, a Arte Contemporânea vira consumo e passa a ser alvo do mercado internacional.

Frente ao exposto, mantenha-se o gabarito oficial. D) Pós-modernismo.

Fonte:

- <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/artes/pos-modernismo>.

<b>BRANCA</b>
<b>29</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Macunaíma, de Mário de Andrade, é um livro modernista, publicado, pela primeira vez, em 1928. Conta a história de Macunaíma, o herói sem nenhum caráter. Índio nascido na Floresta Amazônica, depois de perder a muiraquitã dada por sua companheira, Ci, a Mãe do Mato, ele decide viajar até a cidade de São Paulo para recuperar o amuleto.

Na trajetória do herói, elementos da cultura indígena e afro-brasileira são mostrados ao leitor e à leitora. Desse modo, a obra se configura em uma narrativa nacionalista, mas de caráter crítico, já que os personagens são apresentados sem nenhuma idealização. Além disso, a língua portuguesa é mostrada em sua rica variedade.

Frente ao exposto, mantenha-se o gabarito oficial. C) Modernismo.

Fonte:

- <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/macunaima.htm>.

BRANCA
03

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Evanildo Bechara, gramático brasileiro, conceituou a linguagem como um sistema de signos simbólicos que servem para expressar ideias e sentimentos. Para ele, o vocabulário é uma parte cultural da língua, que pode se estender ou reduzir de acordo com a cultura do falante. A linguagem coloquial é um tipo de comunicação informal, que não segue as normas gramaticais, e é utilizada em situações cotidianas, como conversas com amigos, familiares ou vizinhos. É também conhecida como linguagem popular. A linguagem coloquial pode incluir: gírias, expressões idiomáticas, gramática mais flexível, tom e expressão emocional. Uma expressão idiomática é uma frase ou locução que possui um sentido figurado e que não deve ser interpretada literalmente como é possível evidenciar em “E, para adiantar o expediente, vestira a aniversariante logo depois do almoço”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
13

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O comando da questão pede que o candidato indique as afirmativas que estão relacionadas com o instituto da desconcentração e não quais afirmativas estão corretas.

Portanto, apenas as afirmativas I e II guardam relação com a desconcentração.

Certo - I. A administração pública direta é composta por órgãos que estão diretamente ligados aos entes da federação, como a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Certo - II. Na desconcentração os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica própria, mas podem ter competências atribuídas a eles

Errado - III. As entidades da administração indireta/descentralizada respondem judicialmente pelos prejuízos causados a particulares, uma vez que possuem personalidade jurídica própria.

Errado - IV. As Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista são exemplos de órgãos descentralizados, pois possuem personalidade jurídica própria, autonomia administrativa, criadas mediante lei específica, para o exercício de finalidade e competências descentralizadas.

BRANCA
14

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, a antiga autarquia IBGE se transformou em Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística após a Reforma Administrativa Federal:

“DECRETA:

*Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fundação IBGE), a qual, na condição de órgão central, coordenará as atividades do sistema estatístico nacional, bem como as de natureza geográfica e cartográfica, realizando levantamentos e estudos naqueles campos, na forma da presente lei.”*

Assim, a alternativa “C” é a única que responde corretamente ao comando da questão.

Fonte:

- Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967.

<b>BRANCA</b>
<b>19</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Nos termos da Lei de Acesso à Informação, subordinam-se os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público, nos termos do art. 1º, Parágrafo único, logo, a alternativa “C” está incorreta. Ou seja, não há previsão de extensão aos Tribunais de Contas e Defensoria Pública.

Fonte:

- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso a Informação.

<b>BRANCA</b>
<b>27</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem prosperar. Isso porque o enunciado da questão solicita a indicação da alternativa que NÃO representa uma competência privativa do chefe do Executivo. O gabarito acertadamente indicou a alternativa “D”. Nos termos do artigo 88, incisos VII, XI e XIV, da Lei Orgânica do Município de São João Nepomuceno, compete privativamente ao Prefeito:

*Art. 88 - Compete **privativamente ao Prefeito**, entre outras atribuições*

*(...)*

*VII - editar medidas provisórias na forma desta LEI ORGÂNICA;*

*(...)*

*XI - decretar, nos termos legais, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;*

*(...)*

*XIV - celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse do Município;*

Já o artigo 49, inciso XV, da Lei Orgânica do Município de São João Nepomuceno, assim dispõe:

*Art. 49 - Compete **ao Presidente da Câmara Municipal**, além de outras atribuições previstas no Regimento Interno:*

*(...)*

*XV - Solicitar, por decisão da maioria absoluta da Câmara, a intervenção no Município, nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual.*

Logo, a alternativa “D” não apresenta uma atribuição de competência privativa do Prefeito, mas sim uma atribuição de competência do Presidente da Câmara Municipal.

Destarte, julga-se improcedentes os recursos interpostos, mantendo-se o gabarito preliminarmente apresentado.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de São João Nepomuceno/MG.

<b>BRANCA</b>
<b>33</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da alternativa A menciona apenas a identificação de grupos e áreas com "risco leve ou moderado," o que não cobre a identificação de todos os grupos de risco, incluindo os de **alto risco**, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde. A vigilância epidemiológica para malária deve monitorar tanto áreas de alto risco quanto áreas de outros níveis de risco para direcionar ações apropriadas.

A alternativa B, que se refere à estimativa de morbidade e mortalidade, está correta e alinhada com os objetivos descritos no *Guia de Vigilância em Saúde*, sendo um aspecto essencial do monitoramento epidemiológico da malária. Segundo o *Guia de Vigilância em Saúde* do Ministério da Saúde, os objetivos da vigilância epidemiológica da malária incluem "estimar a magnitude da morbidade e mortalidade da malária", além de outros objetivos como identificar grupos, áreas e épocas de maior risco, e recomendar medidas para controlar a doença. Dessa forma, a alternativa B reflete corretamente um dos objetivos centrais da vigilância epidemiológica em malária.

Portanto, a alternativa B deve ser mantida como correta, pois está em conformidade com os objetivos específicos da vigilância epidemiológica para a malária conforme o guia do Ministério da Saúde. A alternativa A não é correta, pois limita-se a mencionar "risco leve ou moderado", enquanto a vigilância para malária abrange "identificar grupos, áreas e épocas de maior risco".

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 5. ed, 2022. p. 847.

<b>BRANCA</b>
<b>34</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão em análise solicita que o candidato identifique um sinal de alarme da dengue, apresentando como alternativa correta a dor abdominal intensa (opção D). De acordo com o Guia de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde (2022), os sinais de alarme da dengue, que indicam uma possível evolução para formas mais graves da doença, incluem a dor abdominal intensa e contínua, que pode ser referida pelo paciente ou identificada durante a palpação. A dor retro-orbital é, de fato, um sintoma clássico da dengue e aparece frequentemente na fase inicial da infecção; porém, não é considerada um sinal de alarme segundo os critérios oficiais do Ministério da Saúde. Estes sinais de alarme são critérios essenciais para o manejo clínico da dengue e indicam a necessidade de vigilância e intervenção imediata para evitar complicações.

Os sinais de alarme específicos, conforme mencionado no guia, abrangem sintomas como dor abdominal intensa, vômitos persistentes, hipotensão postural, letargia, irritabilidade e sangramentos, entre outros. Estes são indicadores de potencial gravidade e diferem dos sintomas comuns da fase inicial da dengue clássica, como a febre, dor de cabeça, e a dor retro-orbital.

Dado o exposto, a alternativa correta é, de fato, a opção D) Abdominal intensa, uma vez que apenas esta alternativa é listada como sinal de alarme no manejo de casos de dengue, conforme os protocolos oficiais do Ministério da Saúde (2022). A dor retro-orbital, embora comum, não representa um sinal de alerta para gravidade, e, portanto, a questão está coerente com os critérios estabelecidos para a identificação de sinais de alarme da dengue.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 5. ed, 2022.

<b>BRANCA</b>
<b>13</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O comando da questão pede que o candidato indique as afirmativas que estão relacionadas com o instituto da desconcentração e não quais afirmativas estão corretas.

Portanto, apenas as afirmativas I e II guardam relação com a desconcentração.

Certo - I. A administração pública direta é composta por órgãos que estão diretamente ligados aos entes da federação, como a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Certo - II. Na desconcentração os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica própria, mas podem ter competências atribuídas a eles

Errado - III. As entidades da administração indireta/descentralizada respondem judicialmente pelos prejuízos causados a particulares, uma vez que possuem personalidade jurídica própria.

Errado - IV. As Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista são exemplos de órgãos descentralizados, pois possuem personalidade jurídica própria, autonomia administrativa, criadas mediante lei específica, para o exercício de finalidade e competências descentralizadas.

<b>BRANCA</b>
<b>27</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem prosperar. Isso porque o enunciado da questão solicita a indicação da alternativa que NÃO representa uma competência privativa do chefe do Executivo. O gabarito acertadamente indicou a alternativa "D". Nos termos do artigo 88, incisos VII, XI e XIV, da Lei Orgânica do Município de São João Nepomuceno, compete privativamente ao Prefeito:

*Art. 88 - Compete **privativamente ao Prefeito**, entre outras atribuições*

*(...)*

*VII - editar medidas provisórias na forma desta LEI ORGÂNICA;*

*(...)*

*XI - decretar, nos termos legais, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;*

*(...)*

*XIV - celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse do Município;*

Já o artigo 49, inciso XV, da Lei Orgânica do Município de São João Nepomuceno, assim dispõe:

*Art. 49 - Compete **ao Presidente da Câmara Municipal**, além de outras atribuições previstas no Regimento Interno:*

*(...)*

*XV - Solicitar, por decisão da maioria absoluta da Câmara, a intervenção no Município, nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual.*

Logo, a alternativa "D" não apresenta uma atribuição de competência privativa do Prefeito, mas sim uma atribuição de competência do Presidente da Câmara Municipal.

Destarte, julga-se improcedentes os recursos interpostos, mantendo-se o gabarito preliminarmente apresentado.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de São João Nepomuceno/MG.

<b>BRANCA</b>
<b>39</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.**

A Lei nº 5.172/1966 é a referência de âmbito nacional que trata de normas gerais em direito tributário, e preconiza em seu art. 3º, que traz a definição de Tributo:

*Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.*

Ora, extrai-se do enunciado que o candidato deverá assinalar a alternativa que NÃO corresponde ao art. 3º do CTN, sendo que apenas a “D” afronta o texto legal, que determina que a atividade de cobrança tributária é plenamente vinculada, não cabendo atuação discricionária do agente. As outras alternativas estão de acordo com o conceito legal. Desta feita, assiste razão ao recorrente, devendo o gabarito ser alterado de “B” para “D”.

Fonte:

- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

**Cargo: Auditor Fiscal Municipal**

<b>BRANCA</b>
<b>01</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com a organização estrutural e o conteúdo do texto, pode-se afirmar que há, predominantemente, características da tipologia textual:”, a alternativa “**D**) Dissertativa.” não pode ser adequadamente indicada como correta. As tipologias textuais são os tipos de textos criados em determinados contextos e que dependem da intenção e necessidade de comunicação das pessoas. A tipologia textual é dividida em cinco tipos de textos: tipologia narrativa (narração): contar uma história incluindo tempo, espaço e personagens envolvidos; tipologia descritiva (descrição): descrever uma pessoa, um objeto, um local, um acontecimento; tipologia dissertativa (dissertação): defender uma ideia e expor uma opinião através de argumentações; tipologia expositiva (exposição): apresentar um conceito, uma ideia, ou informar sobre algo; tipologia injuntiva (injunção): ensinar ou instruir sobre algo com o objetivo de levar a uma ação. A narração significa contar uma história, acontecimentos e ações de personagens dentro de um espaço e um tempo determinado. Através de um enredo (história) é relatado por um narrador os acontecimentos e ações de maneira linear ou não linear. Assim, se o enredo seguir uma sequência cronológica, trata-se de um enredo linear. Do contrário, se existir uma mistura entre o passado, o presente e o futuro, estamos diante de um enredo não linear. Para facilitar o entendimento, podemos resumir os elementos da narrativa da seguinte forma: O quê? - revela a história, o assunto central da trama. Quem? - são as personagens envolvidas na trama e que podem ser principais (protagonistas) e secundárias (coadjuvantes). Quando? - indica o momento em que a história se passa. Onde? - representa o local (espaço) onde a narrativa ocorre, que podem ser ambientes físicos ou psicológicos. Por quem? - aquele que conta a história é o narrador (foco narrativo). Ele pode fazer parte da história (narrador personagem) ou não participar dela (narrador observador ou narrador onisciente). Características da tipologia narrativa revela a sequência de acontecimentos de uma história; os fatos e as ações são relatados por um narrador (foco narrativo) que participa ou não da trama; presença de personagens principais (protagonistas), que aparecem com maior frequência e são mais importantes na história, e personagens secundários (coadjuvantes); marcação de tempo (tempo cronológico) através de datas e momentos históricos, ou o tempo individual de cada personagem (tempo psicológico); indicação do local onde se desenvolve a história e que podem ser físicos (reais ou imaginários) ou psicológicos (na mente das personagens). Os principais exemplos de textos narrativos são: crônicas, contos, romances, fábulas, novelas. Esses tipos de narração contém todos os elementos da narrativa: um enredo contado por um narrador, um espaço e um tempo definido, além de incluir personagens na trama. Tipologia descritiva

(descrição): A descrição representa o ato de descrever algo e que pode ser uma pessoa, um objeto, uma paisagem, um local. Quando utilizamos a tipologia descritiva, buscamos apresentar as principais características de algo, o que pode ser feito de duas maneiras: descrição objetiva e descrição subjetiva. Na descrição objetiva não há um juízo de valor, uma opinião, ou mesmo impressões subjetivas sobre o que está sendo observado. A imparcialidade (visão neutra) é uma das principais características desse tipo de descrição. Ela busca apontar de maneira muito realista e verossímil os atributos de algo (alto, baixo, claro, escuro, longo, curto). Já na descrição subjetiva, a opinião, as apreciações e as emoções de quem está descrevendo aparece de forma muito nítida, por exemplo, pelo uso de muitos adjetivos. Nesse caso, o objetivo é valorizar a forma do texto com o intuito de influenciar os leitores através de um juízo de valor sobre o que está sendo observado. Exemplos das descrições objetiva e subjetiva: Descrição objetiva: “A Basílica de São Marcos, localizada em Veneza, é repleta de mosaicos.” Não há uma opinião sobre o que está sendo observado. Descrição subjetiva: “A deslumbrante Basílica de São Marcos, localizada em Veneza, é repleta de belíssimos mosaicos.” Pelo uso dos adjetivos, notam-se as impressões do autor. Características da tipologia descritiva: apontar os principais atributos e aspectos de algo; realizar um retrato verbal sobre algo; valorizar os detalhes, os pormenores e as minúcias; utilizar muitos adjetivos para detalhar o objeto descrito; usar verbos de ligação (ser, estar, parecer) para demonstrar o objeto descrito; presença de verbos no pretérito imperfeito e no presente do indicativo para descrever cenas; recorrer às metáforas e comparações que permitem uma melhor imagem mental do que está sendo descrito. Os principais exemplos de textos descritivos são: retratos falados, diários, notícias, biografias. Todos eles são textos descritivos, em que há um retrato verbal realizado pelo autor (emissor). O tipo textual dissertativo é aquele em que há o posicionamento do autor em defesa de um tema ou assunto. Por buscar persuadir o leitor, esse tipo textual depende da apresentação de argumentos, justificativas, conceitos, exemplos, dados, conceitos filosóficos, operadores argumentativos etc. Estruturalmente, os textos dissertativos dividem-se em introdução, desenvolvimento e conclusão: Introdução: contextualiza-se o tema abordado no texto, e, geralmente, é quando a tese defendida é apresentada. Desenvolvimento: busca-se comprovar a tese apresentada na introdução do texto. Para isso, apresentam-se justificativas, dados, análises, argumentos, comparações, explicações detalhadas e outras diversas estratégias argumentativas que podem ser empregadas para a defesa de uma ideia. Conclusão: retomam-se os argumentos desenvolvidos, apresentam-se os resultados obtidos, reafirma-se a tese diante dos resultados encontrados, e, em casos específicos, apresentam-se possíveis soluções para os problemas analisados. Exemplos de textos dissertativos: artigo de opinião; editorial; resenha crítica; dissertação argumentativa; crônica argumentativa; tese acadêmica; dissertação acadêmica; monografia; artigo de divulgação científica. A alternativa “**C**) Expositiva.” pode ser adequadamente indicada como correta. A tipologia expositiva fornece fatos de uma forma educacional e objetiva. Apresenta um tema a partir de vários recursos, como definição, descrição, comparação, informação e enumeração. Para escrever esse tipo de texto, são oferecidas informações e argumentos a partir de um conhecimento objetivo, ou seja, é necessário um levantamento de dados confiável. O objetivo é expor informações corretas e úteis sobre o tema escolhido, com a intenção de expor pontos de vista, ideias e conhecimento. O texto expositivo precisa acrescentar algo ao leitor, e também, não é necessário de fato convencer o interlocutor da sua ideia, pois o intuito é expor. O texto expositivo está em todos os campos de conhecimento do mundo acadêmico como em seminários, entrevistas, mas também é visto em redes sociais, jornais, revistas e até verbete de dicionário. Um bom exemplo são os artigos de jornais, pois, além de trazer informações, ele também organiza ideias e apresenta seu ponto de vista sobre determinado assunto. A resenha, texto apresentado, é um gênero textual que consiste em um comentário, descrição ou enumeração de um objeto (livro de Ailton Krenak “Ideias para adiar o fim do mundo”), a fim de fornecer embasamento para que o leitor se sinta convencido em conhecê-lo ou evitá-lo. O gênero resenha pode ser dividido em resenha descritiva (de caráter expositivo) e resenha crítica (de caráter expositivo-argumentativo). Uma boa resenha compreende um estudo sistemático do objeto resenhado, conhecimento acerca do público-alvo e domínio desse gênero textual. A principal diferença entre o resumo e a resenha é que aquele faz uma síntese (redução) do texto original, sendo que esta faz uma relação das propriedades de um objeto, citando as circunstâncias que o envolvem.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<b>BRANCA</b>
<b>06</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão ““Ansiedade climática. Este é apenas um dos males que acometem tanta gente em tempos de enchentes, onda de calor, secas e tantos outros desastres que são consequência, sobretudo, da devastação ambiental levada a cabo por nós mesmos.” (1o§) Acerca do termo destacado pode-se afirmar que:

- I. Foi empregado com o objetivo de contribuir para a coesão textual como elemento de conexão.
- II. Tem sua concordância estabelecida considerando apenas a expressão “ansiedade climática” por ele retomada.
- III. Poderia ser substituído “Estes” caso o verbo ser fosse empregado na forma do plural, mantendo-se o mesmo tempo verbal.

Está correto o que se afirma em “”, a alternativa “**B**) I, apenas.” foi adequadamente indicada como correta. A coesão é resultado da disposição e da correta utilização das palavras que propiciam a ligação entre frases, períodos e parágrafos de um texto. Ela colabora com sua organização e pode ocorrer por meio de palavras chamadas de conectivos. É o que ocorre com o uso do “este” no trecho destacado, retomando “ansiedade climática”. Concordância verbal e nominal é relação que garante que as palavras concordem umas com as outras. A concordância verbal garante que os verbos concordem com os sujeitos, enquanto a concordância nominal garante que os substantivos concordem com adjetivos, artigos, numerais e pronomes. Exemplo: Nós estudaremos regras e exemplos complicados juntos. Neste exemplo, quando concordamos o sujeito (nós) com o verbo (estudaremos) estamos fazendo a concordância verbal. Por sua vez, quando concordamos os substantivos (regras e exemplos) com o adjetivo (complicados) estamos fazendo concordância nominal. Para garantir a concordância verbal, precisamos respeitar as relações de número e pessoa entre verbo e sujeito. Para garantir a concordância nominal, precisamos respeitar as relações de gênero e número entre substantivos, adjetivos, artigos, numerais e pronomes. Ocorre que a referência a “ansiedade climática” não indica concordância do pronome “este”; expressão feminina e pronome masculino. O termo “este”, mesmo retomando a expressão “ansiedade climática”, tem sua concordância de gênero estabelecida com “um dos males” (gênero masculino, singular).

Fonte:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.

<b>BRANCA</b>
<b>08</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “A correção gramatical pode ser identificada por meio do emprego do verbo “haver” em “[...] a destruição que hoje assusta a humanidade começou há séculos.” (1o§). O mesmo NÃO ocorre em:”, a alternativa “**B**) Ele irá embora daqui há alguns dias, não pode perder tempo.” foi adequadamente indicada como correta. O verbo “haver” nos sentidos de “existir”, “acontecer”, “ocorrer” é um verbo impessoal, ou seja, não possui sujeito, e é empregado na terceira pessoa do singular, independente do tempo verbal. Exemplos: a) Havia pássaros no céu. b) Há muitas vagas ainda. c) Não sei se ainda há, mas havia muitas vagas. d) Não haverá mais pássaros no céu se continuarmos a destruir seu habitat. Vale lembrar que nas locuções verbais o verbo “haver” delonga a impessoalidade ao seu auxiliar e, portanto, permanecem ambos no singular. Exemplos: 1) Deve haver um modo de sairmos daqui. 2) Não sei se chegou a haver notícias sobre essa enchente em Minas. No exemplo destacado indicado como incorreto, ocorre o emprego do “haver” na indicação de tempo futuro, quando, na verdade, para indicar futuro usa-se o “a”. Exemplo: Daqui a pouco, começaremos a prova. Já o “há”, forma do verbo haver, indica tempo passado: Ele foi embora há alguns dias. A alternativa “**A**) Há muito tempo pretendemos concluir este trabalho.” não pode ser indicada como correta, conforme exposto anteriormente, já que o enunciado requeria a indicação de estrutura em que não houvesse correção gramatical. A alternativa “**D**) Havia tantas pessoas naquele lugar que era impossível chegarmos até o palestrante.” não pode ser indicada como correta, por não haver incorreção gramatical, conforme exposto

anteriormente.

Fonte:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.

<b>BRANCA</b>
<b>15</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Inicialmente, cabe destacar que a questão guerreada solicita do candidato a orientação que NÃO respeita o regramento legal estabelecido pela Lei Federal nº 12.527/2011. Os argumentos lançados no recurso não discutem o gabarito da questão (alternativa D), o qual encontra-se incorreto diante do que dispõe o art. 10 da referida lei.

As razões recursais fundam-se no argumento de que a alternativa C também seria um gabarito possível para a questão, por estar incorreta com relação à Lei 12.527/2011. Todavia, tal alternativa é a transcrição, *ipsis litteris*, do art. 11, §4º: “Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.”

Confirma-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

<b>BRANCA</b>
<b>21</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O requisito da consulta plebiscitária só é aplicável no caso de extinção de distrito, e não de criação. Dessa forma, tendo em vista que a criação não exige plebiscito, só a alternativa B se encontra correta.

Fonte:

- Art. 6º O território do Município poderá ser dividido, para fins administrativos, em Distritos, criados, organizados, extintos ou novamente delimitados por lei municipal, observada a legislação estadual, a consulta plebiscitária à população diretamente interessada e o atendimento dos requisitos estabelecidos no artigo 7º, desta LEI ORGÂNICA.

§ 1º A extinção do Distrito somente se efetuará mediante consulta plebiscitária à população da área interessada.

- Art. 7º São requisitos para a criação do Distrito:
  - I - Eleitorado não inferior a 200 (duzentos) eleitores;
  - II - Existência de povoado com, pelo menos, 50 (cinquenta) moradias e escola pública;
  - III - demarcação dos limites, obedecido, no que couber, o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Estadual nº 37/95.

<b>BRANCA</b>
<b>23</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os recorrentes alegam que é possível a divulgação de festa junina paroquial nos meios de comunicação do Município. Porém, a respectiva lei orgânica veda. Para tanto, alegam a aplicação da Lei Federal, nº 14.555, de 25/04/2023: reconheceu as festas juninas como manifestação da cultura nacional e que o Estado de Minas Gerais lançou o programa Minas Junina, tendo como objetivos a estruturação e promoção das festividades juninas no estado. Porém, esses fundamentos estão fora do escopo da questão, que expressamente exigiu a resposta “de acordo com a Lei Orgânica do Município de São João Nepomuceno”. O candidato deve exercer sua opinião e conhecimento crítico até em face de condutas ilícitas que por ventura tenham sido praticadas na realidade, tendo em vista que o juízo de legalidade deve se dar em face da lei, e não pela realidade político-administrativa brasileira, que deve ser ajustada à legalidade.

Fonte:

- Art. 14. Ao Município é vedado:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV - subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviços de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração.

<b>BRANCA</b>
<b>31</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão atende ao seguinte conteúdo programático constante do edital:

*“ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS - 6. Efeitos da ausência ou do excesso de cobrança de impostos. A curva reversa. O efeito de curto, médio e longo prazos da inflação e do crescimento econômico sobre a distribuição da carga fiscal.”*

O tema da questão é, economicamente, complexo. Não se trata de conhecimento do senso comum e, por vezes, desagrada aos cidadãos, pois tributação implica em redução recursos disponíveis para gastos e/ou investimentos de interesse pessoal. Por isso, a questão foi pensada e elaborada com vocábulos simples e utilizando termos que estão no cotidiano midiático (mídias) quando tratam do tema tributação.

O tratamento e a forma de elaborar a questão, teve por finalidade transformá-la em nível de dificuldade mediana, utilizando-se de estratégia de avaliar a atenção do candidato quanto à certeza da veracidade ou não das afirmativas a serem julgadas, quando da marcação das respostas.

**RESOLUÇÃO DA QUESTÃO:**

*Afirmativa I – Correto - “Excesso na cobrança de impostos pode desestimular o investimento privado e levar à desaceleração da economia”.*

Inúmeros artigos científicos destacam que a redução da carga tributária e a variância nos impostos sobre a produtividade poderão gerar um aumento do produto e da Produtividade Total dos Fatores (PTF) na economia brasileira, contribuindo para o nível e para a taxa de crescimento do PIB per capita e para a elevação do emprego e da renda. O inverso também é verdadeiro.

*Afirmativa II – Correto - “Altas taxas tributárias podem resultar em menor geração de emprego e levar à redução da produção de bens e serviços.”*

Alta carga tributária reduz o lucro dos empresários, que podem julgar demasiado penoso fazer novos investimentos,

o que pode levar ao fechamento de empresas e, em consequência, reduzir a oferta de postos de trabalho formais e novos produtos e serviços.

*Afirmativa III – Correto - “Ineficiência na arrecadação de tributos pode ter como consequência a escassez de recursos para implementação de políticas públicas de suma importância para os cidadãos.”*

A ineficiência, por si só, impacta no volume de recursos a serem arrecadados pelo órgão público. Se o governo tem o direito de arrecadar e não o faz ou faz de forma a não ser eficiente, certamente faltarão recursos para implementar políticas públicas.

Em economia inflacionárias, o impacto é ainda maior, pois surge o que se denomina “Efeito Tanzi”, conceito de economia desenvolvido pelo italiano Vito Tanzi (1969). O Efeito Tanzi analisa a relação entre arrecadação fiscal e taxas de inflação no decorrer do tempo, estabelecendo o valor da influência da inflação sobre o valor das receitas fiscais. Vito Tanzi, identifica uma defasagem (*vacatio*) entre o fato gerador do tributo (momento tipificado em lei no qual o tributo deve ser cobrado) e o momento que ele é efetivamente arrecadado pelo Estado; e afirma que, considerando-se a desvalorização da moeda com qual os tributos são pagos, quanto maior for a inflação nesse período menor será a arrecadação real do governo.

*Afirmativa IV – Correto - “Alta carga tributária, sem o esperado retorno na prestação de serviços públicos que atenda às expectativas dos cidadãos, pode estimular a sonegação fiscal.”*

Esta afirmativa se refere ao que se conhece como “Curva de Laffer”.

Aumento na carga tributária de forma exagerada sem a contraprestação de serviços públicos pode diminuir o quanto o governo arrecada em tributos. Se o governo aumenta os impostos, o normal seria a arrecadação sempre aumentar também. Porém, o efeito das políticas monetária e fiscal sobre a economia podem contrariar essa lógica.

A curva de Laffer mostra quanto o governo arrecadaria de impostos aplicando diferentes alíquotas. Segundo a curva, essa relação não é diretamente proporcional – ou seja, em determinado ponto, um aumento na tributação resultaria em uma receita menor do que antes. Um dos fatores que pode levar à redução da arrecadação é o aumento da disposição dos contribuintes à sonegação.

Fontes:

- Estudo analisa impactos da redução de impostos sobre a produtividade - Secretaria de Política Econômica avaliou efeitos da diminuição de tributos na alocação de recursos. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/junho/estudo-analisa-impactos-da-reducao-de-impostos-sobre-a-produtividade>
- TANZI, Vito; ET AL. Economia Subterrânea: Uma visão contemporânea da economia informal no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2009.
- LAFFER, A. B. *Statement prepared for the joint economic committee. In: LAFFER, A. B.; SEYMOUR, J. P. (Ed.). The economics of the tax revolt: a reader. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1979.*

<b>BRANCA</b>
<b>34</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão atende ao seguinte conteúdo programático constante do edital:

*“DIREITO TRIBUTÁRIO – (...) Sistema Tributário Nacional: atribuição e competência tributária, (...) Tributos de competência dos Municípios.”*

*Vejam os dispostos em cada alternativa da presente questão:*

*Alternativa A - CORRETO. “A Constituição da República Federativa do Brasil autoriza a União a instituir e arrecadar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).”*

*CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988*

*SEÇÃO III - DOS IMPOSTOS DA UNIÃO*

*Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:*

*VI - propriedade territorial rural;*

*Alternativa B - CORRETO. “Os municípios são proibidos de estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.”*

*CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988*

*Art. 152. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.*

*Alternativa C - INCORRETO. “O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, inclusive sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, é de competência dos municípios.”*

*CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988*

*SEÇÃO V- DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS*

*Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:*

*III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.*

*[...]*

*SEÇÃO IV - DOS IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL*

*Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:*

*I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;*

*II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;*

*Alternativa D - CORRETO. “O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.”*

*CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988*

*SEÇÃO III - DOS IMPOSTOS DA UNIÃO*

*Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:*

*VI - propriedade territorial rural;*

*[...]*

*§ 4º O imposto previsto no inciso VI do caput:*

*III - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.*

Fonte:

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>

<b>BRANCA</b>
<b>35</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão atende ao seguinte conteúdo programático constante do edital:

*“DIREITO TRIBUTÁRIO – Receitas dos Estados distribuídas aos Municípios.”*

Todas as afirmativas a serem julgadas estão CORRETAS.

Vejamos o disposto em cada afirmativa da presente questão:

*Afirmativa I - CORRETO. “25% da receita arrecadada com Imposto sobre Operações relativas à circulação de mercadorias – ICMS.”*

*CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988*

*Art. 158. Pertencem aos Municípios:*

*IV - 25% (vinte e cinco por cento):*

*a) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;*

*Afirmativa II - CORRETO. “25% da parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI transferida pela União.”*

*CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988*

*Art. 159. A União entregará:*

*II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados e do imposto previsto no art. 153, VIII, 10%*

(dez por cento) aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados;

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos que receberem nos termos do inciso II do caput deste artigo, observados os critérios estabelecidos no art. 158, § 1º, para a parcela relativa ao imposto sobre produtos industrializados, e no art. 158, § 2º, para a parcela relativa ao imposto previsto no art. 153, VIII.

25% da parcela do IPI transferida pela União (Artigo 159, inciso II, parágrafo 3º);

Afirmativa III - CORRETO. "50% do produto da arrecadação do imposto do sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios."

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

III - 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios;

Fonte:

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>:

<b>BRANCA</b>
<b>39</b>

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão atende ao seguinte conteúdo programático constante do edital:

*"CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA - 5. Carga Fiscal. Progressiva. Regressiva. Neutra. Carga Fiscal Ótima."*

Todas as afirmativas a serem julgadas estão INCORRETAS.

Vejamos o disposto em cada afirmativa da presente questão:

Afirmativa I – INCORRETO "A implementação da progressividade nos impostos sobre o patrimônio resolveria, definitivamente, o problema da sonegação fiscal e da desigualdade tributária, aliviando os trabalhadores, pois observados os parâmetros de localidade, uso do bem e a destinação econômica, far-se-ia uma tributação com respeito à capacidade contributiva de todos os cidadãos."

1.4 Da progressividade nos impostos sobre a propriedade

A implementação da progressividade nos impostos sobre o patrimônio não resolveria a sonegação nem a desigualdade tributária, mas já aliviaria em grande parte o trabalhador, visto que se observados os parâmetros de localidade, uso do bem imóvel e a destinação econômica, far-se-á uma tributação em respeito a capacidade contributiva do contribuinte.

Afirmativa II – INCORRETO "A tributação neutra sobre a propriedade é a melhor forma de se aproximar do ideal solidário, que tem o conceito de que os homens devem prestar-se mútua colaboração, até mesmo em matéria de tributos. Nessa perspectiva, o Estado, ao buscar o bem comum, deve tributar a propriedade sempre respeitando o princípio da neutralidade a fim de alcançar a tão sonhada igualdade tributária."

1.4 Da progressividade nos impostos sobre a propriedade

Verifica-se que a tributação progressiva é a melhor forma de se aproximar do ideal solidário, que tem o conceito de que os homens devem prestar-se mútua colaboração, até mesmo dos tributos. Nesta perspectiva, o Estado buscando o bem comum, deve tributar progressivamente os impostos pessoais sobre o patrimônio e a renda a fim de alcançar-se a tão sonhada igualdade tributária ou equilíbrio tributário.

Afirmativa III – INCORRETO "A taxa regressiva e indireta constitui elemento de equidade democrática e redistribuição de renda."

1.4 Da progressividade nos impostos sobre a propriedade

A taxa progressiva e direta constitui elemento de equidade democrática e redistribuição de renda. O Brasil é um dos países com impostos mais regressivos do mundo, isto é, onde os pobres, através dos prevalentes impostos indiretos (consumo e produção), pagam mais que os ricos.

Fontes:

- BALEEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. p. 754.
- BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro, 11 ed., p.348.

**Cargo: Auxiliar de Aprendizagem para Estudante com Deficiência**

<b>BRANCA</b>
<b>34</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Confirma-se que existe um erro de digitação na alternativa D da presente questão. A sigla "PCNF" está incorreta e deveria ser "PNCFC," conforme o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária. No entanto, ao avaliar a questão como um todo, verifica-se que a alternativa D é a única que reflete com precisão os princípios e diretrizes estabelecidos pelo PNCFC, especialmente no que se refere ao acompanhamento psicossocial e à articulação com a rede de proteção e Justiça, elementos centrais do programa. Embora a sigla correta tenha sido usada na alternativa B, o conteúdo dessa alternativa contradiz os princípios do PNCFC. O PNCFC defende a manutenção dos vínculos familiares sempre que possível, buscando a reintegração das crianças à família de origem quando as condições são favoráveis. Assim, a alternativa B não está de acordo com as diretrizes do programa, independentemente do uso correto da sigla. Dessa forma, não se considera esse erro como suficiente para alterar o gabarito, pois ele não compromete a essência da resposta correta. A alternativa D permanece como a resposta correta, visto que apresenta o conteúdo mais alinhado com os princípios do PNCFC. Além do mais, a referida sigla foi corretamente empregada no enunciado da questão, não deixando dúvidas ao candidato do que se referia a sigla e seu significado.

Dessa forma, a banca mantém inalterado o gabarito preliminarmente divulgado, uma vez que o conteúdo central da alternativa D ainda reflete o objetivo e os princípios do PNCFC.

Fontes:

- BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2006.
- MONTAÑO, Carlos. **A Política Social Brasileira: Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

**Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais**

<b>BRANCA</b>
<b>02</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão em análise pode ser considerada como parte do conteúdo programático "Leitura e compreensão de textos, informações de pequenos textos" do QUADRO V do item 5.1.1, pois ao analisar o trecho em destaque, é função do candidato interpretar a quem se referem os termos destacados.

Fonte:

- O próprio texto.

<b>BRANCA</b>
<b>03</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na referida questão é solicitado que se assinale a afirmativa correta em que expressa o que é possível compreender/identificar ao ler o texto. A alternativa A está incorreta, pois não é comentado no texto sobre a vida/trajetória do autor Rubem Braga. Na alternativa B, afirma que o texto possui informações com receitas populares de como evitar ou melhorar rouquidão e doenças da garganta; o texto apresenta em seu terceiro parágrafo o trecho *“Uma leitora me receitou pelo telefone chá de pitangueira, laranja da terra e eucalipto, tudo isso agravado por um dente de alho bem moído.”*, porém não é esse o contexto principal da crônica. Na alternativa C, aborda sobre o filho do autor e não é citado o filho da personagem durante o texto. Portanto, apenas a alternativa D está correta, *“Relatos do autor que possui problemas em sua voz desde muitos anos e que encontra fuga para o cotidiano na escrita que faz para o jornal.”*.

Fonte:

- o próprio texto.

<b>BRANCA</b>
<b>05</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na questão em análise, é solicitado que seja assinalado o sentido que o vocábulo, “mas” expressa em determinada frase. Tal tema pode ser considerado como “Leitura e compreensão de textos, informações de pequenos textos.” do QUADRO V do item 5.1.1, portanto, é função do candidato interpretar o sentido do termo em destaque, que é a alternativa B: oposição de ideias.

Fonte:

- O próprio texto.

<b>BRANCA</b>
<b>08</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A presente questão trata-se do conteúdo de “pontuação”, do QUADRO V do item 5.1.1 – sinal de reticências. A questão pede a alternativa incorreta - letra A: Demonstra conclusão de ideias quando é empregada.

Fonte:

- O próprio texto.

<b>BRANCA</b>
<b>09</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A presente questão solicita a substituição da expressão “afinal de contas”. O gabarito da questão é a alternativa C – em resumo. E tal substituição pode ser considerada como “sinônimo, informações de pequenos textos, conhecimento da língua, bem como leitura e compreensão de textos” do QUADRO V do item 5.1.1.

Fonte:

- o próprio texto.

BRANCA
20

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segue abaixo resolução:

Sabendo que o aquário de 20 litros, já está com 8 litros, temos que:

$$20 - 8 = 12 \text{ litros}$$

Restam ainda 12 litros para atingir a capacidade total, sabemos que o garoto está usando um pote de 400 ml, logo:

$$12 \text{ litros} = 12.000 \text{ ml} / 400 \text{ ml} = 30 \text{ potes}$$

Logo, para atingir a capacidade máxima do aquário ainda será necessário encher 30 vezes o pote com água.

Fontes:

- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. *Aprendendo Lógica*. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.
- <https://escolakids.uol.com.br/matematica/unidades-de-medida-de-capacidade.htm>

Cargo: Escrivário

BRANCA
02

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão avalia o conhecimento quanto a trechos acessórios na oração. Assim, no trecho “Matrix, o clássico do cinema lançado no fim da década de 1990, retrata um universo em que não éramos nós, seres humanos, [...]”, o fragmento entre vírgulas é um aposto, termo acessório na oração. O aposto pode ter a função de enumerar, recapitular ou retomar, caracterizar ou explicar e resumir. O fragmento sublinhado é uma explicação do que se trata o termo “matrix”. Assim, a alternativa correta é explicar o termo “Matrix”. Uma das características do aposto explicativo é vir entre vírgulas e se for retirado da oração, não altera o sentido dela.

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA
03

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão avalia a relação de sintaxe do verbo haver que depende do seu significado na oração. Ele pode ser pessoal quando a oração apresentar sujeito e pode ser impessoal quando a oração for sem sujeito. Segundo as regras gramaticais, quando o verbo haver for impessoal, ele deve ficar flexionado na terceira pessoa do singular. O verbo será impessoal nas seguintes situações: quando possuir os sentidos de “existir”, “ocorrer”, “acontecer”, “realizar”, ou quando indicar tempo decorrido.

Assim, no trecho 1 - “[...] as máquinas já utilizam, há tempos, os seres humanos para a sua evolução.” (8º§) o verbo haver indica tempo relacionado ao passado, portanto, é tempo decorrido.

No trecho 2 – “Há uma mutualidade aí:[...]”, o verbo assume o sentido de “existir”.

A partir dessas considerações, seguem as análises:

I – Nas duas situações, o verbo haver está flexionado na terceira pessoa do singular por indicar tempo decorrido”, está incorreta, pois na segunda situação, o verbo haver tem sentido de existir.

II – Na primeira situação, o verbo haver está na forma impessoal e na segunda está na forma pessoal, pois o sujeito da oração é “mutualidade”. Afirmativa incorreta, pois o segundo trecho também se trata de oração sem sujeito, portanto, o verbo haver é impessoal.

III – O verbo haver é impessoal nas duas situações, sendo que na primeira indica tempo passado e na segunda apresenta sentido de existir. Alternativa correta, pois em 1 o verbo indica passado e em 2 o sentido de haver é “existir”, portanto, nas duas situações o verbo haver é impessoal. Assim, apenas a afirmativa III está correta.

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

<b>BRANCA</b>
<b>15</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa A foi redigida de maneira que não exclui as exceções previstas na lei. A assertiva faz referência à regra geral do parágrafo único, inciso XI, do art. 2º da Lei nº 9.784/1999, que veda a cobrança de despesas processuais nos processos administrativos, com a ressalva de que essa exclusão pode ser relativizada em situações específicas previstas na lei. Ou seja, uma alternativa não ignora a possibilidade de abordagens, mas sim aponta para uma regra geral que admite as devidas abordagens legais. Dessa forma, a alternativa A está corretamente formulada.

Logo, o gabarito está correto ao apontar a alternativa **D**, já que a mesma está errada, pois contraria o disposto no parágrafo único, inciso II, do art. 2º da mesma Lei nº 9.784/1999, que estabelece que nos processos administrativos devem-se observar o atendimento a fins de interesse geral, sendo vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização legal.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

<b>BRANCA</b>
<b>29</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Compulsando a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma não apresenta vícios ou erros que sugiram a sua anulação ou alteração de gabarito.

O gabarito preliminar da questão, que indica a alternativa “D”, está correto. Logo, reitera-se que a questão não apresenta qualquer imprecisão.

Assim, a questão possui clareza, coerência e coesão de linguagem no seu enunciado, comando e alternativas. Da mesma forma, a questão aborda o assunto “Provimento dos cargos públicos”, temática constante do conteúdo

programático do edital: Lei Municipal nº 1.861, de 28 de março de 1996, que institui o plano de cargos e salários, determina o regime jurídico da Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno/MG e dá outras providências. Especialmente, no que tange as razões de recurso, a questão exige conhecimentos sobre “a nomeação e a promoção” do servidor.

Portanto, a alternativa correta é a “D” pois as afirmativas I, II e IV realmente condizem com a verdade por cumprirem plenamente os seguintes dispositivos legais, respectivamente:

Afirmativa I - artigos 25, inciso II; e 32; ambos do Plano de Cargos e Salários;

Afirmativa II – artigos 31, §1º; 32 e 36; todos do Plano de Cargos e Salários; e

Afirmativa IV – artigo 34, incisos V, VII e IX da mesma Lei.

As demais alternativas estão incorretas por contrariarem as razões já alinhadas.

Art. 34. O Boletim de Avaliação Funcional apurará:

(...)

V - Pontualidade;

(...)

VII - Espírito de colaboração;

(...)

IX - Desídia

Assim, é incontroverso que a afirmativa IV é correta, logo, estando preciso o gabarito que indica a alternativa “D”, que deve ser mantido.

Delibera-se nestas Contrarrazões pela improcedência do recurso.

Fonte:

- Lei Municipal nº 1.861, de 28 de março de 1996, que institui o plano de cargos e salários, determina o regime jurídico da Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno/MG e dá outras providências.

<b>BRANCA</b>
<b>31</b>

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Considerando-se os aspectos gerais das comunicações oficiais, pode-se afirmar que:” pode-se afirmar que a alternativa “D) A adequação quanto à linguagem utilizada está diretamente relacionada ao aspecto público de tais comunicações assim como à sua finalidade comunicacional.” foi adequadamente indicada como correta. No caso da redação oficial, quem comunica é sempre o serviço público (este/esta ou aquele/aquela Ministério, Secretaria, Departamento, Divisão, Serviço, Seção); o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; e o destinatário dessa comunicação é o público, uma instituição privada ou outro órgão ou entidade pública, do Poder Executivo ou dos outros Poderes. Além disso, deve-se considerar a intenção do emissor e a finalidade do documento, para que o texto esteja adequado à situação comunicativa. A necessidade de empregar determinado nível de linguagem nos atos e nos expedientes oficiais decorre, de um lado, do próprio caráter público desses atos e comunicações; de outro, de sua finalidade. Os atos oficiais, aqui entendidos como atos de caráter normativo, ou estabelecem regras para a conduta dos cidadãos, ou regulam o funcionamento dos órgãos e entidades públicos, o que só é alcançado se, em sua elaboração, for empregada a linguagem adequada. O mesmo se dá com os expedientes oficiais, cuja finalidade precípua é a de informar com clareza e objetividade. A finalidade da língua é comunicar, quer pela fala, quer pela escrita. Para que haja comunicação, são necessários: a) alguém que comunique; b) algo a ser comunicado; c) alguém que receba essa comunicação.

Fontes:

- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- Manual de redação oficial da presidência da República.

<b>BRANCA</b>
<b>34</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

O Ponto de Pedido (PP) é o nível crítico de estoque que determina o momento de reposição para evitar rupturas no abastecimento. Calculado com base no consumo médio, tempo de ressurgimento e estoque de segurança, o PP visa garantir a continuidade dos processos e minimizar tanto os custos de manutenção de estoques parados quanto o risco de falta de insumos, impactando positivamente a produção e a eficiência logística (CHIAVENATO, 2022; DIAS, 2020; POZO, 2023; TADEU, 2021; VIANA, 2021).

Para efetuar-se o cálculo do Ponto de Pedido utiliza-se a fórmula:  $PP = (CMM \times TR) + ES$

Onde: CMM - Consumo Médio mensal; TR - Tempo de Ressurgimento; ES - Estoque de Segurança.

Dados fornecidos:

Consumo Mensal				TR	ES
jan./24	fev./24	mar./24	abr./24		
65 unid.	80 unid.	95 unid.	90 unid.	1,5 mês	15 dias do CMM

Cálculo equivocado do PP:

$$PP = ((65 + 80 + 95 + 90 = 330 / 6) \times 1,5) + 41,25 = 123,73 + 41,25 = 165 \text{ unidades}$$

Verifica-se que, na aplicação da fórmula houve os seguintes equívocos: 1. CMM - calculado considerando-se 6 meses; 2. ES – calculado pelo tempo, o que resultou incorretamente o PP.

Cálculo correto do PP:

$$PP = ((65 + 80 + 95 + 90 = 330 / 4) \times 1,5) + 41,25 = 123,73 + 41,25 = 165 \text{ unidades}$$

Portanto é procedente que a questão seja **ANULADA**.

Fontes:

- CHIAVENTATO, I. *Administração: Teoria, Processo e Prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022.
- DIAS, M. A. P. *Administração de Materiais: Princípios, Conceitos e Gestão*. São Paulo: 2020.
- POZO, H. *Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais*. São Paulo: Atlas, 2023
- VIANA, J. J. *Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais*. São Paulo: Saraiva, 2021.
- TADEU, F. B.; Martins, R. A. *Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais: Aplicações, Planejamento e Controle*. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

**Cargo: Monitor**

<b>BRANCA</b>
<b>02</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A afirmativa “E à cabeceira da mesa grande a aniversariante, que fazia hoje oitenta e nove anos” não auxilia na composição, ou seja, na construção do estado anterior da aniversariante. É possível apenas perceber que ela está completando oitenta e nove anos de vida. Todavia, os demais trechos ajudam, sim, a construir o interior, ou seja, o âmago da aniversariante, a saber: “De vez em quando consciente dos guardanapos coloridos”; “E desde as duas horas a aniversariante estava sentada à cabeceira da longa mesa vazia, tesa na sala silenciosa”; “E de vez em quando aquela angústia muda: quando acompanhava, fascinada e impotente, o voo da mosca em torno do bolo”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
06

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O trecho apresentado para análise contém a expressão “como se”, que se trata de uma locução conjuntiva, de modo correspondente a uma situação hipotética.

Fontes:

- O próprio texto.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática. 20. ed. São Paulo: Ática, 2006.

BRANCA
07

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O pretérito mais-que-perfeito do indicativo é usado para indicar uma ação que ocorreu antes de outra ação passada. Pode indicar também um acontecimento situado de forma incerta no passado. É geralmente empregado em situações formais ou textos literários.

Fontes:

- O próprio texto.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática. 20. ed. São Paulo: Ática, 2006.

BRANCA
10

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Contrário de tranquila: agitada; irrequieta; inquieta; movimentada; alvoroçada; conturbada. As demais opções de respostas não estão de acordo com o questionamento abordado.

Fontes:

- O próprio texto.
- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.

BRANCA
20

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão afirma que a personagem Josefina irá repartir parte de sua herança entre seus 4 netos e pergunta qual recebeu a maior quantia.

Ora, o enunciado é inequívoco ao afirmar que é parte da herança e não necessariamente a herança completa. Dessa forma, não há erro no item.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

<b>BRANCA</b>
<b>21</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Como afirma a questão, possui um papel importante para a segurança alimentar nacional, ou seja, a produção destinada ao mercado interno. O Brasil possui diversos produtores familiares que são responsáveis pelo abastecimento alimentar de grande parte do Brasil. Por isso não se confunde com a alternativa B, que trata da agricultura patronal ou empresarial, que tem a sua produção voltada para a comercialização de produtos, em especial para o mercado externo. A mão de obra empregada na agricultura empresarial ou patronal não possui relação com o proprietário de terras, e a produção faz uso intensivo de capitais e de técnicas modernas da agricultura. É comum nas áreas de fronteira agrícola e nas propriedades produtoras de commodities.

Já a agricultura orgânica é caracterizada pelo manejo sustentável do solo e pela não utilização de fertilizantes sintéticos, agrotóxicos e outros insumos que possam trazer prejuízos ao meio ambiente e ao organismo humano. Atualmente existem mais de 17 mil propriedades certificadas que se enquadram na agricultura orgânica. Baseia-se na produção de alimentos, e é muito encontrada em propriedades de agricultura familiar, mas nem todas as unidades de agricultura familiar são de cultivo orgânico, por isso não se confunde os dois conceitos.

A agricultura tradicional é praticada sem o uso intensivo de tecnologias modernas ou maquinários, utilizando métodos tradicionais de plantio e colheita. Essa é a modalidade mais antiga de agricultura, praticada em pequenas propriedades, com grande diversidade de cultivos. É voltada para a subsistência, mas pode haver a comercialização no circuito inferior da economia, como individualmente, em feiras e hortifrúteis. No Brasil, esse tipo de agricultura é comum na produção de hortaliças. Não se confunde com a agricultura familiar já que esta abastece o mercado interno com os alimentos mais consumidos pelo brasileiro, como feijão, arroz, mandioca, café, hortaliças e outros. Fornece também matérias-primas para a indústria, ao contrário da agricultura tradicional.

Fonte:

- Atlas do espaço rural brasileiro / IBGE, Coordenação de Geografia
- [https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11\\_00\\_Texto.pdf](https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf)
- GUITARRARA, Paloma. "Agricultura brasileira"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/agricultura.htm>

<b>BRANCA</b>
<b>24</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O respeito à diversidade de orientação sexual da população LGBTQIAPN+ é objetivo do Projeto de Lei 2046/24. O respeito à diversidade implica em reconhecer e valorizar as diferenças, ou seja, o termo reconhecimento à diversidade também representa respeito à diversidade e não altera o entendimento das alternativas já que, o desrespeito aos credos (alternativa C) não é objeto do PL 2046/24. A punição à homofobia (alternativa A) não é objeto específico do PL 2046/24, a discriminação por identidade de gênero e orientação sexual foi enquadrado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) como homotransfobia no tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989). Já o estímulo à sexualidade (alternativa B) tampouco é objeto da PL 2046/24.

Fontes:

- STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa:
- <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>
- STF equipara ofensas contra pessoas LGBTQIAPN+ a crime de injúria racial:
- <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=512663&ori=1>
- Fonte: Supremo Tribunal Federal (STF)
- Fonte: Agência Câmara de Notícias

- <https://www.camara.leg.br/noticias/1078391-proposta-define-regras-para-respeito-a-diversidade-sexual-e-de-genero/>

<b>BRANCA</b>
<b>25</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O plano foi implantado em três etapas: a primeira fase foi o momento de estabilização das contas públicas, a segunda fase o lançamento da Unidade Real de Valor (URV) e a terceira fase foi o momento do lançamento efetivo do Real. Em março de 1994 foi criada a Unidade Real de Valor (URV), que faria a transição para o Real, ainda em 1994. O URV foi uma unidade de conta que, entre março e julho de 1994, estipulava os valores referenciais para a conversão do cruzeiro real para o real. Esses valores eram estipulados pelo próprio governo. O Banco Central atualizava diariamente o valor da URV em cruzeiros reais “a moeda de pagamento”.

Alternativa A: Real é o nome da moeda implantada no Plano Real. Alternativa C: Bresser foi o nome de um dos programas anteriores ao Plano Real. Alternativa D: Cruzado foi o nome de um dos programas anteriores ao Plano Real, um plano econômico lançado por José Sarney em 1986, mas que fracassou.

**Fontes:**

- Há 30 anos, Plano Real derrubava hiperinflação e estabilizava economia. Agência Brasil.
- [https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-06/ha-30-anos-plano-real-derrubava-hiperinflacao-e-estabilizava-economia/Banco Central do Brasil/ Plano Real](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-06/ha-30-anos-plano-real-derrubava-hiperinflacao-e-estabilizava-economia/Banco%20Central%20do%20Brasil/Plano%20Real)
- <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>
- SILVA, Daniel Neves. "Plano Real"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/itamar-economia.htm>

<b>BRANCA</b>
<b>28</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa B é incorreta porque trata-se dos plebiscitos e referendos, ou seja, não é um tipo de eleição e sim de consultas ao povo para decidir sobre assunto de importância para a nação em matéria de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. A principal distinção entre eles é que o plebiscito é convocado antes da criação do ato legislativo ou administrativo que trata do assunto em questão, e o referendo é convocado posteriormente, cabendo ao povo ratificar ou rejeitar a proposta. Ambas estão previstas no artigo 14 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, e regulamentadas pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998. Essa lei, entre outras coisas, estabelece que, nos assuntos de importância nacional e naqueles previsto no parágrafo 3º do artigo 18 da Constituição – incorporação, subdivisão ou desmembramento dos Estados –, o plebiscito e o referendo são convocados por decreto legislativo.

A eleição suplementar é realizada apenas nas seções cujos eleitores foram impedidos de votar (como no caso de alagamento, no dia da votação), ou cujos votos foram anulados (por decisão judicial). Dessa forma, os eleitores têm uma nova oportunidade de exercer o seu direito de voto. Essas decisões judiciais podem englobar os casos citados no recurso apresentado, no entanto, não altera o entendimento de que a alternativa B é a incorreta, já que esta sim, mostra um termo incorreto para a definição de plebiscitos e referendos.

**Fontes:**

- Site do Tribunal Superior Eleitoral
- <https://www.tse.jus.br>
- <https://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/plebiscito-e-referendo>

BRANCA
29

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O termo correto é Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Este exame tem por objetivo aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Ensino Médio na idade adequada. Vale frisar que o erro material na disposição das duas primeiras alternativas da questão não inviabilizou aos candidatos indicar a única alternativa que está descrita incorretamente, uma vez que tanto a primeira quanto a segunda alternativa estão com as nomenclaturas descritas corretamente. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminarmente divulgado.

Fontes:

- Portal Único de Acesso ao Ensino Superior:
- <https://accessunico.mec.gov.br/prouni>
- <https://accessunico.mec.gov.br/fies>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep:
- <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/encceja>
- <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>

BRANCA
03

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão aborda a identificação dos elementos específicos de tipos e gêneros textuais, considerando as informações e a estrutura do texto apresentado. É necessário lembrar que a distinção entre narração, descrição e argumentação não se dá exclusivamente pela presença de eventos, mas, principalmente, pela função comunicativa predominantemente no texto.

Analisando detalhadamente as afirmações:

- Afirmação I (É uma crônica, pois apresenta uma reflexão pessoal do autor sobre um evento real): Esta afirmação está correta. O texto é classificado como uma crônica, uma vez que traz uma reflexão pessoal e subjetiva sobre um acontecimento real (a morte de Vítor Negrete no Everest), característica comum nesse gênero textual. Na crônica, o autor utiliza a experiência e o acontecimento para propor uma reflexão sobre o comportamento humano, especialmente no que tange à superação de limites e a busca por desafios. Este traço reflexivo e pessoal é marcante na crônica, o que é válido como alternativa.
- Afirmação II (É predominantemente narrativo, pois descreve uma série de acontecimentos envolvendo Vítor Negrete): Esta afirmação está incorreta. Embora o texto contenha elementos narrativos, como a menção a eventos relacionados à escalada de Vítor, ele não é predominantemente narrativo. Em um texto narrativo, espera-se uma sequência de acontecimentos que desenvolvam uma história com enredo e personagens atuantes ao longo do texto. No caso em questão, a ênfase não está em contar uma história, mas em refletir sobre um evento e suas implicações filosóficas e sociais, apresentando um ponto de vista e emitindo opiniões que caracterizam a crônica. O objetivo do texto não é narrar, mas refletir e argumentar, direcionando o leitor

para a análise do comportamento humano frente a riscos e desafios. Assim, a função predominante é argumentativa, e não narrativa.

- Afirmação III (É informativo, pois fornece dados e fatos objetivos sobre a escalada de Vítor Negrete): Esta afirmação está correta, pois o texto inclui informações objetivas sobre a escalada de Vítor Negrete, como o uso ou não de cilindro de oxigênio e a conquista do ponto culminante do planeta. Embora o texto não seja informativo, ele contém dados que sustentam a reflexão e permitem que o leitor compreenda o contexto da argumentação. Logo, a informação apresentada no texto sustenta a afirmação de que o gênero informativo também está presente, validando esta alternativa.
- Afirmação IV (Traz elementos argumentativos, pois o autor discute a importância da superação de desafios e dos riscos envolvidos): Esta afirmação também é correta, já que o texto apresenta claramente uma análise reflexiva sobre a superação de desafios, explorando os motivos pelos quais indivíduos como Vítor Negrete se lançam em aventuras arriscadas. A argumentação é evidente nos trechos em que o autor pondera sobre o comportamento humano e o papel dos “heróis” que trocam a segurança pelo risco. Esse caráter reflexivo e argumentativo é o elemento predominantemente da crônica, destacando-se no estilo e na estrutura do texto.

Diante das considerações acima, confirma-se que a alternativa correta é a letra D (I, III e IV). Embora o texto utilize elementos narrativos como recurso, o foco central está na análise e na reflexão sobre o comportamento humano e o desejo de superação de desafios, o que caracteriza predominantemente uma estrutura argumentativa e reflexiva. Portanto, a questão não apresenta erro ou ambiguidade que justifique a anulação.

Fontes:

- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ANDRADE, M. M. **Técnicas de redação**. São Paulo: Atlas, 2005.

<b>BRANCA</b>
<b>07</b>

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão requer conhecimento específico sobre as orientações contidas no *Manual de Redação da Presidência da República* em relação ao uso correto de fechamentos em comunicações oficiais. O Manual é o documento oficial que regulamenta a redação de comunicações no âmbito da administração pública federal e, assim, deve ser seguido de forma rigorosa.

De acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República*, o fecho “Respeitosamente” deve ser utilizado em comunicações dirigidas às autoridades de supervisão superior à do envio. Esse uso se aplica inclusive ao Presidente da República e a outras autoridades que ocupam cargos de tripulação superior ao fazer o envio. Portanto, essa opção é a resposta correta e a única indicada para o contexto descrito na questão. O fecho “Atenciosamente”, por sua vez, é reservado para comunicações entre autoridades de mesma direção ou de supervisão inferior ao envio. Esse fecho é utilizado quando o objetivo é demonstrar cordialidade, sem a formalidade adicional que o termo “Respeitosamente” confere em relação aos destinatários de classificação superior. A distinção entre os dois fechamentos é clara e objetiva no *Manual de Redação* e visa justamente evitar ambiguidades e manter a uniformidade nas comunicações oficiais.

O *Manual de Redação* não deixa margem para ambiguidade nesse caso. Ele estabelece regras claras para o uso de cada fecho, associando-os a diferentes situações hierárquicas. Esses critérios eliminam a possibilidade de escolha entre ambos os fechamentos, pois a escolha é definida pela posição hierárquica do destinatário.

Ademais, o *Manual de Redação da Presidência da República* foi elaborado com o propósito de simplificar e uniformizar a redação de comunicações oficiais, eliminando ambiguidades e estabelecendo apenas dois modelos de fecho. Os fechos “Respeitosamente” para autoridades superiores e “Atenciosamente” para destinatários de posição igual ou inferior visam justamente evitar confusões ou interpretações múltiplas. Assim, considerando o público específico de classificação superior mencionado na questão, a única resposta correta é a alternativa D, “Respeitosamente”.

Diante da análise, a resposta correta é, sem ambiguidade, a alternativa D (“Respeitosamente”), como já indicado no gabarito. A distinção entre “Respeitosamente” e “Atenciosamente” é objetiva e visa garantir clareza e uniformidade nas comunicações oficiais. Não há fundamento para considerar o item ambíguo ou anulável.

Fonte:

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de Redação da Presidência da República. 3. ed. rev., atual. e ampl. Brasília, 2018.

<b>BRANCA</b>
<b>19</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Recurso único, pede anulação da questão argumentando que o requisito brasileiro nato induz a duas repostas. Não é o caso. A norma presente na LC 75, art. 16, I, indica que também pode ser estrangeiro. Estando, no caso o requisito errado.

Fonte:

- LC 75

<b>BRANCA</b>
<b>22</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Considerando o comando da supracitada questão há três alternativas corretas, B, C e D. O grupo de educadores de 1932, defendia novos ideais de educação e lutavam contra o empirismo dominante. Para tanto, defendiam “transferir do terreno administrativo para os planos político-sociais a solução dos problemas escolares”. A educação nova, segundo o texto do manifesto, propunha “servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social”. Ou seja, o objetivo era ter um “ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação”. Os educadores de 1932 que assinaram o manifesto diziam que a escola tradicional estava instalada para uma concepção burguesa, deixando o indivíduo numa autonomia isolada e estéril. O documento defendia ainda: educação como uma função essencialmente pública; a escola deve ser única e comum, sem privilégios econômicos de uma minoria; todos os professores devem ter formação universitária; o ensino deve ser laico, gratuito e obrigatório. A democracia no Brasil era um dos pontos importantes abordados no manifesto de 1932. A educação era vista como instrumento de reconstrução da democracia, permitindo a integração dos diversos grupos sociais. Nesse sentido, o governo federal deveria defender bases e princípios únicos para a educação, mas sem ignorar as características regionais de cada comunidade.

Fonte:

- MENEZES, E. T; SANTOS, T. H. Verbete Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>>.

BRANCA
28

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A supracitada questão aborda “As concepções de aprendizagem-aluno-ensino-professor nas abordagens teóricas. E Principais teorias e práticas na educação” conforme ANEXO I MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO/MG EDITAL Nº 1, DE 20 DE JUNHO DE 2024.

Considerando a situação hipotética dada infere-se que trata da APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA de David Paul Ausubel (1918-2008). Tal situação hipotética ilustra como a professora Marta, utiliza a abordagem da Aprendizagem Significativa de Paul Ausubel, criando um ambiente de aprendizagem onde os novos conhecimentos são relacionados ao que os alunos já sabem, promovendo uma compreensão mais profunda e duradoura dos conceitos ensinados. Para que a aprendizagem significativa ocorra é preciso considerar aquilo que o aprendiz já conhece, sabe. Segundo Moreira e Masini (2006, p. 7) a aprendizagem significativa, “é um processo pelo qual uma nova informação se relaciona com uma estrutura de conhecimento específica [...]”. Portanto, ocorre pelo fato de uma informação nova ancorar-se em conceitos preexistentes na estrutura cognitiva do aprendiz. Os saberes são assimilados e incorporados a conhecimentos mais gerais já existentes (*ibidem*). Segundo Hernández (1998, p.57), para tornar significativo um novo conhecimento, é necessário que alguma conexão deste, tenha com os que o indivíduo já possui, com seus esquemas internos e externos de referência, ou com as hipóteses que possam estabelecer sobre o problema ou tema, tendo presente, além disso, que cada aluno pode ter concepções errôneas que devem ser conhecidas para que se construa um processo adequado de ensino aprendizagem. A aprendizagem se torna significativa à medida que o novo conteúdo é incorporado às estruturas de conhecimento do aluno e adquire significado para ele a partir da relação com seu conhecimento prévio. Conforme Santos (2004), A promoção da aprendizagem significativa se fundamenta num modelo dinâmico, no qual o aluno é levado em conta, com todos os seus saberes e interconexões mentais. A verdadeira aprendizagem se dá quando o aluno (re)constrói o conhecimento e forma conceitos sólidos sobre o mundo, o que vai possibilitá-lo a agir e reagir diante da realidade.

De acordo com Piaget (1975; 1990), o conhecimento é construído, a partir da evolução dos esquemas cognitivos afetivos, que se dá por assimilação, acomodação e equilíbrio do objeto de conhecimento. Ou seja, o indivíduo apresenta “esquemas mentais” que absorvem conhecimentos, confrontam-nos, e por fim, promove uma homeostase do mesmo no seu campo intelectual. A aprendizagem é ativa e singular, ressaltando que, a mesma, assim como o ensino, dá-se através das interações sociais, no qual, professor e aluno devem ter uma relação dialógica, de forma ativa, cabendo ao professor, instigá-lo a construir lógicas para o conhecimento.

Fontes:

- AUSUBEL, D. P. **A aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 2008.
- Moreira, M.A. (1999). Aprendizagem significativa. Brasília: Editora da UnB.
- PIAGET, J. **A equilíbrio das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Epistemologia genética**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BRANCA
30

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considerando a situação hipotética dada na supracitada questão, a avaliação aplicada pela professora teve a função básica da classificação dos alunos, sendo realizada ao final da unidade de ensino. Ainda busca classificar os estudantes de acordo com os níveis de aproveitamento previamente estabelecidos. Para Bloom (1983), a avaliação somativa “objetiva avaliar de maneira geral o grau em que os resultados mais amplos têm sido alcançados ao longo e final de um curso”. É através deste tipo de avaliação que são fornecidos aos estudantes os chamados feedback que informa o nível de aprendizagem alcançado, se este for o objetivo central da avaliação formativa; e presta-se à comparação de resultados obtidos, visando também a atribuição de notas. A avaliação somativa manifesta-se nas propostas de abordagem tradicional, em que a condução do ensino está centrada no professor, baseia-se na verificação do

desempenho dos alunos perante os objetivos de ensino estabelecidos no planejamento. Para examinar os resultados obtidos, são utilizados teste e provas, verificando quais objetivos foram atingidos considerando-se o padrão de aprendizagem desejável e, principalmente, fazendo o registro quantitativo do percentual deles. (WACHOWICZ e RAMANOWSKI, 2003, p. 124,125). Uma avaliação pontual, que geralmente ocorre no final do curso, de uma disciplina, ou de uma unidade de ensino, visando determinar o alcance dos objetivos previamente estabelecidos. Visa elaborar um balanço somatório de uma ou várias sequências de um trabalho de formação e pode ser realizada num processo cumulativo, quando esse balanço final leva em consideração vários balanços parciais. (GIL, 2006, p. 248)

Tendo em vista ser geralmente é aplicada no início de período letivo, permitindo que o professor conheça a realidade na qual o processo de ensino-aprendizagem vai acontecer, pois trata-se do ponto de partida para todo trabalho a ser desenvolvido durante o ano o período. Seu objetivo é verificar o conhecimento prévio de cada aluno, tendo como finalidade de constata os pré-requisitos necessários de conhecimento ou habilidades imprescindíveis de que os estudantes possuem para o preparo de uma nova etapa de aprendizagem. Portanto, não se refere à função indicada na situação apresentada da situação hipotética.

Fontes:

- GIL, Antonio Carlos. DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR. São Paulo: Atlas, 2006.
- HOFFMANN, Jussara. AVALIAÇÃO MITO E DESAFIO: UMA PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA. 20ª ed. Porto Alegre. Mediação. 1996.
- HOFFMANN, Jussara. Registro em avaliação mediadora. In: Avaliar para Promover: as setas do caminho, 7 ed; Porto Alegre: Mediação, 2005.

<b>BRANCA</b>
<b>38</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A presente questão aborda o olhar da criança na história. As alternativas são compostas de estudiosos e pesquisadores da infância, da educação infantil e de criança ao longo da história. Todas as alternativas referem-se a um determinado pensador/pesquisador fundamentais para os profissionais que lidam com esse público, em especial, professores.

Fonte:

- LAZZAROTTO, Cleonice; DOS SANTOS BERNARDI, Luci. O “lugar” educação infantil: as infâncias e a contemporaneidade. EccoS – Revista Científica, [S. l.], n. 59, p. e13522, 2021. DOI: 10.5585/eccos. n59.13522. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/13522>

**Cargo: Professor Regente II - Ciências**

<b>BRANCA</b>
<b>02</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A autora utiliza o registro informal em diversos momentos do texto. Por ser uma linguagem mais simples, leve e familiar, estabelece-se uma maior proximidade com o leitor, fazendo com que crie certa empatia e, com isso, envolva-se mais com o texto.

Uma pergunta retórica é uma interrogação, um questionamento que não tem o objetivo de obter uma informação ou uma resposta, mas sim provocar um efeito no destinatário do discurso, eventualmente ajudando na argumentação que está a ser feita. Portanto, trata-se de uma estratégia argumentativa presente no texto e cuja finalidade é induzir o leitor à reflexão sobre o tema, respondê-la mentalmente e avaliar suas implicações.

A presença constante de pronomes de 2ª pessoa, tais como *tu, te, você* evidenciam a intenção de estabelecer uma interlocução com o leitor. Essa estratégia é utilizada para criar uma aproximação entre autor e leitor, como se ambos estivessem conversando sobre a temática do texto.

A autora só não utiliza como recurso persuasivo a ordem indireta ou inversa dos enunciados. No texto, os enunciados se apresentam, predominantemente, na ordem direta. A ordem direta se caracteriza por apresentar a seguinte estrutura: sujeito – verbo – complemento (objeto direto ou indireto) – adjunto adverbial. Exemplo: *Os alunos estudaram para a prova de literatura ontem à tarde*. Já as orações na ordem indireta apresentam termos deslocados. Exemplo: *Ontem à tarde, os alunos estudaram para a prova de literatura*. Para que haja esse intercâmbio entre as palavras dentro de um contexto oracional, é preciso, antes de tudo, que elas estejam dispostas de forma adequada para gerar efeitos de sentido. Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- <http://doutorhermeneutica.blogspot.com.br/2008/12/pergunta-retrica.html>
- <https://www.portugues.com.br/gramatica/disposicoes-sujeito-na-oracao.html#:~:text=Na%20ordem%20inversa%2C%20o%20sujeito,a%20maior%20facilidade%20os%20bandidos.&text=Pediram%20desculpas%20os%20alunos%20do%20terceiro%20ano>
- <http://portuguesesimples.com.br/ordem-direta-e-ordem-indireta/>

<b>BRANCA</b>
<b>12</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão guerreada se baseia no art. 75, XV, da Lei Federal nº 14.133/2021, *in verbis*:

*“Art. 75. É dispensável a licitação: (...) XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;”*

A atividade de impressão de materiais gráficos não se insere no bojo do referido dispositivo. Ademais, a questão em momento algum exige do candidato o alcance da expressão “desenvolvimento institucional”, solicitando análise exclusivamente segundo o que dispõe a Lei de Licitações.

Reafirma-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

<b>BRANCA</b>
<b>30</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.**

Os Artigos 24 a 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, tratam das disposições gerais para a educação básica no Brasil, englobando a organização dos níveis e modalidades de ensino, a carga horária mínima anual, a verificação do rendimento escolar, e a adaptação de currículos. A discussão sobre as disposições gerais para a educação básica, segundo a LDB proporciona uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica e a necessidade de constante adaptação e inovação nas escolas brasileiras para assegurar uma educação de qualidade para todos os alunos.

*Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras*

comuns:

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deste artigo será ampliada de forma progressiva para 1.400 (mil e quatrocentas) horas, considerados os prazos e as metas estabelecidos no Plano Nacional de Educação. (Redação dada pela Lei nº 14.945, de 2024)

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

[...]

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

(...)

§ 11. A educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

E ainda, Art. 33. dispõe que

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

Portanto, apenas itens I e III estão corretos, conforme situação hipotética apresentada na supracitada questão.

Fonte:

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

**Cargo: Professor Regente II - Educação Física**

<b>BRANCA</b>
<b>05</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Um texto, em geral, traz informações que se situam na sua superfície – e são, assim, explícitas – ou traz informações apenas implícitas ou subentendidas. A habilidade prevista nesse subtópico concerne à capacidade do candidato para localizar, no percurso do texto, uma informação que, explicitamente, consta na sua superfície.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do 4º parágrafo e perceba a autora cita algumas palavras que normalmente são confundidas com outras em função, sobretudo, da semelhança na grafia e na pronúncia.

A autora não menciona quais palavras são confundidas com *fustigado*, *alijado*, *arroubar* e *engodar*. Porém, explicita os sentidos das palavras que são confundidas com as quatro citadas anteriormente: *cansadão*, *deficiente*, *abrir à força* e *crescer a pança*. Esses sentidos se relacionam com as palavras *fatigado*, *aleijado*, *arrombar* e *engodar*, respectivamente.

Dessa forma, para resolver a questão, faz-se necessário que o candidato estabeleça relações de sentido entre as

palavras textualmente mencionadas (*fustigado, alijado, arroubar e engodar*), frequentemente confundidas com *fatigado, aleijado, arrombar e engordar*, que não foram explicitamente citadas no texto, mas cuja dedução é possível pela referência a seus significados (*cansadão, deficiente, abrir à força e crescer a pança*). Depois de percorrida essa trajetória de raciocínio, o candidato deverá perceber que a única palavra em II que não estabelece qualquer relação de sentido com *deficiente* é "alienado", que significa alheio à realidade ou algo que foi cedido, transferido. Portanto, o gabarito é letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>BRANCA</b>
<b>16</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para a resolução da questão se faz necessário o conhecimento da Lei Municipal nº 1.861, de 28 de março de 1996. Inicialmente, o conceito de inassiduidade habitual, previsto no artigo 109 da lei, que consiste na falta ao serviço, sem causa justificada, por 60 dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses, bem como, a sua configuração através processo disciplinar poderá ser aplicada a pena de demissão, conforme artigo 103, inciso III, da lei.

Realizando uma análise da questão podemos observar que Carlos, após respeitado todo os ditames do processo disciplinar, ficou constatado que praticou a infração disciplinar de inassiduidade habitual, sendo assim, aplicada a penalidade de demissão. Todo o procedimento respeitou a lei municipal, sendo legal sua aplicação.

Fonte:

- SÃO JOÃO NEPOMUCENO/MG. LEI MUNICIPAL Nº 1.861, DE 28 DE MARÇO DE 1996. INSTITUI O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, DETERMINA O REGIME JURÍDICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO-MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

<b>BRANCA</b>
<b>19</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão requer conhecimento da Lei Municipal nº 1.861, de 28 de março de 1996, mais precisamente de seu artigo 88, que traz as proibições aos funcionários públicos.

Realizando uma análise das alternativas da questão e dos incisos dos artigos, podemos constatar que alternativa que dispõe "Em situações transitórias de emergência é permitido ao funcionário cometer a outro funcionário atribuições estranhas às do cargo que ocupa" é a única correta, já que transcreve exatamente o que dispõe a lei em seu inciso XVI do artigo 88 da lei.

Fonte:

- SÃO JOÃO NEPOMUCENO/MG. LEI MUNICIPAL Nº 1.861, DE 28 DE MARÇO DE 1996. INSTITUI O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, DETERMINA O REGIME JURÍDICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO-MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

<b>BRANCA</b>
<b>25</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento,” está disposto no Art. 13, sobre as incumbências dos docentes, item IV, conforme Lei de Diretrizes e Bases. Demais alternativas A, B e D, referem-se ao Art. 12. No que se refere as incumbências dos estabelecimentos.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

(...)

IV - Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

Fonte:

- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

<b>BRANCA</b>
<b>30</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.**

Os Artigos 24 a 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, tratam das disposições gerais para a educação básica no Brasil, englobando a organização dos níveis e modalidades de ensino, a carga horária mínima anual, a verificação do rendimento escolar, e a adaptação de currículos. A discussão sobre as disposições gerais para a educação básica, segundo a LDB proporciona uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica e a necessidade de constante adaptação e inovação nas escolas brasileiras para assegurar uma educação de qualidade para todos os alunos.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deste artigo será ampliada de forma progressiva para 1.400 (mil e quatrocentas) horas, considerados os prazos e as metas estabelecidos no Plano Nacional de Educação. (Redação dada pela Lei nº 14.945, de 2024)

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

[...]

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

(...)

§ 11. A educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

E ainda, Art. 33. dispõe que

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do

Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

Portanto, apenas itens I e III estão corretos, conforme situação hipotética apresentada na supracitada questão.

Fonte:

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

<b>BRANCA</b>
<b>31</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo as regras oficiais da Marcha Atlética, a prova de 50 km é disputada apenas por homens. Desta forma, a alternativa A é incorreta pois dispõe que “A prova de 50 km é disputada por atletas de ambos os sexos.” e a alternativa B é a única resposta possível para a questão.

Por esta razão o recurso é considerado improcedente.

Fonte:

- Compos, Viviane. Conheça as regras da marcha atlética. Disponível em: <https://sportlife.com.br/regras-marcha-atletica/>

<b>BRANCA</b>
<b>34</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A pontuação de um Ippon não corresponde a três Wazari. Na verdade, desde 2017, de acordo com as regras internacionais do Judô, dois Wazari resultam em um Ippon. Antes da mudança, não havia essa conversão direta, mas com a regra atual, acumular dois Wazari durante um combate equivale a alcançar a pontuação de um Ippon e, portanto, finaliza a luta.

A alternativa A, portanto, é incorreta, pois indica que seriam necessários três Wazari, o que não é correto segundo as regras em vigor do Judô.

**Cargo: Professor Regente II – Geografia**

<b>BRANCA</b>
<b>30</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.**

Os Artigos 24 a 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, tratam das disposições gerais para a educação básica no Brasil, englobando a organização dos níveis e modalidades de ensino, a carga horária mínima anual, a verificação do rendimento escolar, e a adaptação de currículos. A discussão sobre as disposições gerais para a educação básica, segundo a LDB proporciona uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica e a necessidade de constante adaptação e inovação nas escolas brasileiras para assegurar uma educação de qualidade para todos os alunos.

*Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:*

*§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deste artigo será ampliada de forma progressiva para 1.400 (mil e quatrocentas) horas, considerados os prazos e as metas estabelecidos no Plano Nacional de*

Educação. (Redação dada pela Lei nº 14.945, de 2024)

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

[...]

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

(...)

§ 11. A educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

E ainda, Art. 33. dispõe que

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

Portanto, apenas itens I e III estão corretos, conforme situação hipotética apresentada na supracitada questão.

Fonte:

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

<b>BRANCA</b>
<b>36</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Vejamos as alternativas dispostas na questão:

- Alternativa A: O crescimento do agronegócio no Brasil está articulado a um processo de reprimarização de sua economia, assentado na exportação de *commodities*.

CORRETA. Ao longo do século XXI assistimos a um processo de reprimarização da economia brasileira, com o crescimento do setor de commodities agropecuárias e minerais e uma retração do segmento industrial.

- Alternativa B: A expansão do agronegócio no território brasileiro tem implicado no aumento da concentração de terras em detrimento de povos e comunidades tradicionais.

CORRETA. Ao longo desta última década, vários processos de titulação de terras quilombolas e indígenas, por exemplo foram paralisados. Em contrapartida, observamos um acirramento das ocupações de terras nas regiões Centro-Oeste e Norte pela pecuária e pelas monoculturas, capitaneadas pelo capital nacional ou estrangeiro.

- Alternativa C: A crescente internacionalização da agropecuária brasileira se concentra no segmento de transporte, armazenamento e exportação dos produtos *in natura*.

INCORRETA. A crescente internacionalização da agropecuária brasileira se articula ao mercado internacional de commodities, à produção propriamente dita, com a importação crescente de equipamentos e insumos como sementes transgênicas e defensivos químicos, e ainda ao crescimento do setor de processamento dos produtos *in natura* (sucos, óleos e farelos e carnes).

- Alternativa D: A combinação da elevada disponibilidade de terra e de água torna o Brasil um dos focos de

atração para os capitais interessados em expandir a produção agropecuária.

CORRETA. Ao longo do século XXI a disponibilidade de terras e água no Brasil tem atraído cada vez mais investimentos estrangeiros, especialmente interessados na expansão commodities como soja, milho e algumas frutas.

Fonte:

- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. O campo brasileiro em disputa: a expansão do agronegócio e a resistência dos povos do campo no século XXI. In: MOLINA, M. C.; MARTINS, M. de F. A. (Orgs). **Formação de formadores: reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. Págs. 99-120.

BRANCA
40

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Essa imagem mostra um planisfério com paralelos e meridianos em ângulos retos, contendo todos os continentes e oceanos, de modo invertido, sendo que na parte superior do planisfério estão localizados América do Sul, África e Oceania e na parte inferior, América do Norte, Europa e Ásia. Há uma rosa dos ventos, no canto inferior direito da imagem, indicando os pontos cardeais, sendo que o Norte indica a porção inferior do Planisfério e o Sul, indica a porção superior do planisfério. Estão presentes ainda os principais paralelos (Trópicos de Câncer e Capricórnio e linha do Equador) e o Meridiano central (Greenwich), que apesar de não estar “NOMEADO” está presente no mapa, inclusive com o número 0 (Zero) indicado na sua parte inferior.

**Cargo: Professor Regente II - História**

BRANCA
02

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A autora utiliza o registro informal em diversos momentos do texto. Por ser uma linguagem mais simples, leve e familiar, estabelece-se uma maior proximidade com o leitor, fazendo com que crie certa empatia e, com isso, envolva-se mais com o texto.

Uma pergunta retórica é uma interrogação, um questionamento que não tem o objetivo de obter uma informação ou uma resposta, mas sim provocar um efeito no destinatário do discurso, eventualmente ajudando na argumentação que está a ser feita. Portanto, trata-se de uma estratégia argumentativa presente no texto e cuja finalidade é induzir o leitor à reflexão sobre o tema, respondê-la mentalmente e avaliar suas implicações.

A presença constante de pronomes de 2ª pessoa, tais como *tu, te, você* evidenciam a intenção de estabelecer uma interlocução com o leitor. Essa estratégia é utilizada para criar uma aproximação entre autor e leitor, como se ambos estivessem conversando sobre a temática do texto.

A autora só não utiliza como recurso persuasivo a ordem indireta ou inversa dos enunciados. No texto, os enunciados se apresentam, predominantemente, na ordem direta. A ordem direta se caracteriza por apresentar a seguinte estrutura: sujeito – verbo – complemento (objeto direto ou indireto) – adjunto adverbial. Exemplo: *Os alunos estudaram para a prova de literatura ontem à tarde*. Já as orações na ordem indireta apresentam termos deslocados. Exemplo: *Ontem à tarde, os alunos estudaram para a prova de literatura*. Para que haja esse intercâmbio entre as palavras dentro de um contexto oracional, é preciso, antes de tudo, que elas estejam dispostas de forma adequada para gerar efeitos de sentido. Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- <http://doutorhermeneutica.blogspot.com.br/2008/12/pergunta-retrica.html>
- <https://www.portugues.com.br/gramatica/disposicoes-sujeito-na-oracao.html#:~:text=Na%20ordem%20inversa%2C%20o%20sujeito,a%20maior%20facilidade%20os%20bandidos.&text=Pediram%20desculpas%20os%20alunos%20do%20terceiro%20ano.>
- <http://portuguesesimples.com.br/ordem-direta-e-ordem-indireta/>

<b>BRANCA</b>
<b>07</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A forma de diminutivo *-inho(a)* é polissêmica, significando tamanho pequeno, expressando valores afetivos, ou se encaminhando para a formação de outro item lexical independente da base. E essa polissemia é registrada nas gramáticas, que passaram a descrever não somente diminutivos que indicavam tamanho pequeno, mas também começaram a mencionar valores afetivos, de apreciação, tanto de forma positiva como de forma negativa, associados à forma de diminutivo. Muitas vezes, os usos de dimensão pequena (uso reduzido) carregam marcas afetivas por envolverem sentimento ou memória afetiva. Os diminutivos afetivos carregam marcas de apreciação em relação ao seu referente. Essas marcas podem ser positivas (julgamentos positivos) ou negativas (julgamentos negativos). Fica claro, no texto, que em *vergonhinha*, *coceirinha* e *escrotinho*, a autora utilizou o sufixo *-inho/a* com valor eufemístico, isto é, para amenizar, atenuar o sentido negativo dessas palavras. Já em *limpinha*, o diminutivo apresenta valor enfático, ou seja, intensificador, uma vez que *limpo* e *limpinho* apresentam níveis ou intensidades diferentes de limpeza. Algo *limpinho* é muito mais limpo do que apenas algo limpo. O sufixo *inho/a* em *limpinho* apresenta sentido semelhante a *pão quenteinho* (muito quente), *moro pertinho* (bem perto). Portanto, o gabarito é letra D.

Fontes:

- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, I. V. G. A inter-ação pela linguagem. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENTAL et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1827>

<b>BRANCA</b>
<b>13</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais se baseiam na Lei de Diretrizes Básicas para defender que a afirmativa II estaria incorreta. Ocorre que tal lei não faz parte do conteúdo programático da disciplina de conhecimentos de Direito, bem como a questão guerreada foi expressa ao solicitar que o candidato fizesse análise “sobre as regras constitucionais a respeito da educação e cultura”. Assim, o que se busca é o conhecimento do texto constitucional e sua interpretação, que se dá pelo Supremo Tribunal Federal.

No caso, o termo “Estado” se refere ao Brasil e tal afirmação consta do julgado pelo STF no RE 1008166/SC, (Plenário. Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 22/9/2022 - Info 1069 – vide: [https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/informativoSTF/anexo/Informativo\\_PDF/Informativo\\_stf\\_1069.pdf](https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/informativoSTF/anexo/Informativo_PDF/Informativo_stf_1069.pdf)).

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

<b>BRANCA</b>
<b>26</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considerando a situação hipotética apresentada onde em uma escola de ensino fundamental, a professora de Ciências decide adotar uma abordagem progressista libertária para uma unidade sobre ecossistemas. Destaca-se que um professor com uma abordagem Progressista Libertária coloca o aluno no centro do processo educativo promovendo uma educação crítica e emancipadora, permitindo que assumam o controle de seu próprio aprendizado, desenvolvendo não apenas habilidades acadêmicas, mas também um senso de autonomia, responsabilidade e conexão com o mundo ao seu redor. A Tendência Progressista Libertária visa à transformação da personalidade num sentido libertário e autogestionário. A metodologia enfoca a livre expressão, o contexto cultural, a educação estética. Os conteúdos são disponibilizados para o aluno, mas não são exigidos. Resultam das necessidades do grupo. O professor é conselheiro, monitor à disposição do aluno. Ao desenvolver um projeto de feira de ciências promove a autonomia, a criatividade e a criticidade dos alunos. o professor atua como facilitador e mentor, criando um ambiente democrático e colaborativo onde os alunos são os protagonistas de sua própria aprendizagem.

Fonte:

- LIBÂNEO, J. C. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro In: PIMENTA, Selma G.; GHEDIN, Evandro (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil – gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

<b>BRANCA</b>
<b>30</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.**

Os Artigos 24 a 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, tratam das disposições gerais para a educação básica no Brasil, englobando a organização dos níveis e modalidades de ensino, a carga horária mínima anual, a verificação do rendimento escolar, e a adaptação de currículos. A discussão sobre as disposições gerais para a educação básica, segundo a LDB proporciona uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica e a necessidade de constante adaptação e inovação nas escolas brasileiras para assegurar uma educação de qualidade para todos os alunos.

*Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:*

*§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deste artigo será ampliada de forma progressiva para 1.400 (mil e quatrocentas) horas, considerados os prazos e as metas estabelecidos no Plano Nacional de Educação. (Redação dada pela Lei nº 14.945, de 2024)*

*V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:*

[...]

*e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;*

*Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).*

*§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).*

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

(...)

§ 11. A educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

E ainda, Art. 33. dispõe que

*O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)*

Portanto, apenas itens I e III estão corretos, conforme situação hipotética apresentada na supracitada questão.

Fonte:

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

<b>BRANCA</b>
<b>35</b>

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra C. A liberdade era o grande tema de discussão no espaço público, no início do século XIX, sobretudo com as medidas tomadas por D. João VI a partir do estabelecimento da Corte no Brasil. Remetida à sociedade, subordinava a igualdade somente àqueles que eram pares e que tinham, na igualdade diante da lei, um dos fatores que poderiam justificá-la, que garantiam a vida e a propriedade. Nesse momento, em que estes direitos passaram a ser considerados inalienáveis e geraram o constitucionalismo com base nas experiências francesa e norte-americana, a classe dominante enraizada no Brasil começou a entender a liberdade como fator de igualdade total com Portugal. Em outras palavras, dentro do contexto do constitucionalismo e dos seus interesses econômicos, passaram a desejar que o então Reino do Brasil permanecesse autônomo e livre, em igualdade de condições e de direitos com a antiga Metrópole. Os portugueses do Brasil e os de Portugal, irmãos de uma mesma fraternidade, complementar-se-iam em riqueza e grandeza. Esta era a igualdade na fraternidade, respeitando a propriedade e tendo como pressuposto a liberdade entendida como autonomia. Assim, não foi desde sempre que a independência foi querida como separação total de Portugal. No âmago do problema estava a autonomia política desejada, que dava direito a tomar medidas com base nas especificidades da América portuguesa, ou seja, a partir das instituições aqui estabelecidas, posteriormente transferidas à revelia para Portugal, e dos interesses econômicos em jogo. Não podemos esquecer de que dentro desse panorama as decisões vitais para a economia do império português eram efetivamente comandadas pelos negociantes da praça do Rio de Janeiro. Foi ao redor destas questões que se deram os debates acalorados sobre direitos iguais entre irmãos da mesma família – a luso-brasileira. Primeiramente, os deputados da Colônia americana, chamados de "brasileiros" nas cortes lisboetas, embora alguns fossem de naturalidade portuguesa, reivindicavam os mesmos direitos para os dois lados da Nação portuguesa. Solicitavam o respeito à economia americana e a preservação de direitos adquiridos. Contudo, gradativamente, a partir das recusas dos deputados chamados "portugueses" em reconhecer a autonomia, tal reclamação evoluiu. As cortes reiteradamente negavam-se a reconhecer o Brasil como igual. Teciam seus argumentos tendo como ponto de partida a ideia de que a unidade e a igualdade seriam promovidas tratando as regiões do Brasil como províncias, províncias iguais a tantas outras existentes em Portugal. Para os deputados "portugueses" os dois lados do Atlântico seriam um mesmo reino, com sede em Lisboa. Temiam, depois do sucesso da Revolução do Porto, em 1820, que novamente Portugal se visse dependente das decisões tomadas no Rio de Janeiro. Valentim Alexandre analisou os debates e as políticas adotadas pelas cortes lisboetas, relacionando-os sempre aos interesses do comércio. Para ele, existiam grupos de deputados que pugnavam defendendo os interesses econômicos de uns e de outros. Havia, assim, os "integracionistas", os que queriam ceder aos desejos de autonomia do Brasil, e, ainda, aqueles que queriam esmagá-lo com o envio de tropas, sobretudo para o Rio de Janeiro e para o Recife; fora, obviamente, os que mudavam de lado

a cada pouco.

Fontes:

- [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2864:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2864:catid=28&Itemid=23)
- RIBEIRO, Gladys Sabina e PEREIRA, Vantuil. "O Primeiro Reinado em revisão". In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.) Coleção Brasil Imperial. 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 137-174.
- <https://ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca/item/9034-a-liberdade-em-constru%C3%A7%C3%A3o-identidade-nacional-e-conflitos-antilusitanos-no-primeiro-reinado-gladys-sabina-ribeiro.html>
- RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002. 402 p.
- NEVES, L. M. B. P. Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil. Campinas. Caderno Cedes, v. 22, n. 58, p. 47-64, dez. 2002
- PRADO JÚNIOR, C. Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<b>BRANCA</b>
<b>40</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra A. Os anos iniciais da colonização portuguesa, conhecidos como Período Pré-colonial, foram pautados pela exploração do pau-brasil e do trabalho indígena a partir do escambo. Selo cubano em homenagem à expedição de Pedro Álvares Cabral, que chegou ao Brasil em abril de 1500\* O Período Pré-Colonial compreende desde a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, até meados da década de 1530. Essa fase encerrou-se com a implantação do sistema de capitanias hereditárias e ficou conhecida dessa forma pela ausência de uma política de colonização e de ocupação por parte de Portugal em relação ao Brasil. Nessa época, houve ainda a predominância da exploração do pau-brasil e da instalação de feitorias no litoral brasileiro. A chegada dos portugueses ao Brasil estava relacionada com o pioneirismo de Portugal e, depois, da Espanha, durante o desenvolvimento das grandes navegações marítimas. Primeiramente, nesse processo, deve-se levar em consideração a consolidação da monarquia em Portugal no século XIV, a qual garantia maior centralização de poder e estabilidade política. Essa centralização do poder garantiu a Portugal um crescimento da sua atividade mercantil, e isso está muito relacionado com a sua proximidade com importantes centros do mundo islâmico. Além disso, Lisboa recebeu grandes investimentos de genoveses, interessados em desenvolver o comércio daquela região. O impulso comercial que esse território sofreu, aliado à condição geográfica da região, possibilitou aos portugueses o desenvolvimento da navegação marítima. Atribui-se também uma relativa importância da Escola de Sagres a essa expansão marítima portuguesa. A geografia, por seu lado, facilitava esse movimento pela posição peninsular de Portugal e pela sua proximidade com as ilhas atlânticas e com as correntes marítimas do Oceano Atlântico. O processo de expansão marítimo português levou o país a realizar uma série de “descobertas”, com o achamento das ilhas atlânticas, ao longo do século XIV, como Madeira e Açores. Além disso, os portugueses conseguiram atravessar o Cabo da Boa Esperança, no litoral sul da África, em direção à Índia. Esse processo expansionista desembocou na chegada dos portugueses ao Brasil, após os espanhóis terem anunciado sua chegada na América em 1492. A chegada dos portugueses ao Brasil ocorreu com a expedição liderada por Pedro Álvares Cabral, composta por treze caravelas que partiram de Lisboa no dia 9 de março de 1500. Essa expedição tinha como destino final a Índia, porém, durante o trajeto, desviou-se do caminho original e acabou alcançando o Brasil, na região de Porto Seguro, em 22 de abril de 1500. A chegada dos portugueses ao Brasil iniciou o período conhecido como Pré-colonial, que foi caracterizado pelo aparente desinteresse de Portugal em relação às terras brasileiras. Isso ocorreu, sobretudo, porque o interesse da elite econômica portuguesa estava mais voltado ao desenvolvimento do comércio com a Índia, e por causa das dificuldades em averiguar as possibilidades econômicas do novo território. Nesse momento, a política adotada pelos portugueses no Brasil foi a mesma implantada na costa do litoral africano, e, assim, incentivou-se a construção de feitorias, como as quatro construídas em Pernambuco, Cabo

Frio, Rio de Janeiro e na Baía de Todos os Santos|1|. Essas feitorias funcionavam como entrepostos comerciais que armazenavam as mercadorias para serem transportadas para a Europa. As primeiras iniciativas de exploração do território brasileiro foram entregues por Portugal para Fernão de Noronha, no período entre 1503 e 1505. Durante essas explorações, iniciou-se a principal atividade econômica do Brasil da fase pré-colonial: a exploração do pau-brasil. A rentabilidade dessa mercadoria devia-se, principalmente, à utilização da madeira para a produção de tinta. A exploração dessa matéria-prima seguiu como prática econômica no Brasil até o século XIX – apesar de ter sido mais intensa durante esse período exploratório inicial. A extração do pau-brasil era feita com a mobilização do trabalho dos indígenas por meio do escambo. Os indígenas realizavam o corte e o transporte das toras da madeira até as feitorias e eram pagos por quinquilharias em geral, tais como espelhos, baús de metal, foices etc. Os nativos também forneciam aos portugueses mercadorias como a farinha. O declínio do comércio com a Índia e as ameaças de invasões estrangeiras no Brasil, principalmente dos franceses, mobilizaram Portugal para ampliar a colonização do Brasil. A partir de 1534, o território brasileiro foi dividido em quinze capitanias, e sua administração foi entregue a pessoas da pequena nobreza de Portugal, que deveriam desenvolver e garantir a lucratividade de sua capitania.

Fontes:

- DOMINGUES, Joelza Ester. A lucrativa exploração do pau-brasil na América Portuguesa.
- FRAGOSO, J. L. R. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 324.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. Rio de Janeiro: Maia e Schmidt, 1933.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: José Olympio, 2009
- MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, n. 10, 1980.
- NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do antigo regime (1777-1808). São Paulo: HUCITEC, 1979.
- KANGUSSU, Imaculada. Leis da liberdade, a relação de estética e política na obra de Herbert Marcuse. São Paulo-SP:Loyola, 2008.
- REGO, Waldeloir. Capoeira Angola: Ensaio Sócio-Etnográfico. s/ed., Salvador, BA: Editora Itapuã, 1968.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese de História da Cultura Brasileira. — 17. ed. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- XAVIER, Antonio Roberto. Síntese de História sócio-política do Brasil: da Colônia à República Velha. URCA, 2006. Monografia. p.76. (Curso de Especialização em História e Sociologia).

**Cargo: Professor Regente II - Língua Inglesa**

<b>BRANCA</b>
<b>30</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.**

Os artigos 24 a 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, tratam das disposições gerais para a educação básica no Brasil, englobando a organização dos níveis e modalidades de ensino, a carga horária mínima anual, a verificação do rendimento escolar, e a adaptação de currículos. A discussão sobre as disposições gerais para a educação básica, segundo a LDB proporciona uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica e a necessidade de constante adaptação e inovação nas escolas brasileiras para assegurar uma educação de qualidade para todos os alunos.

*Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:*

*§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deste artigo será ampliada de forma progressiva para 1.400 (mil e quatrocentas) horas, considerados os prazos e as metas estabelecidos no Plano Nacional de*

Educação. (Redação dada pela Lei nº 14.945, de 2024)

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

[...]

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

(...)

§ 11. A educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

E ainda, Art. 33. dispõe que

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

Portanto, apenas itens I e III estão corretos, conforme situação hipotética apresentada na supracitada questão.

Fonte:

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

<b>BRANCA</b>
<b>40</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.**

O pronome adjetivo “their” faz referência a “effective teachers” tendo em vista que são deles os contratos mencionados no texto. Portanto, considera-se o recurso cabível nessa questão, resultando em procedente para a alterar a alternativa no gabarito para a letra A.

Fonte:

- <https://learnenglish.britishcouncil.org/grammar/english-grammar-reference/possessives-adjec tives>

BRANCA
25

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.” está disposto no Art. 13, sobre as incumbências dos docentes, item IV, conforme Lei de Diretrizes e Bases. Demais alternativas A, B e D, referem-se ao Art. 12. No que se refere as incumbências dos estabelecimentos;

*Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:*

*(...)*

*IV - Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;*

Argumento dispõe que o acréscimo da palavra “anos”, na afirmativa D (*Assegurar o cumprimento dos anos, dias e horas mínimos letivos estabelecidos*) modifica a interpretação ou induz ao erro do candidato, não procede. A afirmativa continua sendo correta e é uma das incumbências dos estabelecimentos determinada pela Lei de Diretrizes e Bases, Art. 12.

Fonte:

- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

BRANCA
30

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.**

Os Artigos 24 a 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, tratam das disposições gerais para a educação básica no Brasil, englobando a organização dos níveis e modalidades de ensino, a carga horária mínima anual, a verificação do rendimento escolar, e a adaptação de currículos. A discussão sobre as disposições gerais para a educação básica, segundo a LDB proporciona uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica e a necessidade de constante adaptação e inovação nas escolas brasileiras para assegurar uma educação de qualidade para todos os alunos.

*Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:*

*§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deste artigo será ampliada de forma progressiva para 1.400 (mil e quatrocentas) horas, considerados os prazos e as metas estabelecidos no Plano Nacional de Educação. (Redação dada pela Lei nº 14.945, de 2024)*

*V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:*

*[...]*

*e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;*

*Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).*

*§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).*

*§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).*

(...)

§ 11. A educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

E ainda, Art. 33. dispõe que

*O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)*

Portanto, apenas itens I e III estão corretos, conforme situação hipotética apresentada na supracitada questão.

Fonte:

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

### Cargo: Servente Escolar

BRANCA
05

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A palavra “anonimamente” é um advérbio, que significa “de modo anônimo”. Dessa forma, é possível afirmar que tal expressão exprime ideia de modo.

Fontes:

- O próprio texto.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática. 20. ed. São Paulo: Ática, 2006.

BRANCA
07

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O pretérito mais-que-perfeito do indicativo é usado para indicar uma ação que ocorreu antes de outra ação passada. Pode indicar também um acontecimento situado de forma incerta no passado. É geralmente empregado em situações formais ou textos literários.

Fontes:

- O próprio texto.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Gramática. 20. ed. São Paulo: Ática, 2006.

<b>BRANCA</b>
<b>20</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Realizando a conferência dos valores em três calculadoras distintas, verifica-se que os resultados obtidos são:

$$2/7 = 0,2857142857143$$

$$3/11 = 0,2727272727273$$

Dessa forma, conclui-se que 2/7 é maior que 3/11.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

<b>BRANCA</b>
<b>25</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O plano foi implantado em três etapas: a primeira fase foi o momento de estabilização das contas públicas, a segunda fase o lançamento da Unidade Real de Valor (URV) e a terceira fase foi o momento do lançamento efetivo do Real. Em março de 1994 foi criada a Unidade Real de Valor (URV), que faria a transição para o Real, ainda em 1994. O URV foi uma unidade de conta que, entre março e julho de 1994, estipulava os valores referenciais para a conversão do cruzeiro real para o real. Esses valores eram estipulados pelo próprio governo. O Banco Central atualizava diariamente o valor da URV em cruzeiros reais “a moeda de pagamento”.

As alternativas apresentadas são A: Real é o nome da moeda implantada no Plano Real. Alternativa C: Bresser foi o nome de um dos programas anteriores ao Plano Real. Alternativa D: Cruzado foi o nome de um dos programas anteriores ao Plano Real, um plano econômico lançado por José Sarney em 1986, mas que fracassou. O recurso é improcedente já que entre as alternativas não há a opção ‘cruzeiro real’. Sendo assim a pergunta é clara ao questionar como era estipulado os valores referenciais para a conversão do cruzeiro real para o real.

Fontes:

- Há 30 anos, Plano Real derrubava hiperinflação e estabilizava economia
- Agência Brasil <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-06/ha-30-anos-plano-real-derrubava-hiperinflacao-e-estabilizava-economia>
- Banco Central do Brasil/ Plano Real <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal> SILVA, Daniel Neves. "Plano Real";
- Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/itamar-economia.htm>

<b>BRANCA</b>
<b>28</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa B é a incorreta porque trata-se dos plebiscitos e referendos, ou seja, não é um tipo de eleição e sim de consultas ao povo para decidir sobre assunto de importância para a nação em matéria de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. A principal distinção entre eles é que o plebiscito é convocado antes da criação do ato legislativo ou administrativo que trata do assunto em questão, e o referendo é convocado posteriormente, cabendo ao povo ratificar ou rejeitar a proposta. Ambas estão previstas no artigo 14 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, e regulamentadas pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998. Essa lei, entre outras coisas, estabelece que, nos assuntos de importância nacional e naqueles previsto no parágrafo 3º do artigo 18 da Constituição – incorporação, subdivisão ou desmembramento dos Estados –, o plebiscito e o referendo são convocados por decreto legislativo.

BRANCA
02

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A autora utiliza o registro informal em diversos momentos do texto. Por ser uma linguagem mais simples, leve e familiar, estabelece-se uma maior proximidade com o leitor, fazendo com que crie certa empatia e, com isso, envolva-se mais com o texto.

Uma pergunta retórica é uma interrogação, um questionamento que não tem o objetivo de obter uma informação ou uma resposta, mas sim provocar um efeito no destinatário do discurso, eventualmente ajudando na argumentação que está a ser feita. Portanto, trata-se de uma estratégia argumentativa presente no texto e cuja finalidade é induzir o leitor à reflexão sobre o tema, respondê-la mentalmente e avaliar suas implicações.

A presença constante de pronomes de 2ª pessoa, tais como *tu, te, você* evidenciam a intenção de estabelecer uma interlocução com o leitor. Essa estratégia é utilizada para criar uma aproximação entre autor e leitor, como se ambos estivessem conversando sobre a temática do texto.

A autora só não utiliza como recurso persuasivo a ordem indireta ou inversa dos enunciados. No texto, os enunciados se apresentam, predominantemente, na ordem direta. A ordem direta se caracteriza por apresentar a seguinte estrutura: sujeito – verbo – complemento (objeto direto ou indireto) – adjunto adverbial. Exemplo: *Os alunos estudaram para a prova de literatura ontem à tarde*. Já as orações na ordem indireta apresentam termos deslocados. Exemplo: *Ontem à tarde, os alunos estudaram para a prova de literatura*. Para que haja esse intercâmbio entre as palavras dentro de um contexto oracional, é preciso, antes de tudo, que elas estejam dispostas de forma adequada para gerar efeitos de sentido. Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. Ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- [Http://doutorhermeneutica.blogspot.com.br/2008/12/pergunta-retrica.html](http://doutorhermeneutica.blogspot.com.br/2008/12/pergunta-retrica.html)
- [Https://www.portugues.com.br/gramatica/disposicoes-sujeito-na-oracao.html#:~:text=Na%20ordem%20inversa%2C%20o%20sujeito,a%20maior%20facilidade%20os%20bandidos.&text=Pediram%20desculpas%20os%20alunos%20do%20terceiro%20ano.](https://www.portugues.com.br/gramatica/disposicoes-sujeito-na-oracao.html#:~:text=Na%20ordem%20inversa%2C%20o%20sujeito,a%20maior%20facilidade%20os%20bandidos.&text=Pediram%20desculpas%20os%20alunos%20do%20terceiro%20ano.)
- [Http://portuguesesimples.com.br/ordem-direta-e-ordem-indireta/](http://portuguesesimples.com.br/ordem-direta-e-ordem-indireta/)

BRANCA
05

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Um texto, em geral, traz informações que se situam na sua superfície – e são, assim, explícitas – ou traz informações apenas implícitas ou subentendidas. A habilidade prevista nesse subtópico concerne à capacidade do candidato para localizar, no percurso do texto, uma informação que, explicitamente, consta na sua superfície.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do 4º parágrafo e perceba a autora cita algumas palavras que normalmente são confundidas com outras em função, sobretudo, da semelhança na grafia e na pronúncia.

A autora não menciona quais palavras são confundidas com *fustigado, alijado, arroubar* e *engodar*. Porém, explicita os sentidos das palavras que são confundidas com as quatro citadas anteriormente: *cansadão, deficiente, abrir à força* e *crescer a pança*. Esses sentidos se relacionam com as palavras *fatigado, aleijado, arrombar* e *engordar*,

respectivamente.

Dessa forma, para resolver a questão, faz-se necessário que o candidato estabeleça relações de sentido entre as palavras textualmente mencionadas (*fustigado, alijado, arroubar e engodar*), frequentemente confundidas com *fatigado, aleijado, arrambar e engordar*, que não foram explicitamente citadas no texto, mas cuja dedução é possível pela referência a seus significados (*cansadão, deficiente, abrir à força e crescer a pança*). Depois de percorrida essa trajetória de raciocínio, o candidato deverá perceber que a única palavra em II que não estabelece qualquer relação de sentido com *deficiente* é "alienado", que significa alheio à realidade ou algo que foi cedido, transferido. Portanto, o gabarito é letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>BRANCA</b>
<b>07</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A forma de diminutivo *-inho(a)* é polissêmica, significando tamanho pequeno, expressando valores afetivos, ou se encaminhando para a formação de outro item lexical independente da base. E essa polissemia é registrada nas gramáticas, que passaram a descrever não somente diminutivos que indicavam tamanho pequeno, mas também começaram a mencionar valores afetivos, de apreciação, tanto de forma positiva como de forma negativa, associados à forma de diminutivo. Muitas vezes, os usos de dimensão pequena (uso reduzido) carregam marcas afetivas por envolverem sentimento ou memória afetiva. Os diminutivos afetivos carregam marcas de apreciação em relação ao seu referente. Essas marcas podem ser positivas (julgamentos positivos) ou negativas (julgamentos negativos).

Fica claro, no texto, que em *vergonhinha, coceirinha e escrotinho*, a autora utilizou o sufixo *-inho/a* com valor eufemístico, isto é, para amenizar, atenuar o sentido negativo dessas palavras. Já em *limpinha*, o diminutivo apresenta valor enfático, ou seja, intensificador, uma vez que *limpo* e *limpinho* apresentam níveis ou intensidades diferentes de limpeza. Algo *limpinho* é muito mais limpo do que apenas algo limpo. O sufixo *inho/a* em *limpinho* apresenta sentido semelhante a *pão quentinho* (muito quente), *moro pertinho* (bem perto). Portanto, o gabarito é letra D.

Fontes:

- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, I. V. G. A inter-ação pela linguagem. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1827>

<b>BRANCA</b>
<b>25</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.” está disposto no Art. 13, sobre as incumbências dos docentes, item IV, conforme Lei de Diretrizes e Bases. Demais alternativas A, B e D, referem-se ao Art. 12. No que se refere as incumbências dos estabelecimentos;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

(...)

IV - Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

Argumento dispõe que o acréscimo da palavra “anos”, na afirmativa D (Assegurar o cumprimento dos anos, dias e horas mínimos letivos estabelecidos) modifica a interpretação ou induz ao erro do candidato, não procede. A afirmativa continua sendo correta e é uma das incumbências dos estabelecimentos determinada pela Lei de Diretrizes e Bases, Art. 12.

Fonte:

- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

<b>BRANCA</b>
<b>30</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.**

Os Artigos 24 a 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, tratam das disposições gerais para a educação básica no Brasil, englobando a organização dos níveis e modalidades de ensino, a carga horária mínima anual, a verificação do rendimento escolar, e a adaptação de currículos. A discussão sobre as disposições gerais para a educação básica, segundo a LDB proporciona uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica e a necessidade de constante adaptação e inovação nas escolas brasileiras para assegurar uma educação de qualidade para todos os alunos.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deste artigo será ampliada de forma progressiva para 1.400 (mil e quatrocentas) horas, considerados os prazos e as metas estabelecidos no Plano Nacional de Educação. (Redação dada pela Lei nº 14.945, de 2024)

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

[...]

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

(...)

§ 11. A educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio. (Incluído pela Lei nº

14.533, de 2023

E ainda, Art. 33. dispõe que

*O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)*

Portanto, apenas itens I e III estão corretos, conforme situação hipotética apresentada na supracitada questão.

Fonte:

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

<b>BRANCA</b>
<b>31</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A andragogia pressupõe que adultos são autodirigidos, responsáveis por sua própria aprendizagem, e estão mais interessados em aprender aquilo que tem aplicação imediata em suas vidas profissionais ou pessoais. Diferentemente do ensino tradicional, que muitas vezes é centrado no professor, a andragogia promove uma abordagem mais colaborativa e participativa, na qual o aprendiz é encorajado a contribuir com suas experiências e conhecimentos, favorecendo um ambiente de aprendizado mais rico e diversificado. Existem diferenças significativas entre crianças e adultos, o que, naturalmente, provoca diferentes processos de aprendizagem nos mesmos indivíduos, quando em diferentes fases da vida (CAVALCANTI; GAYO, 2005). O aprendiz adulto tem uma série de características, que devem ser levadas em consideração no processo de ensino aprendizagem. O planejamento do programa educacional deve ser realizado com a participação dos potenciais estudantes, com base na avaliação de suas necessidades. A formulação de objetivos instrucionais deve respeitar as necessidades identificadas. Experiências de aprendizagem motivadoras devem ser criadas. O caráter voluntário da educação de adultos é um pressuposto fundamental da Andragogia (HOLMES; ABINGTON-COOPER, 2000). De acordo com Malcolm Knowles, a Andragogia é baseada em princípios, sendo um deles: Orientação para aprender: adultos são motivados para aprender à medida que percebem que isso melhorará seu desempenho nas atividades diárias e profissionais.

Entretanto, a Pedagogia, por sua vez, é focada na autoridade, “*top-down*”, em que uma figura central tem controle (ou quase) total sobre a experiência de aprendizagem de uma criança. Nela, é o educador que ‘decide’ o que, como, quando e onde as crianças ou adolescentes irão aprender, determinado conteúdo. Já os aprendizes, por não terem esta autonomia em sala de aula, aceitam o que lhes é oferecido, sem nenhuma ação sobre.

Portanto, apresenta-se uma metodologia onde a aprendizagem é guiada, com ênfase na exploração e descoberta. E assim constrói novas experiências por meio da aprendizagem.

Destarte, alternativa B é única exceção, conforme comando dado.

Fontes:

- CAVALCANTI, Roberto de Albuquerque; GAYO, Maria Alice Fernandes da Silva. Andragogia na educação universitária. Revista Conceitos. N. 11 e 12, Jul.2004/Jun. 2005.
- Holmes, G., & Abington-Cooper, M. (2000). Pedagogia vs. Andragogia: Uma Falsa Dicotomia? *The Journal of Technology Studies*, 26 (2), 50-55.

BRANCA
03

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em que pese a ocorrência de erro material (de digitação) na assertiva D, onde se consta a expressão “II e II, apenas”, tal equívoco em nada prejudica a avaliação da assertiva correta, qual seja a letra B (III, apenas), segundo a qual, “Dos quinze Ministros do Superior Tribunal Militar, apenas cinco são civis e dez são oficiais-generais das três armas, todos nomeados pelo Presidente da República, após aprovação da indicação pelo Senado Federal”. É o teor do art. 123 da Constituição Federal.

Os demais itens estão errados, senão vejamos:

O item I está errado, pois o Tribunal de Contas da União não integra o Poder Judiciário, sendo órgão auxiliar do Congresso Nacional (Art. 71 da CF).

O item II está errado, pois compete ao STJ e não ao STF processar e julgar Governadores dos Estados e do Distrito Federal (Art. 105, I da CF).

O item IV está errado, pois o conceito apresentado se refere à Advocacia Geral da União e não ao Ministério Público da União (Art. 131 da CF).

Resta compreender que apenas o item III está correto, letra B, portanto, é o gabarito.

Fonte:

- Constituição Federal, arts. 123, 71, 105, I e 131.

BRANCA
06

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva está correta uma vez que apresentou uma das hipóteses de suspensão do direito de reunião, qual seja aquela durante o estado de sítio, se esse for decretado em decorrência de comoção de grave repercussão nacional. A assertiva estaria incorreta se afirmasse que essa é a única hipótese, o que não ocorreu.

Fonte:

- Art. 137, I c/c Art. 139, IV.

BRANCA
14

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão abrange tema que está comportado pelo item “processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais” previsto no edital, que pode ser extraído do enunciado que constitui o gabarito da questão: ao editar enunciados de súmula, os tribunais devem ater-se às circunstâncias fáticas dos precedentes que motivaram sua criação.

Tal afirmação consta do artigo 926 §2º do CPC, que se insere no livro III do Código de Processo Civil chamado exatamente de “processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais”.

Fonte:

- artigo 926 §2º do Código de Processo Civil.

<b>BRANCA</b>
<b>22</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Primeiro, registre-se o cargo postulado pelo candidato: advogado. A cobrança de posicionamentos pacíficos e sumulados de Tribunais Superiores é questão atinente ao dia a dia da profissão e, por óbvio, está incluída no estudo do CTN e do direito tributário.

Note-se que não há irresignação quanto à matéria cobrada, os temas interpretação e aplicação da legislação tributária estão previstos no edital. Todos estão previstos e, obviamente, a compreensão da matéria passa pelo estudo da lei e, também, de enunciados de súmula e temas jurisprudenciais dos principais tribunais, quais sejam, os tribunais superiores. Do contrário, a limitação seria tamanha que as questões do concurso somente poderiam cobrar o previsto na lei textualmente, sem nenhum aporte doutrinário ou jurisprudencial.

Por último, registre-se que não é cobrado o posicionamento de tribunal que nada guarda relação com a atividade diária, ou seja, de menor importância para o desempenho das atividades dos aprovados, mas é cobrado o posicionamento dos Tribunais Superiores, que sem dúvida deverão ser levados em conta na avaliação das medidas jurídicas cabíveis pelos Advogados do Município de São João Nepomuceno.

**Cargo: Técnico de Nível Superior - Assistente Social**

<b>BRANCA</b>
<b>01</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com a organização estrutural e o conteúdo do texto, pode-se afirmar que há, predominantemente, características da tipologia textual:”, a alternativa “**D**) Dissertativa.” não pode ser adequadamente indicada como correta. As tipologias textuais são os tipos de textos criados em determinados contextos e que dependem da intenção e necessidade de comunicação das pessoas. A tipologia textual é dividida em cinco tipos de textos: tipologia narrativa (narração): contar uma história incluindo tempo, espaço e personagens envolvidos; tipologia descritiva (descrição): descrever uma pessoa, um objeto, um local, um acontecimento; tipologia dissertativa (dissertação): defender uma ideia e expor uma opinião através de argumentações; tipologia expositiva (exposição): apresentar um conceito, uma ideia, ou informar sobre algo; tipologia injuntiva (injunção): ensinar ou instruir sobre algo com o objetivo de levar a uma ação. A narração significa contar uma história, acontecimentos e ações de personagens dentro de um espaço e um tempo determinado. Através de um enredo (história) é relatado por um narrador os acontecimentos e ações de maneira linear ou não linear. Assim, se o enredo seguir uma sequência cronológica, trata-se de um enredo linear. Do contrário, se existir uma mistura entre o passado, o presente e o futuro, estamos diante de um enredo não linear. Para facilitar o entendimento, podemos resumir os elementos da narrativa da seguinte forma: O quê? - revela a história, o assunto central da trama. Quem? - são as personagens envolvidas na trama e que podem ser principais (protagonistas) e secundárias (coadjuvantes). Quando? - indica o momento em que a história se passa. Onde? - representa o local (espaço) onde a narrativa ocorre, que podem ser ambientes físicos ou psicológicos. Por quem? - aquele que conta a história é o narrador (foco narrativo). Ele pode fazer parte da história (narrador personagem) ou não participar dela (narrador observador ou narrador onisciente). Características da tipologia narrativa revela a sequência de acontecimentos de uma história; os fatos e as ações são relatados por um narrador (foco narrativo) que participa ou não da trama; presença de personagens principais (protagonistas), que aparecem com maior frequência e são mais importantes na história, e personagens secundários (coadjuvantes); marcação de tempo (tempo cronológico) através de datas e momentos históricos, ou o tempo individual de cada personagem (tempo psicológico); indicação do local onde se desenvolve a história e que podem ser físicos (reais ou imaginários) ou psicológicos (na mente das personagens). Os principais exemplos de textos narrativos são: crônicas, contos, romances, fábulas, novelas. Esses tipos de narração contém todos os elementos da narrativa: um enredo contado por um narrador, um espaço e um tempo definido, além de incluir personagens na trama. Tipologia descritiva

(descrição): A descrição representa o ato de descrever algo e que pode ser uma pessoa, um objeto, uma paisagem, um local. Quando utilizamos a tipologia descritiva, buscamos apresentar as principais características de algo, o que pode ser feito de duas maneiras: descrição objetiva e descrição subjetiva. Na descrição objetiva não há um juízo de valor, uma opinião, ou mesmo impressões subjetivas sobre o que está sendo observado. A imparcialidade (visão neutra) é uma das principais características desse tipo de descrição. Ela busca apontar de maneira muito realista e verossímil os atributos de algo (alto, baixo, claro, escuro, longo, curto). Já na descrição subjetiva, a opinião, as apreciações e as emoções de quem está descrevendo aparece de forma muito nítida, por exemplo, pelo uso de muitos adjetivos. Nesse caso, o objetivo é valorizar a forma do texto com o intuito de influenciar os leitores através de um juízo de valor sobre o que está sendo observado. Exemplos das descrições objetiva e subjetiva: Descrição objetiva: “A Basílica de São Marcos, localizada em Veneza, é repleta de mosaicos.” Não há uma opinião sobre o que está sendo observado. Descrição subjetiva: “A deslumbrante Basílica de São Marcos, localizada em Veneza, é repleta de belíssimos mosaicos.” Pelo uso dos adjetivos, notam-se as impressões do autor. Características da tipologia descritiva: apontar os principais atributos e aspectos de algo; realizar um retrato verbal sobre algo; valorizar os detalhes, os pormenores e as minúcias; utilizar muitos adjetivos para detalhar o objeto descrito; usar verbos de ligação (ser, estar, parecer) para demonstrar o objeto descrito; presença de verbos no pretérito imperfeito e no presente do indicativo para descrever cenas; recorrer às metáforas e comparações que permitem uma melhor imagem mental do que está sendo descrito. Os principais exemplos de textos descritivos são: retratos falados, diários, notícias, biografias. Todos eles são textos descritivos, em que há um retrato verbal realizado pelo autor (emissor). O tipo textual dissertativo é aquele em que há o posicionamento do autor em defesa de um tema ou assunto. Por buscar persuadir o leitor, esse tipo textual depende da apresentação de argumentos, justificativas, conceitos, exemplos, dados, conceitos filosóficos, operadores argumentativos etc. Estruturalmente, os textos dissertativos dividem-se em introdução, desenvolvimento e conclusão: Introdução: contextualiza-se o tema abordado no texto, e, geralmente, é quando a tese defendida é apresentada. Desenvolvimento: busca-se comprovar a tese apresentada na introdução do texto. Para isso, apresentam-se justificativas, dados, análises, argumentos, comparações, explicações detalhadas e outras diversas estratégias argumentativas que podem ser empregadas para a defesa de uma ideia. Conclusão: retomam-se os argumentos desenvolvidos, apresentam-se os resultados obtidos, reafirma-se a tese diante dos resultados encontrados, e, em casos específicos, apresentam-se possíveis soluções para os problemas analisados. Exemplos de textos dissertativos: artigo de opinião; editorial; resenha crítica; dissertação argumentativa; crônica argumentativa; tese acadêmica; dissertação acadêmica; monografia; artigo de divulgação científica. A alternativa “**C**) Expositiva.” pode ser adequadamente indicada como correta. A tipologia expositiva fornece fatos de uma forma educacional e objetiva. Apresenta um tema a partir de vários recursos, como definição, descrição, comparação, informação e enumeração. Para escrever esse tipo de texto, são oferecidas informações e argumentos a partir de um conhecimento objetivo, ou seja, é necessário um levantamento de dados confiável. O objetivo é expor informações corretas e úteis sobre o tema escolhido, com a intenção de expor pontos de vista, ideias e conhecimento. O texto expositivo precisa acrescentar algo ao leitor, e também, não é necessário de fato convencer o interlocutor da sua ideia, pois o intuito é expor. O texto expositivo está em todos os campos de conhecimento do mundo acadêmico como em seminários, entrevistas, mas também é visto em redes sociais, jornais, revistas e até verbete de dicionário. Um bom exemplo são os artigos de jornais, pois, além de trazer informações, ele também organiza ideias e apresenta seu ponto de vista sobre determinado assunto. A resenha, texto apresentado, é um gênero textual que consiste em um comentário, descrição ou enumeração de um objeto (livro de Ailton Krenak “Ideias para adiar o fim do mundo”), a fim de fornecer embasamento para que o leitor se sinta convencido em conhecê-lo ou evitá-lo. O gênero resenha pode ser dividido em resenha descritiva (de caráter expositivo) e resenha crítica (de caráter expositivo-argumentativo). Uma boa resenha compreende um estudo sistemático do objeto resenhado, conhecimento acerca do público-alvo e domínio desse gênero textual. A principal diferença entre o resumo e a resenha é que aquele faz uma síntese (redução) do texto original, sendo que esta faz uma relação das propriedades de um objeto, citando as circunstâncias que o envolvem.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<b>BRANCA</b>
<b>11</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro: “pela teoria do mandato, o agente público é mandatário da pessoa jurídica; a teoria foi criticada por não explicar como o Estado, que não tem vontade própria, pode outorgar o mandato; pela teoria da representação, o agente público é representante do Estado por força de lei; equipara-se o agente à figura do tutor ou curador, que representam os incapazes; a teoria também foi criticada, quer por equiparar a pessoa jurídica ao incapaz, quer por implicar a ideia de que o Estado confere representantes a si mesmo, quando não é isso o que ocorre na tutela e curatela; além disso, essa teoria, da mesma forma que a anterior, teria outro inconveniente: quando o representante ou mandatário ultrapassasse os poderes da representação, a pessoa jurídica não responderia por esses atos perante terceiros prejudicados.”. Assim, a alternativa B se refere à teoria da representação. Confirma-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. – 36. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

<b>BRANCA</b>
<b>21</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O requisito da consulta plebiscitária só é aplicável no caso de extinção de distrito, e não de criação. Dessa forma, tendo em vista que a criação não exige plebiscito, só a alternativa B se encontra correta.

Fontes:

- Art. 6º O território do Município poderá ser dividido, para fins administrativos, em Distritos, criados, organizados, extintos ou novamente delimitados por lei municipal, observada a legislação estadual, a consulta plebiscitária à população diretamente interessada e o atendimento dos requisitos estabelecidos no artigo 7º, desta LEI ORGÂNICA.  
§ 1º A extinção do Distrito somente se efetuará mediante consulta plebiscitária à população da área interessada.
- Art. 7º São requisitos para a criação do Distrito:  
I - eleitorado não inferior a 200 (duzentos) eleitores;  
II - existência de povoado com, pelo menos, 50 (cinquenta) moradias e escola pública;  
III - demarcação dos limites, obedecido, no que couber, o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Estadual nº 37/95.

<b>BRANCA</b>
<b>23</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os recorrentes alegam que é possível a divulgação de festa junina paroquial nos meios de comunicação do Município. Porém, a respectiva lei orgânica veda. Para tanto, alegam a aplicação da Lei Federal, no 14.555, de 25/04/2023: reconheceu as festas juninas como manifestação da cultura nacional e que o Estado de Minas Gerais lançou o programa Minas Junina, tendo como objetivos a estruturação e promoção das festividades juninas no estado. Porém, esses fundamentos estão fora do escopo da questão, que expressamente exigiu a resposta “de acordo com a Lei Orgânica do Município de São João Nepomuceno”. O candidato deve exercer sua opinião e conhecimento crítico até em face de condutas ilícitas que por ventura tenham sido praticadas na realidade, tendo em vista que o juízo de

legalidade deve se dar em face da lei, e não pela realidade político-administrativa brasileira, que deve ser ajustada à legalidade.

Fonte:

- Art. 14. Ao Município é vedado:
  - I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;
  - II - recusar fé aos documentos públicos;
  - III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;
  - IV - subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviços de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;

<b>BRANCA</b>
<b>26</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O comando da questão pede que o candidato indique o requisito que afastaria a culpabilidade e não geraria o direito de regresso do Município contra o agente causador do dano.

Para que o Município exerça o direito de regresso contra o agente causador do dano, é necessário que o dano tenha sido causado por dolo ou culpa. O cumprimento de ordem legal, no entanto, não caracteriza uma conduta que permita o direito de regresso, pois o agente estaria apenas executando uma ordem dentro da legalidade, sem agir com culpa ou dolo.

A culpa e dolo estão expressamente prevista na lei orgânica como elemento caracterizado na conduta passível de ação de regresso. Apesar de não estar expressa a lei, a omissão quando é considerada causa jurídica do dano gera o direito de regresso, pois a omissão do agente público deixa de cumprir com suas obrigações, de modo culposo ou doloso. Assim, resta apenas uma resposta correta para solução da questão.

<b>BRANCA</b>
<b>32</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A alternativa B afirma que “a responsabilidade por encontrar meios de participação deve ser exclusivamente das famílias.” Conforme argumentado, essa afirmação não está em consonância com os princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Código de Ética Profissional do Assistente Social, que ressaltam o papel do CRAS e dos profissionais na viabilização do acesso aos serviços e no suporte para que as famílias em situação de vulnerabilidade possam participar efetivamente das atividades propostas.

De fato, é responsabilidade do CRAS e dos assistentes sociais identificar e minimizar barreiras, como transporte e horários inadequados, que dificultam a participação das famílias. A PNAS e a LOAS destacam o papel do Estado na garantia de acesso e na universalização dos serviços, de forma que o dever de viabilizar a participação das famílias não deve recair exclusivamente sobre elas. Entendemos, portanto, que a alternativa B está incorreta, pois não reflete adequadamente o papel da política de assistência social no suporte às famílias.

Quanto à alternativa D, que propõe “intensificar o apoio emocional através de sessões de acompanhamento psicológico individual”, observamos que ela não corresponde às atribuições diretas do CRAS. A Política de Assistência Social não prevê a realização de atendimentos psicológicos clínicos no âmbito do CRAS. Houve um erro na formulação do item, que deveria conter a palavra “encaminhamento” para o atendimento na Rede de Atenção Psicossocial, uma vez que o acompanhamento psicológico pode ser oferecido mediante encaminhamento adequado.

Desta forma, considerando que existem duas opções incorretas, damos provimento para a anulação da questão.

Fontes:

- BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm) Acesso em: 07 de nov. 2024.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS** - Brasília, DF: MDS, 2005. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em: 07 de nov. 2024.

<b>BRANCA</b>
<b>34</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.**

A afirmativa III indica que o Benefício de Prestação Continuada (BPC), garantido pela LOAS, é destinado a pessoas com deficiência e a idosos com 65 anos ou mais, cuja renda per capita familiar seja inferior a 1/4 do salário mínimo. O recurso destaca a alteração trazida pela Lei nº 14.176 de 2021, que passou a utilizar a redação “igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo” no art. 20, § 3º.

Considerando a atualização da lei e a importância de manter a precisão nas questões, acolha-se o recurso para definir tal afirmativa como incorreta. Dessa forma, apenas as afirmativas I e II estão corretas, razão pela qual altera-se o gabarito para a alternativa A.

Fonte:

- BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm) Acesso em: 07 de nov. 2024.

**Cargo: Técnico de Nível Superior - Enfermeiro**

<b>BRANCA</b>
<b>01</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com a organização estrutural e o conteúdo do texto, pode-se afirmar que há, predominantemente, características da tipologia textual:”, a alternativa “**D**) Dissertativa.” não pode ser adequadamente indicada como correta. As tipologias textuais são os tipos de textos criados em determinados contextos e que dependem da intenção e necessidade de comunicação das pessoas. A tipologia textual é dividida em cinco tipos de textos: tipologia narrativa (narração): contar uma história incluindo tempo, espaço e personagens envolvidos; tipologia descritiva (descrição): descrever uma pessoa, um objeto, um local, um acontecimento; tipologia dissertativa (dissertação): defender uma ideia e expor uma opinião através de argumentações; tipologia expositiva (exposição): apresentar um conceito, uma ideia, ou informar sobre algo; tipologia injuntiva (injunção): ensinar ou instruir sobre algo com o objetivo de levar a uma ação. A narração significa contar uma história, acontecimentos e ações de personagens dentro de um espaço e um tempo determinado. Através de um enredo (história) é relatado por um narrador os acontecimentos e ações de maneira linear ou não linear. Assim, se o enredo seguir uma sequência cronológica, trata-se de um enredo linear. Do contrário, se existir uma mistura entre o passado, o presente e o futuro, estamos diante de um enredo não linear. Para facilitar o entendimento, podemos resumir os elementos da narrativa da seguinte forma: O quê? - revela a história, o assunto central da trama. Quem? - são as personagens envolvidas na

trama e que podem ser principais (protagonistas) e secundárias (coadjuvantes). Quando? - indica o momento em que a história se passa. Onde? - representa o local (espaço) onde a narrativa ocorre, que podem ser ambientes físicos ou psicológicos. Por quem? - aquele que conta a história é o narrador (foco narrativo). Ele pode fazer parte da história (narrador personagem) ou não participar dela (narrador observador ou narrador onisciente). Características da tipologia narrativa revela a sequência de acontecimentos de uma história; os fatos e as ações são relatados por um narrador (foco narrativo) que participa ou não da trama; presença de personagens principais (protagonistas), que aparecem com maior frequência e são mais importantes na história, e personagens secundários (coadjuvantes); marcação de tempo (tempo cronológico) através de datas e momentos históricos, ou o tempo individual de cada personagem (tempo psicológico); indicação do local onde se desenvolve a história e que podem ser físicos (reais ou imaginários) ou psicológicos (na mente das personagens). Os principais exemplos de textos narrativos são: crônicas, contos, romances, fábulas, novelas. Esses tipos de narração contém todos os elementos da narrativa: um enredo contado por um narrador, um espaço e um tempo definido, além de incluir personagens na trama. Tipologia descritiva (descrição): A descrição representa o ato de descrever algo e que pode ser uma pessoa, um objeto, uma paisagem, um local. Quando utilizamos a tipologia descritiva, buscamos apresentar as principais características de algo, o que pode ser feito de duas maneiras: descrição objetiva e descrição subjetiva. Na descrição objetiva não há um juízo de valor, uma opinião, ou mesmo impressões subjetivas sobre o que está sendo observado. A imparcialidade (visão neutra) é uma das principais características desse tipo de descrição. Ela busca apontar de maneira muito realista e verossímil os atributos de algo (alto, baixo, claro, escuro, longo, curto). Já na descrição subjetiva, a opinião, as apreciações e as emoções de quem está descrevendo aparece de forma muito nítida, por exemplo, pelo uso de muitos adjetivos. Nesse caso, o objetivo é valorizar a forma do texto com o intuito de influenciar os leitores através de um juízo de valor sobre o que está sendo observado. Exemplos das descrições objetiva e subjetiva: Descrição objetiva: “A Basílica de São Marcos, localizada em Veneza, é repleta de mosaicos.” Não há uma opinião sobre o que está sendo observado. Descrição subjetiva: “A deslumbrante Basílica de São Marcos, localizada em Veneza, é repleta de belíssimos mosaicos.” Pelo uso dos adjetivos, notam-se as impressões do autor. Características da tipologia descritiva: apontar os principais atributos e aspectos de algo; realizar um retrato verbal sobre algo; valorizar os detalhes, os pormenores e as minúcias; utilizar muitos adjetivos para detalhar o objeto descrito; usar verbos de ligação (ser, estar, parecer) para demonstrar o objeto descrito; presença de verbos no pretérito imperfeito e no presente do indicativo para descrever cenas; recorrer às metáforas e comparações que permitem uma melhor imagem mental do que está sendo descrito. Os principais exemplos de textos descritivos são: retratos falados, diários, notícias, biografias. Todos eles são textos descritivos, em que há um retrato verbal realizado pelo autor (emissor). O tipo textual dissertativo é aquele em que há o posicionamento do autor em defesa de um tema ou assunto. Por buscar persuadir o leitor, esse tipo textual depende da apresentação de argumentos, justificativas, conceitos, exemplos, dados, conceitos filosóficos, operadores argumentativos etc. Estruturalmente, os textos dissertativos dividem-se em introdução, desenvolvimento e conclusão: Introdução: contextualiza-se o tema abordado no texto, e, geralmente, é quando a tese defendida é apresentada. Desenvolvimento: busca-se comprovar a tese apresentada na introdução do texto. Para isso, apresentam-se justificativas, dados, análises, argumentos, comparações, explicações detalhadas e outras diversas estratégias argumentativas que podem ser empregadas para a defesa de uma ideia. Conclusão: retomam-se os argumentos desenvolvidos, apresentam-se os resultados obtidos, reafirma-se a tese diante dos resultados encontrados, e, em casos específicos, apresentam-se possíveis soluções para os problemas analisados. Exemplos de textos dissertativos: artigo de opinião; editorial; resenha crítica; dissertação argumentativa; crônica argumentativa; tese acadêmica; dissertação acadêmica; monografia; artigo de divulgação científica. A alternativa “**C**) Expositiva.” pode ser adequadamente indicada como correta. A tipologia expositiva fornece fatos de uma forma educacional e objetiva. Apresenta um tema a partir de vários recursos, como definição, descrição, comparação, informação e enumeração. Para escrever esse tipo de texto, são oferecidas informações e argumentos a partir de um conhecimento objetivo, ou seja, é necessário um levantamento de dados confiável. O objetivo é expor informações corretas e úteis sobre o tema escolhido, com a intenção de expor pontos de vista, ideias e conhecimento. O texto expositivo precisa acrescentar algo ao leitor, e também, não é necessário de fato convencer o interlocutor da sua ideia, pois o intuito é expor. O texto expositivo está em todos os campos de conhecimento do mundo acadêmico como em seminários, entrevistas, mas também é visto em redes sociais, jornais, revistas e até verbete de dicionário. Um bom exemplo são os artigos de jornais, pois, além de trazer informações, ele também organiza ideias e apresenta seu ponto de vista sobre determinado assunto. A resenha, texto apresentado, é um gênero textual que consiste em um comentário, descrição ou enumeração de um objeto (livro de Ailton Krenak “Ideias para adiar o fim do mundo”), a fim de fornecer

embasamento para que o leitor se sinta convencido em conhecê-lo ou evitá-lo. O gênero resenha pode ser dividido em resenha descritiva (de caráter expositivo) e resenha crítica (de caráter expositivo-argumentativo). Uma boa resenha compreende um estudo sistemático do objeto resenhado, conhecimento acerca do público-alvo e domínio desse gênero textual. A principal diferença entre o resumo e a resenha é que aquele faz uma síntese (redução) do texto original, sendo que esta faz uma relação das propriedades de um objeto, citando as circunstâncias que o envolvem.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<b>BRANCA</b>
<b>37</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com a última diretriz da Sociedade Brasileira de Diabetes (2024), o diagnóstico de diabetes mellitus (DM) deve ser estabelecido pela identificação de hiperglicemia. Para isto, podem ser usados a glicemia plasmática de jejum (GJ), o teste de tolerância à glicose por via oral (TTGO) e a hemoglobina glicada (HbA1c). Desta forma, a alternativa C que afirma que “os testes laboratoriais utilizados para o diagnóstico da doença são dois: o de glicemia plasmática em jejum e a hemoglobina glicada” está incorreta. Apesar da palavra hemoglobina na alternativa C estar com a grafia errada, não é razão suficiente para a anulação da questão por se tratar de erro material o que não invalida o item.

Fonte:

- Melanie Rodacki, Roberta A. Cobas, Lenita Zajdenverg, Wellington Santana da Silva Júnior, Luciano Giacaglia, Luis Eduardo Calliari, Renata Maria Noronha, Cynthia Valerio, Joaquim Custódio, Mauro Scharf, Cristiano Roberto Grimaldi Barcellos, Maithe Pimentel Tomarchio, Maria Elizabeth Rossi da Silva, Rosa Ferreira dos Santos, Bianca de Almeida-Pitito, Carlos Antonio Negrato, Monica Gabbay, Marcello Bertoluci | Diagnóstico de diabetes mellitus. Diretriz Oficial da Sociedade Brasileira de Diabetes (2024). DOI: 00.00000/00000.0000-00, ISBN: 000-00-0000-000-0.

<b>BRANCA</b>
<b>38</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o Ministério da Saúde, 2012, a classificação de risco é um processo dinâmico de identificação dos pacientes que necessitam de tratamento imediato, de acordo com o potencial de risco, os agravos à saúde ou o grau de sofrimento. Todavia, a caracterização de uma situação de risco não implica necessariamente referência da gestante para acompanhamento em pré-natal de alto risco. Tais situações são elencadas na referência: Idade menor do que 15 e maior do que 35 anos; Três ou mais cesarianas, dentre outras.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.

BRANCA

01

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com a organização estrutural e o conteúdo do texto, pode-se afirmar que há, predominantemente, características da tipologia textual:”, a alternativa “**D**) Dissertativa.” não pode ser adequadamente indicada como correta. As tipologias textuais são os tipos de textos criados em determinados contextos e que dependem da intenção e necessidade de comunicação das pessoas. A tipologia textual é dividida em cinco tipos de textos: tipologia narrativa (narração): contar uma história incluindo tempo, espaço e personagens envolvidos; tipologia descritiva (descrição): descrever uma pessoa, um objeto, um local, um acontecimento; tipologia dissertativa (dissertação): defender uma ideia e expor uma opinião através de argumentações; tipologia expositiva (exposição): apresentar um conceito, uma ideia, ou informar sobre algo; tipologia injuntiva (injunção): ensinar ou instruir sobre algo com o objetivo de levar a uma ação. A narração significa contar uma história, acontecimentos e ações de personagens dentro de um espaço e um tempo determinado. Através de um enredo (história) é relatado por um narrador os acontecimentos e ações de maneira linear ou não linear. Assim, se o enredo seguir uma sequência cronológica, trata-se de um enredo linear. Do contrário, se existir uma mistura entre o passado, o presente e o futuro, estamos diante de um enredo não linear. Para facilitar o entendimento, podemos resumir os elementos da narrativa da seguinte forma: O quê? - revela a história, o assunto central da trama. Quem? - são as personagens envolvidas na trama e que podem ser principais (protagonistas) e secundárias (coadjuvantes). Quando? - indica o momento em que a história se passa. Onde? - representa o local (espaço) onde a narrativa ocorre, que podem ser ambientes físicos ou psicológicos. Por quem? - aquele que conta a história é o narrador (foco narrativo). Ele pode fazer parte da história (narrador personagem) ou não participar dela (narrador observador ou narrador onisciente). Características da tipologia narrativa revela a sequência de acontecimentos de uma história; os fatos e as ações são relatados por um narrador (foco narrativo) que participa ou não da trama; presença de personagens principais (protagonistas), que aparecem com maior frequência e são mais importantes na história, e personagens secundários (coadjuvantes); marcação de tempo (tempo cronológico) através de datas e momentos históricos, ou o tempo individual de cada personagem (tempo psicológico); indicação do local onde se desenvolve a história e que podem ser físicos (reais ou imaginários) ou psicológicos (na mente das personagens). Os principais exemplos de textos narrativos são: crônicas, contos, romances, fábulas, novelas. Esses tipos de narração contém todos os elementos da narrativa: um enredo contado por um narrador, um espaço e um tempo definido, além de incluir personagens na trama. Tipologia descritiva (descrição): A descrição representa o ato de descrever algo e que pode ser uma pessoa, um objeto, uma paisagem, um local. Quando utilizamos a tipologia descritiva, buscamos apresentar as principais características de algo, o que pode ser feito de duas maneiras: descrição objetiva e descrição subjetiva. Na descrição objetiva não há um juízo de valor, uma opinião, ou mesmo impressões subjetivas sobre o que está sendo observado. A imparcialidade (visão neutra) é uma das principais características desse tipo de descrição. Ela busca apontar de maneira muito realista e verossímil os atributos de algo (alto, baixo, claro, escuro, longo, curto). Já na descrição subjetiva, a opinião, as apreciações e as emoções de quem está descrevendo aparece de forma muito nítida, por exemplo, pelo uso de muitos adjetivos. Nesse caso, o objetivo é valorizar a forma do texto com o intuito de influenciar os leitores através de um juízo de valor sobre o que está sendo observado. Exemplos das descrições objetiva e subjetiva: Descrição objetiva: “A Basílica de São Marcos, localizada em Veneza, é repleta de mosaicos.” Não há uma opinião sobre o que está sendo observado. Descrição subjetiva: “A deslumbrante Basílica de São Marcos, localizada em Veneza, é repleta de belíssimos mosaicos.” Pelo uso dos adjetivos, notam-se as impressões do autor. Características da tipologia descritiva: apontar os principais atributos e aspectos de algo; realizar um retrato verbal sobre algo; valorizar os detalhes, os pormenores e as minúcias; utilizar muitos adjetivos para detalhar o objeto descrito; usar verbos de ligação (ser, estar, parecer) para demonstrar o objeto descrito; presença de verbos no pretérito imperfeito e no presente do indicativo para descrever cenas; recorrer às metáforas e comparações que permitem uma melhor imagem mental do que está sendo descrito. Os principais exemplos de textos descritivos são: retratos falados, diários, notícias, biografias. Todos eles são textos descritivos, em que há um retrato verbal realizado pelo autor (emissor). O tipo textual dissertativo é aquele em que há o posicionamento do autor em defesa de um tema ou assunto. Por buscar persuadir o leitor, esse tipo textual

depende da apresentação de argumentos, justificativas, conceitos, exemplos, dados, conceitos filosóficos, operadores argumentativos etc. Estruturalmente, os textos dissertativos dividem-se em introdução, desenvolvimento e conclusão: Introdução: contextualiza-se o tema abordado no texto, e, geralmente, é quando a tese defendida é apresentada. Desenvolvimento: busca-se comprovar a tese apresentada na introdução do texto. Para isso, apresentam-se justificativas, dados, análises, argumentos, comparações, explicações detalhadas e outras diversas estratégias argumentativas que podem ser empregadas para a defesa de uma ideia. Conclusão: retomam-se os argumentos desenvolvidos, apresentam-se os resultados obtidos, reafirma-se a tese diante dos resultados encontrados, e, em casos específicos, apresentam-se possíveis soluções para os problemas analisados. Exemplos de textos dissertativos: artigo de opinião; editorial; resenha crítica; dissertação argumentativa; crônica argumentativa; tese acadêmica; dissertação acadêmica; monografia; artigo de divulgação científica. A alternativa “C) Expositiva.” pode ser adequadamente indicada como correta. A tipologia expositiva fornece fatos de uma forma educacional e objetiva. Apresenta um tema a partir de vários recursos, como definição, descrição, comparação, informação e enumeração. Para escrever esse tipo de texto, são oferecidas informações e argumentos a partir de um conhecimento objetivo, ou seja, é necessário um levantamento de dados confiável. O objetivo é expor informações corretas e úteis sobre o tema escolhido, com a intenção de expor pontos de vista, ideias e conhecimento. O texto expositivo precisa acrescentar algo ao leitor, e também, não é necessário de fato convencer o interlocutor da sua ideia, pois o intuito é expor. O texto expositivo está em todos os campos de conhecimento do mundo acadêmico como em seminários, entrevistas, mas também é visto em redes sociais, jornais, revistas e até verbete de dicionário. Um bom exemplo são os artigos de jornais, pois, além de trazer informações, ele também organiza ideias e apresenta seu ponto de vista sobre determinado assunto. A resenha, texto apresentado, é um gênero textual que consiste em um comentário, descrição ou enumeração de um objeto (livro de Ailton Krenak “Ideias para adiar o fim do mundo”), a fim de fornecer embasamento para que o leitor se sinta convencido em conhecê-lo ou evitá-lo. O gênero resenha pode ser dividido em resenha descritiva (de caráter expositivo) e resenha crítica (de caráter expositivo-argumentativo). Uma boa resenha compreende um estudo sistemático do objeto resenhado, conhecimento acerca do público-alvo e domínio desse gênero textual. A principal diferença entre o resumo e a resenha é que aquele faz uma síntese (redução) do texto original, sendo que esta faz uma relação das propriedades de um objeto, citando as circunstâncias que o envolvem.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<b>BRANCA</b>
<b>06</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão ““Ansiedade climática. Este é apenas um dos males que acometem tanta gente em tempos de enchentes, onda de calor, secas e tantos outros desastres que são consequência, sobretudo, da devastação ambiental levada a cabo por nós mesmos.” (1º§) Acerca do termo destacado pode-se afirmar que:

I. Foi empregado com o objetivo de contribuir para a coesão textual como elemento de conexão.

II. Tem sua concordância estabelecida considerando apenas a expressão “ansiedade climática” por ele retomada.

III. Poderia ser substituído “Estes” caso o verbo ser fosse empregado na forma do plural, mantendo-se o mesmo tempo verbal.

Está correto o que se afirma em “”, a alternativa “B) I, apenas.” foi adequadamente indicada como correta. A coesão é resultado da disposição e da correta utilização das palavras que propiciam a ligação entre frases, períodos e parágrafos de um texto. Ela colabora com sua organização e pode ocorrer por meio de palavras chamadas de conectivos. É o que ocorre com o uso do “este” no trecho destacado, retomando “ansiedade climática”. Concordância verbal e nominal é relação que garante que as palavras concordem umas com as outras. A concordância verbal garante que os verbos

concordem com os sujeitos, enquanto a concordância nominal garante que os substantivos concordem com adjetivos, artigos, numerais e pronomes. Exemplo: Nós estudaremos regras e exemplos complicados juntos. Neste exemplo, quando concordamos o sujeito (nós) com o verbo (estudaremos) estamos fazendo a concordância verbal. Por sua vez, quando concordamos os substantivos (regras e exemplos) com o adjetivo (complicados) estamos fazendo concordância nominal. Para garantir a concordância verbal, precisamos respeitar as relações de número e pessoa entre verbo e sujeito. Para garantir a concordância nominal, precisamos respeitar as relações de gênero e número entre substantivos, adjetivos, artigos, numerais e pronomes. Ocorre que a referência a “ansiedade climática” não indica concordância do pronome “este”; expressão feminina e pronome masculino. O termo “este”, mesmo retomando a expressão “ansiedade climática”, tem sua concordância de gênero estabelecida com “um dos males” (gênero masculino, singular).

Fonte:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.

<b>BRANCA</b>
<b>12</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Vejamos o que diz a afirmativa:

- *Não há possibilidade de realização de contrato verbal com a Administração, tendo em vista os princípios da legalidade e formalidade que regem os atos administrativos.*
  - Julgamento: falsa. A possibilidade de contrato verbal é expressamente prevista no art. 95, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021: “É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).”. Em momento algum a afirmativa busca aferir o conhecimento do candidato sobre qual é a regra da formalização dos contratos, mas sim se há ou não possibilidade de realização de contrato verbal, o que é permitido pelo dispositivo supratranscrito.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar.

<b>BRANCA</b>
<b>31</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisando cada uma das alternativas apresentadas na questão em tela, a banca considera que não há prejuízo no gabarito, estando apenas correta a indicada pelo gabarito oficial, uma vez que o orçamento deve ser detalhado e integrado com planilhas de controle e fluxogramas, para garantir uma gestão eficiente dos recursos e uma organização adequada do canteiro de obras, impactando diretamente o cronograma e os custos. A correta elaboração do orçamento e a sua integração com planilhas de controle e fluxogramas de processo são essenciais para o planejamento e a execução eficiente de uma obra. O orçamento detalhado permite prever os custos envolvidos e distribuir os recursos de forma otimizada. Já as planilhas de controle auxiliam no monitoramento contínuo desses custos e no acompanhamento do cronograma, enquanto os fluxogramas proporcionam uma visão clara das etapas e processos envolvidos. A organização do canteiro de obras, por sua vez, é fundamental para a eficiência operacional, influenciando diretamente o andamento dos trabalhos e, conseqüentemente, o cronograma físico-financeiro da obra. Um canteiro mal organizado pode levar a atrasos, desperdícios e aumento dos custos, mostrando a importância de uma abordagem integrada entre planejamento financeiro e a organização física do espaço.

Analisando as demais alternativas, verifica-se que, embora a organização física do canteiro de obras influencie alguns aspectos do custo, o orçamento deve ser elaborado de maneira integrada e contínua ao longo de todo o processo de planejamento da obra. Definir o orçamento somente após a organização do canteiro poderia resultar em uma

subestimação ou superestimação de custos, já que outros fatores como materiais, mão de obra, equipamentos etc., também precisam ser considerados desde o início. A interação entre orçamento e organização do canteiro deve ser simultânea e colaborativa, e não sequencial como sugerido na alternativa. Também é importante considerar que planilhas de controle e fluxogramas são ferramentas importantes para a visualização e gestão dos processos e recursos, mas não substituem o orçamento detalhado. O orçamento é essencial para prever e controlar os custos, enquanto as planilhas e fluxogramas complementam esse processo, ajudando a garantir que os recursos sejam utilizados conforme planejado. Eles são ferramentas complementares, não substitutivas. De igual forma, a organização do canteiro de obras é uma etapa crucial e impacta diretamente no cronograma físico-financeiro. Um canteiro de obras bem-organizado melhora o fluxo de trabalho, reduz desperdícios, minimiza o tempo ocioso e pode até evitar acidentes. Mesmo com planilhas e fluxogramas bem elaborados, se o canteiro não estiver adequadamente organizado, a eficiência da obra será comprometida, levando a possíveis atrasos e aumento dos custos. Dessa forma, o presente recurso foi considerado improcedente, não devendo haver qualquer alteração no gabarito.

Fonte:

- Melhado, S. B., & Oliveira, A. V. de. (2012). **Planejamento e Gestão de Obras**. São Paulo: Pini.

<b>BRANCA</b>
<b>36</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão em tela não apresenta problema no enunciado, uma vez que o termo viga simplesmente apoiada é amplamente utilizado pelos autores de livros didáticos e apostilas com exercícios aplicados, sendo de forma muito direta computado o momento fletor máximo ( $M_{máx}$ ) como  $ql^2/8$ . O fato de ser simplesmente apoiada indica também que o momento máximo é positivo, não havendo qualquer dúvida quanto ao que trata a questão.

Dessa forma, a banca considera a questão básica para uma prova de engenharia civil, não havendo fundamento para atender o pleito do proponente, sendo o recurso improcedente.

Fontes:

- BASTOS, P. S. S. Estruturas de concreto armado: notas de aula. Bauru /SP: UNESP - Campus de Bauru/SP - Departamento de Engenharia Civil, 2019.
- BASTOS, P.S. Fundamentos do Concreto Armado. UNESP. 2019. Disponível em: <https://wwwp.feb.unesp.br/pbastos/concreto1/Fundamentos%20CA.pdf>.
- BRASIL. *ABNT NBR 6118: Projeto de Estruturas de Concreto*. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2014.
- CANALE, R. L. *Manual de Concreto Armado*. São Paulo: Pini, 2017.

<b>BRANCA</b>
<b>38</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão objeto do presente recurso é aplicação direta de formulação, não havendo qualquer dificuldade interpretativa ou de engenharia. Sabe-se que, um dimensionamento deve sempre atender a fatores de segurança, porém sem aumento excessivo de valores que levam a gastos e uso inadequado de materiais etc.

$$FS = \frac{c + \sigma \cdot \tan(\phi)}{\sigma \cdot \tan(\beta)}$$

Temos que:

- $c=20$  kPa
- $\phi=30^\circ$
- $\beta=30^\circ$

1. Calcular a tensão normal ( $\sigma$ ):

$$\sigma = \gamma \cdot h \cdot \cos(\beta)$$

Temos que:

- $\gamma=19 \text{ kN/m}^3$
- $h=8 \text{ m}$

$$\sigma = \frac{19 \text{ kN}}{\text{m}^3} \cdot 8 \text{ m} \cdot \cos(30^\circ) = 19 \cdot 8 \cdot 0,866 \approx 131,6 \text{ kPa}$$

2. Substituir os valores na equação do FS:

$$FS = \frac{20 \text{ kPa} + 131,6 \text{ kPa} \cdot \tan(30^\circ)}{131,6 \text{ kPa} \cdot \tan(30^\circ)} \approx \frac{20 + 131,6 \cdot 0,577}{131,6 \cdot 0,577} \approx \frac{20 + 75,93}{75,93} \approx 1,3 \text{ kPa}$$

Essa aproximação leva ao valor mais próximo entre as alternativas disponíveis que é de 1,3 kPa.

Dessa forma, a banca considera improcedente qualquer pleito, uma vez que há resposta correta e foi indicada no gabarito preliminar.

Fontes:

- BRITO, Luis P.; FERNANDES, J. A. B. Geotecnia e Fundações. LTC Editora, 2019.
- DAS, Braja M. Princípios de Engenharia de Fundações. Cengage Learning, 2016.
- JORDAN, Peter; PECK, Raymond B. Mecânica dos Solos na Engenharia. McGraw-Hill, 2021.

Cargo: Técnico de Nível Superior - Farmacêutico

BRANCA
01

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com a organização estrutural e o conteúdo do texto, pode-se afirmar que há, predominantemente, características da tipologia textual:”, a alternativa “**D**) Dissertativa.” não pode ser adequadamente indicada como correta. As tipologias textuais são os tipos de textos criados em determinados contextos e que dependem da intenção e necessidade de comunicação das pessoas. A tipologia textual é dividida em cinco tipos de textos: tipologia narrativa (narração): contar uma história incluindo tempo, espaço e personagens envolvidos; tipologia descritiva (descrição): descrever uma pessoa, um objeto, um local, um acontecimento; tipologia dissertativa (dissertação): defender uma ideia e expor uma opinião através de argumentações; tipologia expositiva (exposição): apresentar um conceito, uma ideia, ou informar sobre algo; tipologia injuntiva (injunção): ensinar ou instruir sobre algo com o objetivo de levar a uma ação. A narração significa contar uma história, acontecimentos e ações de personagens dentro de um espaço e um tempo determinado. Através de um enredo (história) é relatado por um narrador os acontecimentos e ações de maneira linear ou não linear. Assim, se o enredo seguir uma sequência cronológica, trata-se de um enredo linear. Do contrário, se existir uma mistura entre o passado, o presente e o futuro, estamos diante de um enredo não linear. Para facilitar o entendimento, podemos resumir os elementos da narrativa da seguinte forma: O quê? - revela a história, o assunto central da trama. Quem? - são as personagens envolvidas na trama e que podem ser principais (protagonistas) e secundárias (coadjuvantes). Quando? - indica o momento em que a história se passa. Onde? - representa o local (espaço) onde a narrativa ocorre, que podem ser ambientes físicos ou psicológicos. Por quem? - aquele que conta a história é o narrador (foco narrativo). Ele pode fazer parte da história (narrador personagem) ou não participar dela (narrador observador ou narrador onisciente). Características da tipologia narrativa revela a sequência de acontecimentos de uma história; os fatos e as ações são relatados por um narrador (foco narrativo) que participa ou não da trama; presença de personagens principais (protagonistas), que aparecem com maior frequência e são mais importantes na história, e personagens secundários (coadjuvantes); marcação de tempo (tempo cronológico) através de datas e momentos históricos, ou o tempo individual de cada personagem (tempo psicológico); indicação do local onde se desenvolve a história e que podem ser físicos (reais ou

imaginários) ou psicológicos (na mente das personagens). Os principais exemplos de textos narrativos são: crônicas, contos, romances, fábulas, novelas. Esses tipos de narração contêm todos os elementos da narrativa: um enredo contado por um narrador, um espaço e um tempo definido, além de incluir personagens na trama. Tipologia descritiva (descrição): A descrição representa o ato de descrever algo e que pode ser uma pessoa, um objeto, uma paisagem, um local. Quando utilizamos a tipologia descritiva, buscamos apresentar as principais características de algo, o que pode ser feito de duas maneiras: descrição objetiva e descrição subjetiva. Na descrição objetiva não há um juízo de valor, uma opinião, ou mesmo impressões subjetivas sobre o que está sendo observado. A imparcialidade (visão neutra) é uma das principais características desse tipo de descrição. Ela busca apontar de maneira muito realista e verossímil os atributos de algo (alto, baixo, claro, escuro, longo, curto). Já na descrição subjetiva, a opinião, as apreciações e as emoções de quem está descrevendo aparece de forma muito nítida, por exemplo, pelo uso de muitos adjetivos. Nesse caso, o objetivo é valorizar a forma do texto com o intuito de influenciar os leitores através de um juízo de valor sobre o que está sendo observado. Exemplos das descrições objetiva e subjetiva: Descrição objetiva: “A Basílica de São Marcos, localizada em Veneza, é repleta de mosaicos.” Não há uma opinião sobre o que está sendo observado. Descrição subjetiva: “A deslumbrante Basílica de São Marcos, localizada em Veneza, é repleta de belíssimos mosaicos.” Pelo uso dos adjetivos, notam-se as impressões do autor. Características da tipologia descritiva: apontar os principais atributos e aspectos de algo; realizar um retrato verbal sobre algo; valorizar os detalhes, os pormenores e as minúcias; utilizar muitos adjetivos para detalhar o objeto descrito; usar verbos de ligação (ser, estar, parecer) para demonstrar o objeto descrito; presença de verbos no pretérito imperfeito e no presente do indicativo para descrever cenas; recorrer às metáforas e comparações que permitem uma melhor imagem mental do que está sendo descrito. Os principais exemplos de textos descritivos são: retratos falados, diários, notícias, biografias. Todos eles são textos descritivos, em que há um retrato verbal realizado pelo autor (emissor). O tipo textual dissertativo é aquele em que há o posicionamento do autor em defesa de um tema ou assunto. Por buscar persuadir o leitor, esse tipo textual depende da apresentação de argumentos, justificativas, conceitos, exemplos, dados, conceitos filosóficos, operadores argumentativos etc. Estruturalmente, os textos dissertativos dividem-se em introdução, desenvolvimento e conclusão: Introdução: contextualiza-se o tema abordado no texto, e, geralmente, é quando a tese defendida é apresentada. Desenvolvimento: busca-se comprovar a tese apresentada na introdução do texto. Para isso, apresentam-se justificativas, dados, análises, argumentos, comparações, explicações detalhadas e outras diversas estratégias argumentativas que podem ser empregadas para a defesa de uma ideia. Conclusão: retomam-se os argumentos desenvolvidos, apresentam-se os resultados obtidos, reafirma-se a tese diante dos resultados encontrados, e, em casos específicos, apresentam-se possíveis soluções para os problemas analisados. Exemplos de textos dissertativos: artigo de opinião; editorial; resenha crítica; dissertação argumentativa; crônica argumentativa; tese acadêmica; dissertação acadêmica; monografia; artigo de divulgação científica. A alternativa “C) Expositiva.” pode ser adequadamente indicada como correta. A tipologia expositiva fornece fatos de uma forma educacional e objetiva. Apresenta um tema a partir de vários recursos, como definição, descrição, comparação, informação e enumeração. Para escrever esse tipo de texto, são oferecidas informações e argumentos a partir de um conhecimento objetivo, ou seja, é necessário um levantamento de dados confiável. O objetivo é expor informações corretas e úteis sobre o tema escolhido, com a intenção de expor pontos de vista, ideias e conhecimento. O texto expositivo precisa acrescentar algo ao leitor, e também, não é necessário de fato convencer o interlocutor da sua ideia, pois o intuito é expor. O texto expositivo está em todos os campos de conhecimento do mundo acadêmico como em seminários, entrevistas, mas também é visto em redes sociais, jornais, revistas e até verbete de dicionário. Um bom exemplo são os artigos de jornais, pois, além de trazer informações, ele também organiza ideias e apresenta seu ponto de vista sobre determinado assunto. A resenha, texto apresentado, é um gênero textual que consiste em um comentário, descrição ou enumeração de um objeto (livro de Ailton Krenak “Ideias para adiar o fim do mundo”), a fim de fornecer embasamento para que o leitor se sinta convencido em conhecê-lo ou evitá-lo. O gênero resenha pode ser dividido em resenha descritiva (de caráter expositivo) e resenha crítica (de caráter expositivo-argumentativo). Uma boa resenha compreende um estudo sistemático do objeto resenhado, conhecimento acerca do público-alvo e domínio desse gênero textual. A principal diferença entre o resumo e a resenha é que aquele faz uma síntese (redução) do texto original, sendo que esta faz uma relação das propriedades de um objeto, citando as circunstâncias que o envolvem.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<b>BRANCA</b>
<b>05</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Diante do trecho destacado: “Mas contrariando – e criticando – o cientificismo ocidental, o autor não fornece uma fórmula ou um passo a passo para evitar o fim do mundo que conhecemos.” pode-se afirmar que o título atribuído ao texto, baseado no título do livro citado “Ideias para adiar o fim do mundo” (2º§):”, a alternativa “B) Provoca o leitor para um despertar a respeito do assunto abordado.” foi adequadamente indicada como correta já que remete a referências do tema abordado e do livro de modo a provocar o leitor a partir do emprego de expressões provocativas como “o fim do mundo” e “adiar”. Título do texto “As ideias de um pensador indígena para adiar o fim do mundo”, trecho do texto: “O livreto de cem páginas é uma adaptação de duas palestras e uma entrevista concedida por Krenak entre 2017 e 2019. Mas contrariando – e criticando – o cientificismo ocidental, o autor não fornece uma fórmula ou um passo a passo para evitar o fim do mundo que conhecemos. Ele provoca com reflexões que colocam em xeque a base do pensamento ocidental. [...]” (2º§) A alternativa “A) Promove um conflito entre o título do texto e o conteúdo relacionado.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) Indica que há uma manifestação otimista e individualista que não se confirma no trecho destacado.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

**Fontes:**

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

<b>BRANCA</b>
<b>26</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O comando da questão pede que o candidato indique o requisito que afastaria a culpabilidade e não geraria o direito de regresso do Município contra o agente causador do dano.

Para que o Município exerça o direito de regresso contra o agente causador do dano, é necessário que o dano tenha sido causado por dolo ou culpa. O cumprimento de ordem legal, no entanto, não caracteriza uma conduta que permita o direito de regresso, pois o agente estaria apenas executando uma ordem dentro da legalidade, sem agir com culpa ou dolo.

A culpa e dolo estão expressamente prevista na lei orgânica como elemento caracterizado na conduta passível de ação de regresso. Apesar de não estar expressa a lei, a omissão quando é considerada causa jurídica do dano gera o direito de regresso, pois a omissão do agente público deixa de cumprir com suas obrigações, de modo culposos ou doloso.

Assim, resta apenas uma resposta correta para solução da questão.

BRANCA
01

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com a organização estrutural e o conteúdo do texto, pode-se afirmar que há, predominantemente, características da tipologia textual:”, a alternativa “**D**) Dissertativa.” não pode ser adequadamente indicada como correta. As tipologias textuais são os tipos de textos criados em determinados contextos e que dependem da intenção e necessidade de comunicação das pessoas. A tipologia textual é dividida em cinco tipos de textos: tipologia narrativa (narração): contar uma história incluindo tempo, espaço e personagens envolvidos; tipologia descritiva (descrição): descrever uma pessoa, um objeto, um local, um acontecimento; tipologia dissertativa (dissertação): defender uma ideia e expor uma opinião através de argumentações; tipologia expositiva (exposição): apresentar um conceito, uma ideia, ou informar sobre algo; tipologia injuntiva (injunção): ensinar ou instruir sobre algo com o objetivo de levar a uma ação. A narração significa contar uma história, acontecimentos e ações de personagens dentro de um espaço e um tempo determinado. Através de um enredo (história) é relatado por um narrador os acontecimentos e ações de maneira linear ou não linear. Assim, se o enredo seguir uma sequência cronológica, trata-se de um enredo linear. Do contrário, se existir uma mistura entre o passado, o presente e o futuro, estamos diante de um enredo não linear. Para facilitar o entendimento, podemos resumir os elementos da narrativa da seguinte forma: O quê? - revela a história, o assunto central da trama. Quem? - são as personagens envolvidas na trama e que podem ser principais (protagonistas) e secundárias (coadjuvantes). Quando? - indica o momento em que a história se passa. Onde? - representa o local (espaço) onde a narrativa ocorre, que podem ser ambientes físicos ou psicológicos. Por quem? - aquele que conta a história é o narrador (foco narrativo). Ele pode fazer parte da história (narrador personagem) ou não participar dela (narrador observador ou narrador onisciente). Características da tipologia narrativa revela a sequência de acontecimentos de uma história; os fatos e as ações são relatados por um narrador (foco narrativo) que participa ou não da trama; presença de personagens principais (protagonistas), que aparecem com maior frequência e são mais importantes na história, e personagens secundários (coadjuvantes); marcação de tempo (tempo cronológico) através de datas e momentos históricos, ou o tempo individual de cada personagem (tempo psicológico); indicação do local onde se desenvolve a história e que podem ser físicos (reais ou imaginários) ou psicológicos (na mente das personagens). Os principais exemplos de textos narrativos são: crônicas, contos, romances, fábulas, novelas. Esses tipos de narração contém todos os elementos da narrativa: um enredo contado por um narrador, um espaço e um tempo definido, além de incluir personagens na trama. Tipologia descritiva (descrição): A descrição representa o ato de descrever algo e que pode ser uma pessoa, um objeto, uma paisagem, um local. Quando utilizamos a tipologia descritiva, buscamos apresentar as principais características de algo, o que pode ser feito de duas maneiras: descrição objetiva e descrição subjetiva. Na descrição objetiva não há um juízo de valor, uma opinião, ou mesmo impressões subjetivas sobre o que está sendo observado. A imparcialidade (visão neutra) é uma das principais características desse tipo de descrição. Ela busca apontar de maneira muito realista e verossímil os atributos de algo (alto, baixo, claro, escuro, longo, curto). Já na descrição subjetiva, a opinião, as apreciações e as emoções de quem está descrevendo aparece de forma muito nítida, por exemplo, pelo uso de muitos adjetivos. Nesse caso, o objetivo é valorizar a forma do texto com o intuito de influenciar os leitores através de um juízo de valor sobre o que está sendo observado. Exemplos das descrições objetiva e subjetiva: Descrição objetiva: “A Basílica de São Marcos, localizada em Veneza, é repleta de mosaicos.” Não há uma opinião sobre o que está sendo observado. Descrição subjetiva: “A deslumbrante Basílica de São Marcos, localizada em Veneza, é repleta de belíssimos mosaicos.” Pelo uso dos adjetivos, notam-se as impressões do autor. Características da tipologia descritiva: apontar os principais atributos e aspectos de algo; realizar um retrato verbal sobre algo; valorizar os detalhes, os pormenores e as minúcias; utilizar muitos adjetivos para detalhar o objeto descrito; usar verbos de ligação (ser, estar, parecer) para demonstrar o objeto descrito; presença de verbos no pretérito imperfeito e no presente do indicativo para descrever cenas; recorrer às metáforas e comparações que permitem uma melhor imagem mental do que está sendo descrito. Os principais exemplos de textos descritivos são: retratos falados, diários, notícias, biografias. Todos eles são textos descritivos, em que há um retrato verbal realizado pelo autor (emissor). O tipo textual dissertativo é aquele em que há o posicionamento do autor em defesa de um tema ou assunto. Por buscar persuadir o leitor, esse tipo textual

depende da apresentação de argumentos, justificativas, conceitos, exemplos, dados, conceitos filosóficos, operadores argumentativos etc. Estruturalmente, os textos dissertativos dividem-se em introdução, desenvolvimento e conclusão: Introdução: contextualiza-se o tema abordado no texto, e, geralmente, é quando a tese defendida é apresentada. Desenvolvimento: busca-se comprovar a tese apresentada na introdução do texto. Para isso, apresentam-se justificativas, dados, análises, argumentos, comparações, explicações detalhadas e outras diversas estratégias argumentativas que podem ser empregadas para a defesa de uma ideia. Conclusão: retomam-se os argumentos desenvolvidos, apresentam-se os resultados obtidos, reafirma-se a tese diante dos resultados encontrados, e, em casos específicos, apresentam-se possíveis soluções para os problemas analisados. Exemplos de textos dissertativos: artigo de opinião; editorial; resenha crítica; dissertação argumentativa; crônica argumentativa; tese acadêmica; dissertação acadêmica; monografia; artigo de divulgação científica. A alternativa “C) Expositiva.” pode ser adequadamente indicada como correta. A tipologia expositiva fornece fatos de uma forma educacional e objetiva. Apresenta um tema a partir de vários recursos, como definição, descrição, comparação, informação e enumeração. Para escrever esse tipo de texto, são oferecidas informações e argumentos a partir de um conhecimento objetivo, ou seja, é necessário um levantamento de dados confiável. O objetivo é expor informações corretas e úteis sobre o tema escolhido, com a intenção de expor pontos de vista, ideias e conhecimento. O texto expositivo precisa acrescentar algo ao leitor, e também, não é necessário de fato convencer o interlocutor da sua ideia, pois o intuito é expor. O texto expositivo está em todos os campos de conhecimento do mundo acadêmico como em seminários, entrevistas, mas também é visto em redes sociais, jornais, revistas e até verbete de dicionário. Um bom exemplo são os artigos de jornais, pois, além de trazer informações, ele também organiza ideias e apresenta seu ponto de vista sobre determinado assunto. A resenha, texto apresentado, é um gênero textual que consiste em um comentário, descrição ou enumeração de um objeto (livro de Ailton Krenak “Ideias para adiar o fim do mundo”), a fim de fornecer embasamento para que o leitor se sinta convencido em conhecê-lo ou evitá-lo. O gênero resenha pode ser dividido em resenha descritiva (de caráter expositivo) e resenha crítica (de caráter expositivo-argumentativo). Uma boa resenha compreende um estudo sistemático do objeto resenhado, conhecimento acerca do público-alvo e domínio desse gênero textual. A principal diferença entre o resumo e a resenha é que aquele faz uma síntese (redução) do texto original, sendo que esta faz uma relação das propriedades de um objeto, citando as circunstâncias que o envolvem.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<b>BRANCA</b>
<b>05</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Diante do trecho destacado: “Mas contrariando – e criticando – o cientificismo ocidental, o autor não fornece uma fórmula ou um passo a passo para evitar o fim do mundo que conhecemos.” pode-se afirmar que o título atribuído ao texto, baseado no título do livro citado “Ideias para adiar o fim do mundo” (2o§):”, a alternativa “B) Provoca o leitor para um despertar a respeito do assunto abordado.” foi adequadamente indicada como correta já que remete a referências do tema abordado e do livro de modo a provocar o leitor a partir do emprego de expressões provocativas como “o fim do mundo” e “adiar”. Título do texto “As ideias de um pensador indígena para adiar o fim do mundo”, trecho do texto: “O livreto de cem páginas é uma adaptação de duas palestras e uma entrevista concedida por Krenak entre 2017 e 2019. Mas contrariando – e criticando – o cientificismo ocidental, o autor não fornece uma fórmula ou um passo a passo para evitar o fim do mundo que conhecemos. Ele provoca com reflexões que colocam em xeque a base do pensamento ocidental. [...]” (2º§) A alternativa “A) Promove um conflito entre o título do texto e o conteúdo relacionado.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “D) Indica que há uma manifestação

otimista e individualista que não se confirma no trecho destacado.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

<b>BRANCA</b>
<b>31</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa correta é a letra A) I, II e III.

II. As dietas da moda mais populares são as dietas ricas em gorduras e pobres em carboidratos, dieta do índice glicêmico, jejum intermitente, dieta sem glúten e dieta sem lactose, não havendo evidência para recomendação ou mesmo não havendo evidência de segurança no tratamento do sobrepeso e obesidade.

Dessa forma, todas as alternativas estão corretas.

I) 5M. A substituição de refeições na perda de peso com refeições preparadas ou suplementos alimentares pode ser indicada no tratamento da obesidade associada à dieta hipocalórica e auxiliar no controle e manutenção da perda de peso. [Grau: A Classe I (Forte)]

II) 5I. As dietas da moda mais populares são as dietas ricas em gordura e pobres em carboidrato, dieta do índice glicêmico, jejum intermitente, dieta sem glúten e dieta sem lactose, não havendo evidência para recomendação ou mesmo não havendo evidência de segurança no tratamento do sobrepeso e obesidade. [Grau: A Classe IIb (Forte)]

III) 5K. As dietas recomendadas no tratamento do sobrepeso e obesidade devem ser dietas balanceadas caracterizadas por serem compostas de 20% a 30% de gorduras, 55% a 60% de carboidratos e 15% a 20% de proteínas, promovendo um déficit de 500 a 1.000 kcal/dia, e permitindo ao paciente a escolha variada de alimentos com adequação nutricional e maior aderência, resultando em perda de peso pequena, mas sustentada. [Grau: A Classe I (Forte)]

Fonte:

- Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica Diretrizes brasileiras de obesidade 2016. 4.ed. São Paulo, SP. Disponível em: <https://abeso.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Diretrizes-Download-Diretrizes-Brasileiras-de-Obesidade-2016.pdf>

<b>BRANCA</b>
<b>32</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A presente questão se enquadra aos seguintes tópicos do conteúdo programático: Dietoterapia: abordagem ao paciente hospitalizado; Generalidades; fisiopatologia; e, tratamento das diversas enfermidades; Suporte nutricional enteral e parenteral.

<b>BRANCA</b>
<b>33</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa incorreta, conforme solicitado pelo comando da questão, é a letra D) Abordagem do ambiente alimentar na sua integralidade.

O princípio correto seria: Princípio 2) Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade.

Apesar de estarem interligados, os conceitos de ambiente alimentar e sistema alimentar são diferentes.

De acordo com o *The High Level Panel of Experts. Nutrition and food systems* da FAO (2017), o ambiente alimentar é o contexto físico, econômico, político e sociocultural em que os consumidores interagem com o sistema alimentar para adquirir, preparar e consumir alimentos. Já o sistema alimentar é a reunião de todos os elementos (ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestruturas, instituições, etc.) e atividades relacionadas à produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos, além dos resultados dessas atividades, como os impactos socioeconômicos e ambientais.

Fontes:

- HLPE. 2017. Nutrition and food systems. A report by the High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/4ac1286e-eef3-4f1d-b5bd-d92f5d1ce738/content>
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em: [https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco\\_EAN.pdf](https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf)

<b>BRANCA</b>
<b>34</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa correta é a letra D) Examinar a elasticidade da pele é uma das formas de se investigar a desidratação em pacientes com desnutrição, sendo observada uma elasticidade diminuída nesses casos.

Como a alternativa menciona, a “elasticidade da pele é uma das formas de se investigar a desidratação em pacientes com desnutrição”, isto é, a identificação da desidratação nesses pacientes não é exclusivamente dessa forma.

A alternativa “B) A perda da bola gordurosa de Bichat bilateral ou unilateral se relaciona com redução prolongada da reserva calórica.” está incorreta.

A perda da bola gordurosa de Bichat bilateralmente se relaciona com redução prolongada da reserva calórica. Assim, excetuando-se os casos de alteração unilateral, como na sequela de paralisia facial ou de perda de dentição, essa anormalidade se correlaciona com a perda de reserva calórica.

Fonte:

- DUARTE, A. C. G.; DUARTE, A. M.; OUTEIRAL, R. L. Semiologia Nutricional. In: DUARTE, A. C. G. Semiologia Nutricional. 1. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

<b>BRANCA</b>
<b>37</b>

#### **Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Há discrepâncias na literatura sobre a nomenclatura da vitamina D, sendo designada como PRÓ-HORMÔNIO e como HORMÔNIO (Hollick, 2013). Diante disso, o uso apenas do termo “hormônio” pode induzir os candidatos a assinalar a alternativa D como incorreta e, por isso, a questão foi anulada.

O artigo desenvolvido por Ellison e Moran (2021) traz essa discussão: “Um hormônio é uma substância química que ajuda a controlar e regular diferentes atividades no corpo. É um “produto de células vivas que circula em fluidos corporais e produz um efeito específico, muitas vezes estimulante, na atividade de células geralmente remotas de seu ponto de origem”. Muitos hormônios afetam certas células-alvo ou órgãos em uma parte diferente do corpo daquela em que são produzidos ou sintetizados. Houve muitas discussões sobre se a vitamina D deve ser rotulada como um hormônio em vez de uma vitamina. Uma fonte afirma que é um pró-hormônio, pois o corpo converte a substância, vitamina D, em um hormônio para que seja usado. Outras fontes afirmam que a vitamina D é um precursor hormonal, pois deve ser sintetizada pela luz solar para ativação. A vitamina D também é a única vitamina que é, e pode ser produzida pelo corpo, ao contrário das vitaminas A, B e C, que só podem ser encontradas em alimentos e suplementos, fornecendo mais evidências de que pode ser vista como um hormônio em vez de uma vitamina.

Fontes:

- Holick MF. Vitamin D: a d-lightful solution for health. J Investig Med. 2011 Aug;59(6):872-80. doi: 10.2310/JIM.0b013e318214ea2d. PMID: 21415774; PMCID: PMC3738435.
- Ellison DL, Moran HR. Vitamin D: Vitamin or Hormone? Nurs Clin North Am. 2021 Mar;56(1):47-57. doi: 10.1016/j.cnur.2020.10.004. Epub 2020 Dec 28. PMID: 33549285.

#### **Cargo: Técnico de Nível Superior – Psicólogo**

<b>BRANCA</b>
<b>01</b>

#### **Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com a organização estrutural e o conteúdo do texto, pode-se afirmar que há, predominantemente, características da tipologia textual:”, a alternativa “**D**) Dissertativa.” não pode ser adequadamente indicada como correta. As tipologias textuais são os tipos de textos criados em determinados contextos e que dependem da intenção e necessidade de comunicação das pessoas. A tipologia textual é dividida em cinco tipos de textos: tipologia narrativa (narração): contar uma história incluindo tempo, espaço e personagens envolvidos; tipologia descritiva (descrição): descrever uma pessoa, um objeto, um local, um acontecimento; tipologia dissertativa (dissertação): defender uma ideia e expor uma opinião através de argumentações; tipologia expositiva (exposição): apresentar um conceito, uma ideia, ou informar sobre algo; tipologia injuntiva (injunção): ensinar ou instruir sobre algo com o objetivo de levar a uma ação. A narração significa contar uma história, acontecimentos e ações de personagens dentro de um espaço e um tempo determinado. Através de um enredo (história) é relatado por um narrador os acontecimentos e ações de maneira linear ou não linear. Assim, se o enredo seguir uma sequência cronológica, trata-se de um enredo linear. Do contrário, se existir uma mistura entre o passado, o presente e o futuro, estamos diante de um enredo não linear. Para facilitar o entendimento, podemos resumir os elementos da narrativa da seguinte forma: O quê? - revela a história, o assunto central da trama. Quem? - são as personagens envolvidas na trama e que podem ser principais (protagonistas) e secundárias (coadjuvantes). Quando? - indica o momento em que a história se passa. Onde? - representa o local (espaço) onde a narrativa ocorre, que podem ser ambientes físicos ou psicológicos. Por quem? - aquele que conta a história é o narrador (foco narrativo). Ele pode fazer parte da história (narrador personagem) ou não participar dela (narrador observador ou narrador onisciente). Características da tipologia narrativa revela a sequência de acontecimentos de uma história; os fatos e as ações são relatados por um

narrador (foco narrativo) que participa ou não da trama; presença de personagens principais (protagonistas), que aparecem com maior frequência e são mais importantes na história, e personagens secundários (coadjuvantes); marcação de tempo (tempo cronológico) através de datas e momentos históricos, ou o tempo individual de cada personagem (tempo psicológico); indicação do local onde se desenvolve a história e que podem ser físicos (reais ou imaginários) ou psicológicos (na mente das personagens). Os principais exemplos de textos narrativos são: crônicas, contos, romances, fábulas, novelas. Esses tipos de narração contém todos os elementos da narrativa: um enredo contado por um narrador, um espaço e um tempo definido, além de incluir personagens na trama. Tipologia descritiva (descrição): A descrição representa o ato de descrever algo e que pode ser uma pessoa, um objeto, uma paisagem, um local. Quando utilizamos a tipologia descritiva, buscamos apresentar as principais características de algo, o que pode ser feito de duas maneiras: descrição objetiva e descrição subjetiva. Na descrição objetiva não há um juízo de valor, uma opinião, ou mesmo impressões subjetivas sobre o que está sendo observado. A imparcialidade (visão neutra) é uma das principais características desse tipo de descrição. Ela busca apontar de maneira muito realista e verossímil os atributos de algo (alto, baixo, claro, escuro, longo, curto). Já na descrição subjetiva, a opinião, as apreciações e as emoções de quem está descrevendo aparece de forma muito nítida, por exemplo, pelo uso de muitos adjetivos. Nesse caso, o objetivo é valorizar a forma do texto com o intuito de influenciar os leitores através de um juízo de valor sobre o que está sendo observado. Exemplos das descrições objetiva e subjetiva: Descrição objetiva: “A Basílica de São Marcos, localizada em Veneza, é repleta de mosaicos.” Não há uma opinião sobre o que está sendo observado. Descrição subjetiva: “A deslumbrante Basílica de São Marcos, localizada em Veneza, é repleta de belíssimos mosaicos.” Pelo uso dos adjetivos, notam-se as impressões do autor. Características da tipologia descritiva: apontar os principais atributos e aspectos de algo; realizar um retrato verbal sobre algo; valorizar os detalhes, os pormenores e as minúcias; utilizar muitos adjetivos para detalhar o objeto descrito; usar verbos de ligação (ser, estar, parecer) para demonstrar o objeto descrito; presença de verbos no pretérito imperfeito e no presente do indicativo para descrever cenas; recorrer às metáforas e comparações que permitem uma melhor imagem mental do que está sendo descrito. Os principais exemplos de textos descritivos são: retratos falados, diários, notícias, biografias. Todos eles são textos descritivos, em que há um retrato verbal realizado pelo autor (emissor). O tipo textual dissertativo é aquele em que há o posicionamento do autor em defesa de um tema ou assunto. Por buscar persuadir o leitor, esse tipo textual depende da apresentação de argumentos, justificativas, conceitos, exemplos, dados, conceitos filosóficos, operadores argumentativos etc. Estruturalmente, os textos dissertativos dividem-se em introdução, desenvolvimento e conclusão: Introdução: contextualiza-se o tema abordado no texto, e, geralmente, é quando a tese defendida é apresentada. Desenvolvimento: busca-se comprovar a tese apresentada na introdução do texto. Para isso, apresentam-se justificativas, dados, análises, argumentos, comparações, explicações detalhadas e outras diversas estratégias argumentativas que podem ser empregadas para a defesa de uma ideia. Conclusão: retomam-se os argumentos desenvolvidos, apresentam-se os resultados obtidos, reafirma-se a tese diante dos resultados encontrados, e, em casos específicos, apresentam-se possíveis soluções para os problemas analisados. Exemplos de textos dissertativos: artigo de opinião; editorial; resenha crítica; dissertação argumentativa; crônica argumentativa; tese acadêmica; dissertação acadêmica; monografia; artigo de divulgação científica. A alternativa “C) Expositiva.” pode ser adequadamente indicada como correta. A tipologia expositiva fornece fatos de uma forma educacional e objetiva. Apresenta um tema a partir de vários recursos, como definição, descrição, comparação, informação e enumeração. Para escrever esse tipo de texto, são oferecidas informações e argumentos a partir de um conhecimento objetivo, ou seja, é necessário um levantamento de dados confiável. O objetivo é expor informações corretas e úteis sobre o tema escolhido, com a intenção de expor pontos de vista, ideias e conhecimento. O texto expositivo precisa acrescentar algo ao leitor, e também, não é necessário de fato convencer o interlocutor da sua ideia, pois o intuito é expor. O texto expositivo está em todos os campos de conhecimento do mundo acadêmico como em seminários, entrevistas, mas também é visto em redes sociais, jornais, revistas e até verbete de dicionário. Um bom exemplo são os artigos de jornais, pois, além de trazer informações, ele também organiza ideias e apresenta seu ponto de vista sobre determinado assunto. A resenha, texto apresentado, é um gênero textual que consiste em um comentário, descrição ou enumeração de um objeto (livro de Ailton Krenak “Ideias para adiar o fim do mundo”), a fim de fornecer embasamento para que o leitor se sinta convencido em conhecê-lo ou evitá-lo. O gênero resenha pode ser dividido em resenha descritiva (de caráter expositivo) e resenha crítica (de caráter expositivo-argumentativo). Uma boa resenha compreende um estudo sistemático do objeto resenhado, conhecimento acerca do público-alvo e domínio desse gênero textual. A principal diferença entre o resumo e a resenha é que aquele faz uma síntese (redução) do texto original, sendo que esta faz uma relação das propriedades de um objeto, citando as circunstâncias que o

envolvem.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<b>BRANCA</b>
<b>04</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Acerca da expressão “mito da sustentabilidade” pode-se afirmar, de acordo com o texto, que:”, a alternativa “**C**) Trata-se de uma concepção que contesta afirmativas estabelecidas socialmente em relação a assuntos ligados ao meio ambiente.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com o trecho destacado a seguir: “Para adiar o fim do mundo, é preciso deixar de insistir no que Krenak chama de “mito da sustentabilidade”, defendido inclusive por instituições como a ONU (Organização das Nações Unidas). É mito porque afirma ser possível salvar o planeta com ações que, na verdade, só abrandam minimamente o problema, mas não agem na raiz dele. Para piorar, essas ações muitas vezes sequer saem do papel. O Brasil, por exemplo, aumentou em 21,4% sua emissão de gases do efeito estufa nos últimos sete anos, e com isso está distante de cumprir a meta assumida no Acordo de Paris, em 2015.” (3º§) A alternativa “**D**) Ao dizer que “é preciso deixar de insistir” (3º§), a autora expõe seu ponto de vista de que o “mito da sustentabilidade” se trata de uma definição incoerente de acordo, inclusive, com a ONU.” não pode ser indicada como correta de acordo com o trecho destacado anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

<b>BRANCA</b>
<b>06</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “ “Ansiedade climática. Este é apenas um dos males que acometem tanta gente em tempos de enchentes, onda de calor, secas e tantos outros desastres que são consequência, sobretudo, da devastação ambiental levada a cabo por nós mesmos.” (1º§) Acerca do termo destacado pode-se afirmar que:

- I. Foi empregado com o objetivo de contribuir para a coesão textual como elemento de conexão.
- II. Tem sua concordância estabelecida considerando apenas a expressão “ansiedade climática” por ele retomada.
- III. Poderia ser substituído “Estes” caso o verbo ser fosse empregado na forma do plural, mantendo-se o mesmo tempo verbal.

Está correto o que se afirma em “”, a alternativa “**B**) I, apenas.” foi adequadamente indicada como correta. A coesão é resultado da disposição e da correta utilização das palavras que propiciam a ligação entre frases, períodos e parágrafos de um texto. Ela colabora com sua organização e pode ocorrer por meio de palavras chamadas de conectivos. É o que ocorre com o uso do “este” no trecho destacado, retomando “ansiedade climática”. Concordância verbal e nominal é relação que garante que as palavras concordem umas com as outras. A concordância verbal garante que os verbos

concordem com os sujeitos, enquanto a concordância nominal garante que os substantivos concordem com adjetivos, artigos, numerais e pronomes. Exemplo: Nós estudaremos regras e exemplos complicados juntos. Neste exemplo, quando concordamos o sujeito (nós) com o verbo (estudaremos) estamos fazendo a concordância verbal. Por sua vez, quando concordamos os substantivos (regras e exemplos) com o adjetivo (complicados) estamos fazendo concordância nominal. Para garantir a concordância verbal, precisamos respeitar as relações de número e pessoa entre verbo e sujeito. Para garantir a concordância nominal, precisamos respeitar as relações de gênero e número entre substantivos, adjetivos, artigos, numerais e pronomes. Ocorre que a referência a “ansiedade climática” não indica concordância do pronome “este”; expressão feminina e pronome masculino. O termo “este”, mesmo retomando a expressão “ansiedade climática”, tem sua concordância de gênero estabelecida com “um dos males” (gênero masculino, singular).

Fonte:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.

<b>BRANCA</b>
<b>10</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o edital publicado, o conteúdo abordado na questão em análise foi “Conhecimentos de elaboração de correspondências, protocolos circulares e ofícios.”

Fonte:

- Edital publicado.

<b>BRANCA</b>
<b>12</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Vejamos o que diz a afirmativa:

- *Não há possibilidade de realização de contrato verbal com a Administração, tendo em vista os princípios da legalidade e formalidade que regem os atos administrativos.*
  - Julgamento: falsa. A possibilidade de contrato verbal é expressamente prevista no art. 95, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021: “É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).”. Em momento algum a afirmativa busca aferir o conhecimento do candidato sobre qual é a regra da formalização dos contratos, mas sim se há ou não possibilidade de realização de contrato verbal, o que é permitido pelo dispositivo supratranscrito.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar.

<b>BRANCA</b>
<b>21</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O requisito da consulta plebiscitária só é aplicável no caso de extinção de distrito, e não de criação. Dessa forma, tendo em vista que a criação não exige plebiscito, só a alternativa B se encontra correta.

Fontes:

- Art. 6º O território do Município poderá ser dividido, para fins administrativos, em Distritos, criados, organizados, extintos ou novamente delimitados por lei municipal, observada a legislação estadual, a consulta plebiscitária à população diretamente interessada e o atendimento dos requisitos estabelecidos no artigo 7º, desta LEI ORGÂNICA.  
§ 1º A extinção do Distrito somente se efetuará mediante consulta plebiscitária à população da área interessada.
- Art. 7º São requisitos para a criação do Distrito:  
I - eleitorado não inferior a 200 (duzentos) eleitores;  
II - existência de povoado com, pelo menos, 50 (cinquenta) moradias e escola pública;  
III - demarcação dos limites, obedecido, no que couber, o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Estadual nº 37/95.

<b>BRANCA</b>
<b>23</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os recorrentes alegam que é possível a divulgação de festa junina paroquial nos meios de comunicação do Município. Porém, a respectiva lei orgânica veda. Para tanto, alegam a aplicação da Lei Federal, nº 14.555, de 25/04/2023: reconheceu as festas juninas como manifestação da cultura nacional e que o Estado de Minas Gerais lançou o programa Minas Junina, tendo como objetivos a estruturação e promoção das festividades juninas no estado. Porém, esses fundamentos estão fora do escopo da questão, que expressamente exigiu a resposta “de acordo com a Lei Orgânica do Município de São João Nepomuceno”. O candidato deve exercer sua opinião e conhecimento crítico até em face de condutas ilícitas que por ventura tenham sido praticadas na realidade, tendo em vista que o juízo de legalidade deve se dar em face da lei, e não pela realidade político-administrativa brasileira, que deve ser ajustada à legalidade.

Fonte:

- Art. 14. Ao Município é vedado:  
I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;  
II - recusar fé aos documentos públicos;  
III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;  
IV - subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviços de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração.

<b>BRANCA</b>
<b>32</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão elaborada justifica-se por estar no conteúdo programático do concurso. Seu principal objetivo foi definir o termo motivação e apresentar os aspectos envolvidos nesse conceito. Dentre as alternativas, a letra A apresenta corretamente os aspectos. Cabe destacar que a questão seguiu dados coerentes ao mencionado por Zanelli, Borges e a mesma encontra-se na página 147 de sua obra do ano de 2004. Neste sentido, a questão não apresenta mais de uma alternativa correta ou ausência de resposta correta.

Fonte:

- **Referências bibliográficas:** ZANELLI, José Carlos & Org. Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004 p. 147.

<b>BRANCA</b>
<b>33</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Afetividade é um termo de grande relevância para o campo da psicopatologia, neste sentido a questão elaborada teve como principal objetivo apresentar as principais vivências afetivas. Dentre os números mencionados, todas as assertivas estão coerentes ao mencionado pelo autor referência. Gabarito permanece letra A.

Fonte:

- DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2008 p. 153.

<b>BRANCA</b>
<b>35</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão elaborada teve como principal meta apresentar alguns fatores importantes sobre o estudo de saúde mental e sobre o processo de adoecimento no contexto de trabalho. Dentre as assertivas mencionadas, todas estão coerentes. Gabarito letra **A**. Cabe destacar que todo o conteúdo está coerente com o autor em questão. Para esse autor a Psicodinâmica do trabalho, acontece à partir de cinco categorias que a compõe; a organização do trabalho; as condições de trabalho; as relações de trabalho; as vivências de prazer e sofrimento no trabalho e as estratégias de enfrentamento coletivas e individuais. Portanto, nessa perspectiva não existe incoerência na questão.

Fonte:

- MACEDO, K. Barbosa & org. Organização do trabalho e adoecimento: **uma visão interdisciplinar**: Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2016 p. 227.

<b>BRANCA</b>
<b>36</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão elaborada justifica-se por estar no conteúdo programático do concurso. Seu principal objetivo foi apresentar a psicopatologia e seus principais tipos. Usou-se autor referência Paulo Dalgalarrodo para trazer os diversos tipos de psicopatologia. Dentre as assertivas a II está incorreta, pois a mesma traz que: *A psicopatologia em uma perspectiva existencial nomeia o doente como uma “existência múltipla”, como um ser lançado a um mundo, este não é visto como natural e biológico.* Neste sentido, a questão afirma que o sujeito doente **não** é visto como natural e biológico, enquanto o autor afirma o contrário, todo sujeito deve ser visto como natural e biológico.

Fonte:

- DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais.** Porto Alegre: Artmed, 2008 p. 35-36.

<b>BRANCA</b>
<b>37</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão elaborada teve como objetivo apresentar um caso e a possibilidade de intervenção psicoterápica. No caso citado, a intervenção a ser realizada deverá ser de orientação para os pais, considerando o contexto do caso, aonde transcreve; “O texto acima apresentou o caso do menino Rafael, considerando que ele era muito pequeno e suas cognições imaturas” deve-se orientar aos pais de acordo com suas demandas. Segue ainda, a referência usada em questão, respaldando a atuação mencionada.

Fonte:

- CORDIOLI, V. A. & Colb. **Psicoterapias: Abordagens atuais.** 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008 p. 754.

<b>BRANCA</b>
<b>39</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os autores citados em questão estão no conteúdo programático do concurso. Neste sentido, a questão elaborada teve como objetivo apresentar um dos principais conceitos de Horney. Cabe destacar que o conteúdo apresentado não acarreta prejuízos para análise da questão.

Fonte:

- Hall, Calvin S. **Teorias da personalidade** [recurso eletrônico] / Calvin S. Hall, Gardner Lindzey, John B. Campbell; tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2007 p. 132.

<b>BRANCA</b>
<b>40</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão elaborada teve como objetivo apresentar através de um caso hipotético dedutivo a abordagem da terapia cognitiva e as possíveis técnicas de intervenção. Dentre as técnicas, a associação livre não seria uma técnica a ser utilizada, pois, a mesma não está dentre as técnicas da terapia cognitiva e sim da psicanálise. Gabarito letra B. O comando da questão traz: Ao escutar a queixa da paciente, o terapeuta pensou em algumas técnicas dentro de sua abordagem cognitiva, que pudesse usar para intervir naquela sessão, sendo elas, EXCETO. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminarmente divulgado.

Fonte:

- LEAHY, Robert, L. Técnicas de Terapia Cognitiva: Manual do Terapeuta. Porto Alegre: Artmed, 2006 p. 123-124.

**Cargo: Professor Regente II - Matemática**

<b>BRANCA</b>
<b>30</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.**

Os Artigos 24 a 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, tratam das disposições gerais para a educação básica no Brasil, englobando a organização dos níveis e modalidades de ensino, a carga horária mínima anual, a verificação do rendimento escolar, e a adaptação de currículos. A discussão sobre as disposições gerais para a educação básica, segundo a LDB proporciona uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica e a necessidade de constante adaptação e inovação nas escolas brasileiras para assegurar uma educação de qualidade para todos os alunos.

*Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:*

*§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deste artigo será ampliada de forma progressiva para 1.400 (mil e quatrocentas) horas, considerados os prazos e as metas estabelecidos no Plano Nacional de Educação. (Redação dada pela Lei nº 14.945, de 2024)*

*V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:*

[...]

*e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;*

*Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).*

*§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).*

*§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).*

(...)

*§ 11. A educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio. (Incluído pela Lei nº*

14.533, de 2023

E ainda, Art. 33. dispõe que

*O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)*

Portanto, apenas itens I e III estão corretos, conforme situação hipotética apresentada na supracitada questão.

Fonte:

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

**Cargo: Técnico de Nível Superior – Médico Clínico Geral**

<b>BRANCA</b>
<b>01</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com a organização estrutural e o conteúdo do texto, pode-se afirmar que há, predominantemente, características da tipologia textual:”, a alternativa “**D**) Dissertativa.” não pode ser adequadamente indicada como correta. As tipologias textuais são os tipos de textos criados em determinados contextos e que dependem da intenção e necessidade de comunicação das pessoas. A tipologia textual é dividida em cinco tipos de textos: tipologia narrativa (narração): contar uma história incluindo tempo, espaço e personagens envolvidos; tipologia descritiva (descrição): descrever uma pessoa, um objeto, um local, um acontecimento; tipologia dissertativa (dissertação): defender uma ideia e expor uma opinião através de argumentações; tipologia expositiva (exposição): apresentar um conceito, uma ideia, ou informar sobre algo; tipologia injuntiva (injunção): ensinar ou instruir sobre algo com o objetivo de levar a uma ação. A narração significa contar uma história, acontecimentos e ações de personagens dentro de um espaço e um tempo determinado. Através de um enredo (história) é relatado por um narrador os acontecimentos e ações de maneira linear ou não linear. Assim, se o enredo seguir uma sequência cronológica, trata-se de um enredo linear. Do contrário, se existir uma mistura entre o passado, o presente e o futuro, estamos diante de um enredo não linear. Para facilitar o entendimento, podemos resumir os elementos da narrativa da seguinte forma: O quê? - revela a história, o assunto central da trama. Quem? - são as personagens envolvidas na trama e que podem ser principais (protagonistas) e secundárias (coadjuvantes). Quando? - indica o momento em que a história se passa. Onde? - representa o local (espaço) onde a narrativa ocorre, que podem ser ambientes físicos ou psicológicos. Por quem? - aquele que conta a história é o narrador (foco narrativo). Ele pode fazer parte da história (narrador personagem) ou não participar dela (narrador observador ou narrador onisciente). Características da tipologia narrativa revela a sequência de acontecimentos de uma história; os fatos e as ações são relatados por um narrador (foco narrativo) que participa ou não da trama; presença de personagens principais (protagonistas), que aparecem com maior frequência e são mais importantes na história, e personagens secundários (coadjuvantes); marcação de tempo (tempo cronológico) através de datas e momentos históricos, ou o tempo individual de cada personagem (tempo psicológico); indicação do local onde se desenvolve a história e que podem ser físicos (reais ou imaginários) ou psicológicos (na mente das personagens). Os principais exemplos de textos narrativos são: crônicas, contos, romances, fábulas, novelas. Esses tipos de narração contém todos os elementos da narrativa: um enredo contado por um narrador, um espaço e um tempo definido, além de incluir personagens na trama. Tipologia descritiva (descrição): A descrição representa o ato de descrever algo e que pode ser uma pessoa, um objeto, uma paisagem, um local. Quando utilizamos a tipologia descritiva, buscamos apresentar as principais características de algo, o que pode ser feito de duas maneiras: descrição objetiva e descrição subjetiva. Na descrição objetiva não há um juízo de valor, uma opinião, ou mesmo impressões subjetivas sobre o que está sendo observado. A imparcialidade (visão neutra) é uma das principais características desse tipo de descrição. Ela busca apontar de maneira muito realista e verossímil os atributos de algo (alto, baixo, claro, escuro, longo, curto). Já na descrição subjetiva, a opinião, as

apreciações e as emoções de quem está descrevendo aparece de forma muito nítida, por exemplo, pelo uso de muitos adjetivos. Nesse caso, o objetivo é valorizar a forma do texto com o intuito de influenciar os leitores através de um juízo de valor sobre o que está sendo observado. Exemplos das descrições objetiva e subjetiva: Descrição objetiva: “A Basílica de São Marcos, localizada em Veneza, é repleta de mosaicos.” Não há uma opinião sobre o que está sendo observado. Descrição subjetiva: “A deslumbrante Basílica de São Marcos, localizada em Veneza, é repleta de belíssimos mosaicos.” Pelo uso dos adjetivos, notam-se as impressões do autor. Características da tipologia descritiva: apontar os principais atributos e aspectos de algo; realizar um retrato verbal sobre algo; valorizar os detalhes, os pormenores e as minúcias; utilizar muitos adjetivos para detalhar o objeto descrito; usar verbos de ligação (ser, estar, parecer) para demonstrar o objeto descrito; presença de verbos no pretérito imperfeito e no presente do indicativo para descrever cenas; recorrer às metáforas e comparações que permitem uma melhor imagem mental do que está sendo descrito. Os principais exemplos de textos descritivos são: retratos falados, diários, notícias, biografias. Todos eles são textos descritivos, em que há um retrato verbal realizado pelo autor (emissor). O tipo textual dissertativo é aquele em que há o posicionamento do autor em defesa de um tema ou assunto. Por buscar persuadir o leitor, esse tipo textual depende da apresentação de argumentos, justificativas, conceitos, exemplos, dados, conceitos filosóficos, operadores argumentativos etc. Estruturalmente, os textos dissertativos dividem-se em introdução, desenvolvimento e conclusão: Introdução: contextualiza-se o tema abordado no texto, e, geralmente, é quando a tese defendida é apresentada. Desenvolvimento: busca-se comprovar a tese apresentada na introdução do texto. Para isso, apresentam-se justificativas, dados, análises, argumentos, comparações, explicações detalhadas e outras diversas estratégias argumentativas que podem ser empregadas para a defesa de uma ideia. Conclusão: retomam-se os argumentos desenvolvidos, apresentam-se os resultados obtidos, reafirma-se a tese diante dos resultados encontrados, e, em casos específicos, apresentam-se possíveis soluções para os problemas analisados. Exemplos de textos dissertativos: artigo de opinião; editorial; resenha crítica; dissertação argumentativa; crônica argumentativa; tese acadêmica; dissertação acadêmica; monografia; artigo de divulgação científica. A alternativa “C) Expositiva.” pode ser adequadamente indicada como correta. A tipologia expositiva fornece fatos de uma forma educacional e objetiva. Apresenta um tema a partir de vários recursos, como definição, descrição, comparação, informação e enumeração. Para escrever esse tipo de texto, são oferecidas informações e argumentos a partir de um conhecimento objetivo, ou seja, é necessário um levantamento de dados confiável. O objetivo é expor informações corretas e úteis sobre o tema escolhido, com a intenção de expor pontos de vista, ideias e conhecimento. O texto expositivo precisa acrescentar algo ao leitor, e também, não é necessário de fato convencer o interlocutor da sua ideia, pois o intuito é expor. O texto expositivo está em todos os campos de conhecimento do mundo acadêmico como em seminários, entrevistas, mas também é visto em redes sociais, jornais, revistas e até verbete de dicionário. Um bom exemplo são os artigos de jornais, pois, além de trazer informações, ele também organiza ideias e apresenta seu ponto de vista sobre determinado assunto. A resenha, texto apresentado, é um gênero textual que consiste em um comentário, descrição ou enumeração de um objeto (livro de Ailton Krenak “Ideias para adiar o fim do mundo”), a fim de fornecer embasamento para que o leitor se sinta convencido em conhecê-lo ou evitá-lo. O gênero resenha pode ser dividido em resenha descritiva (de caráter expositivo) e resenha crítica (de caráter expositivo-argumentativo). Uma boa resenha compreende um estudo sistemático do objeto resenhado, conhecimento acerca do público-alvo e domínio desse gênero textual. A principal diferença entre o resumo e a resenha é que aquele faz uma síntese (redução) do texto original, sendo que esta faz uma relação das propriedades de um objeto, citando as circunstâncias que o envolvem.

#### Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

**III**  
**DAS CONCLUSÕES**

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

25 de novembro de 2024  
**INSTITUTO CONSULPLAN**